



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**“MÃE DOS POBRES DE ITABAIANA”: NA RAINHA DO VALE DO PARAÍBA,
DONA DIDA SE PROJETA COMO LIDERANÇA EM TEMAS SOCIAIS**

PEDRO MATIAS BARBOSA NETO

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

PEDRO MATIAS BARBOSA NETO

**“MÃE DOS POBRES DE ITABAIANA”: NA RAINHA DO VALE DO PARAÍBA,
DONA DIDA SE PROJETA COMO LIDERANÇA EM TEMAS SOCIAIS**

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B238m Barbosa Neto, Pedro Matias.

"Mãe dos pobres de Itabaiana" : na rainha do Vale do Paraíba, Dona Dida se projeta como liderança em temas sociais / Pedro Matias Barbosa Neto. - João Pessoa, 2025.

112 f. : il.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História política Social - Mulher. 2. Dona Dida - Liderança feminina. 3. Direitos sociais - Liderança feminina. 4. Política paraibana - Papel da mulher. 5. Lutas sociais - Liderança feminina. I. Santos Neto, Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 93:304-055.2(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 323 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do(a) mestrando(a) PEDRO MATIAS BARBOSA NETO, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

- Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15:00h, em sessão virtual realizada no(a) Sala <https://meet.google.com/opn-jmdb-rdd>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação
- 5 em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria do(a) mestrando(a) PEDRO MATIAS BARBOSA NETO, matrícula 20231006310, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre(a) em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento do(a) professor(a)
- 10 GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, coordenador do PPGH/CCHLA/UFPB, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do(a) mestrando(a) foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO (UFPB – Orientador(a) e Presidente da sessão), RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E
- 15 SILVA (UFPB - Examinador(a) Externo(a) à Instituição), e MONIQUE GUIMARÃES CITTIADINO (PPGH/UFPB - Examinador(a) Interno(a) ao Programa). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu em sessão virtual realizada no(a) Sala <https://meet.google.com/opn-jmdb-rdd>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o(a)
- 20 presidente MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou o(a) mestrando(a) para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado *Na Rainha do Vale do Paraíba, Dona Dida se projeta como liderança em temas sociais*. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente
- 25 que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação do(a) mestrando(a). Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer: *O estudo atende aos requisitos para uma dissertação de mestrado, traz um bom diálogo com algumas categorias teóricas. A banca recomenda algumas alterações na estruturas dos capítulos e recomenda a modificação de algumas categorias de análise para aprofundar melhor a problematização do objeto de pesquisa e*
- 30 *verificar a correção da ABNT*. Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH/CCHLA/UFPB, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, coordenador do PPGH/CCHLA/UFPB, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pelo(a) mestrando(a).

João Pessoa, 29 de agosto de 2025.

Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA
Data: 01/09/2025 11:18:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Externo(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br MONIQUE GUIMARAES CITTADINO
Data: 29/08/2025 17:38:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO MATIAS BARBOSA NETO
Data: 01/09/2025 15:22:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando(a)

DEDICATÓRIA

À Eurídice Moreira da Silva (Dona Dida) (*in memoriam*), pela força e garra, pelo amor e dedicação, pela resiliência e persistência, que a levaram a construir uma belíssima história de vida, rompendo todos os limites impostos às mulheres de sua época, derrubando as barreiras do machismo reinante na política e transpondo as divisas espaciais de Itabaiana, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de toda luz, sabedoria e amor. A Ele que me concedeu a vida e que me abençoou profundamente.

Aos meus avós Lisete (*in memoriam*), Batista (*in memoriam*) e Sônia, que são os meus primeiros amores e que sempre ao meu lado estiveram, incondicionalmente.

À minha esposa Rebeca Matias, companheira de vida.

Aos meus pais, que me deram força e me mostraram coragem para chegar até aqui.

Ao meu orientador Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto, pelo incentivo.

À minha Tia Cláudia, que torce e sempre esteve presente nas minhas conquistas.

A uma grande amiga, Dona Dida (*in memoriam*), por todo apoio.

A todos os meus professores, desde a infância à universidade, em especial à tia Zeza, com quem aprendi o valor dos estudos.

A todos os professores desse Brasil, os verdadeiros heróis da Pátria!

Aos meus irmãos.

Aos amigos da UFPB e do Escritório Matias Neto Advogados Associados.

Ao conjunto de amigos de Itabaiana e João Pessoa.

A todas as pessoas que, mesmo não me recordando, fizeram e fazem parte da minha vida.

“Navegar é preciso; viver não é preciso”.

Quero para mim o espírito desta frase,
transformada a forma para a casar como eu sou:
Viver não é necessário; o que é necessário é
criar.

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la
penso.

Só “quero torná-la grande, ainda que para isso
tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a
lenha desse fogo”.

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta dissertação aborda a trajetória política e social de Eurídice Moreira da Silva, mais conhecida como Dona Dida, importante liderança feminina da cidade de Itabaiana, no interior da Paraíba. A pesquisa analisa como Dona Dida construiu sua imagem de “Mãe dos Pobres”, projetando-se como defensora de causas sociais e conquistando espaços de poder em um cenário político historicamente dominado por homens. Partindo de uma abordagem que integra História Social, História Política e História Cultural, o estudo utiliza fontes variadas, como documentos oficiais, fotografias, entrevistas, jornais e relatos de memorialistas. A dissertação também dialoga com conceitos de poder simbólico, representação política, tradição inventada e memória coletiva, a partir de autores como Pierre Bourdieu, Eric Hobsbawm, E.P. Thompson e Roger Chartier. A cidade de Itabaiana - PB é contextualizada enquanto palco de disputas políticas e sociais, evidenciando as tensões entre tradição e modernidade, entre o poder masculino e o avanço da participação feminina na política local. O trabalho ainda destaca os enfrentamentos de Dona Dida em momentos diversos, como suas vitórias e derrotas nas urnas, assim como episódios de resistência que marcaram sua trajetória. Ao investigar a construção de sua liderança e as estratégias que ela mobilizou para se consolidar como figura de destaque, a pesquisa contribui para o debate sobre gênero, cultura política e memória política, trazendo à tona a história de uma mulher que rompeu barreiras e redefiniu o papel feminino na política paraibana.

Palavras-chave: Mulher. História. Luta. Direitos. Política.

ABSTRACT

This dissertation explores the political and social trajectory of Eurídice Moreira da Silva, popularly known as Dona Dida, a prominent female leader from the city of Itabaiana, in the interior of Paraíba, Brazil. The research analyzes how Dona Dida constructed her image as the “Mother of the Poor”, positioning herself as a defender of social causes and gaining access to spaces of power within a political environment historically dominated by men. Adopting an approach that integrates social, political, and cultural history, the study draws on a variety of sources, including official documents, photographs, interviews, newspapers, and memoirs. It engages with theoretical concepts such as symbolic power, political representation, invented traditions, and collective memory, drawing on scholars such as Pierre Bourdieu, Eric Hobsbawm, E.P. Thompson, and Roger Chartier. The city of Itabaiana is presented as a stage for political and social disputes, revealing tensions between tradition and modernity, as well as between male dominance and the growing participation of women in local politics. The dissertation also examines Dona Dida’s struggles throughout her career, including her electoral victories and defeats, as well as episodes of resistance that shaped her political path. By investigating the construction of her leadership and the strategies she employed to establish herself as a prominent figure, this research contributes to broader debates on gender, political culture, and political memory, bringing to light the story of a woman who broke barriers and redefined the role of women in Paraíba's political sphere.

Keywords: Women. History. Struggle. Rights. Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eurídice sendo recepcionada na Embaixada do Brasil em Paris	34
Figura 2 - Aglair da Silva e Eurídice Moreira	38
Figura 3 - A então candidata Dona Dida em comício de 1982	45
Figura 4 - Assinatura do termo de posse pelo Prefeito Antonio Batista Santiago.....	57
Figura 5 - Comício do candidato a prefeito Aglair da Silva no ano de 1976	58
Figura 6 - Posse do Dr. Aglair da Silva, eleito pela ARENA I	60
Figura 7 - Dia do Idoso no Centro Social Urbano - 1981.....	65
Figura 8 - Festa em homenagem a Dona Dida – “Mãe das mães”	66
Figura 9 - Santinho da Campanha Eleitoral de 1982.....	68
Figura 10 - Vitória das Eleições Municipais de 1982	70
Figura 11 - Dona Dida e o Vice.....	71
Figura 12 - Resultados das Eleições de 1982	72
Figura 13 - Diplomação do prefeito de Itabaiana 1984	87
Figura 14 - Dona Dida recebe o diploma de prefeita	93
Figura 15 - Imagem que ilustra o artigo “Hoje é o aniversário de dona Dida”	99

LISTA DE SIGLAS

ALPB	Assembleia Legislativa da Paraíba
APPF	Associação Paraibana para o Progresso Feminino
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CCT	Comissão de Ciência e Tecnologia
Codep	Comissariado de Defesa da Economia Popular
DEM	Democratas
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDAC	Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida
Funsat	Fundação Social do Trabalho
FURNE	Fundação Regional do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAF	Movimento de Ação Feminina
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A VISTA ALEGRE DA LÍDER POLÍTICA DONA DIDA	13
1.2 O PALCO DA POLÍTICA: A CIDADE DE ITABAIANA - PB	16
1.3 ALGUNS ESTUDOS E DISCUSSÕES.....	20
2 A GUARITA DE ITABAIANA: UMA BIOGRAFIA! DA INFÂNCIA À ASCENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DE EURÍDICE MOREIRA DA SILVA (D. DIDA)	30
2.1 DA INFÂNCIA À FORMAÇÃO SUPERIOR.....	32
2.2 DO RELACIONAMENTO COM AGLAIR DA SILVA E O APELIDO DE DIDA.....	35
2.3 MEMORIALISTAS E MEMÓRIA POLÍTICA: UMA LEITURA DA HISTÓRIA POLÍTICA DE ITABAIANA	38
2.5 DA MORTE E DA COMOÇÃO POPULAR EM ITABAIANA E EM TODA A PARAÍBA	48
3 VALEI- ME, “MÃE DIDA!”: A CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA POLÍTICA..	52
3.1 “A SENHORA DE AGLAIR”	54
3.2 “A MÃE DE MUITOS FILHOS”	61
3.3 QUANDO O VOTO NÃO DECIDE: A PRIMEIRA INELEGIBILIDADE NAS ELEIÇÕES DE ITABAIANA	67
3.4 VITÓRIA INTERROMPIDA E VIOLÊNCIA POLÍTICA: A REPERCUSSÃO DA ELEIÇÃO DE DONA DIDA.....	72
4 NÃO SÓ LÍRIOS HAVIA NO VALE: O MERGULHO E AS PEDRAS ENCONTRADAS NO AÇUDE DA POLÍTICA.....	79
4.1 FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E DISPUTAS INTERNAS: A DERROTA DO PDS EM ITABAIANA, EM 1984.....	79
4.2 “GALEGO DA PRESTAÇÃO”	85
4.3 DONA EURÍDICE: CONSTRUINDO ESPAÇOS NA POLÍTICA PARAIBANA.....	88
4.4 DONA DIDA: UMA PREFEITA EM CENA	92
4.5 SEGUNDO MANDATO DE DONA DIDA COMO PREFEITA.....	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 A VISTA ALEGRE DA LÍDER POLÍTICA DONA DIDA

O filósofo e pensador francês Paul Ricoeur (2007, p. 107) escreveu que “a memória é o passado e esse passado é o de minhas impressões; nesse sentido, esse passado é meu passado”, para Ricoeur, nada parece assimilar-se melhor ao si do que a memória individual. Um dos elementos que contribuem para essa assimilação é o caráter singular da memória, que parece residir no vínculo original da consciência com o passado, e é nela que está ligado o sentido de orientação da passagem do tempo.

Esta dissertação tem origens nas impressões do passado, presentes na memória deste mestrandando e, portanto, esse passado faz parte do meu passado.

Quando se nasce em famílias fortemente vinculadas e apaixonadas pela política, costuma-se adquirir gosto pelos temas políticos, sobretudo, os embates eleitorais. Advim de uma família, cujo tio do lado paterno, Luiz Apolinário dos Anjos, foi vereador, Presidente da Câmara Municipal, Vice-Prefeito e Prefeito, por seguidos mandatos, desde as primeiras eleições, realizadas em 1962, após a emancipação, em 1961, de Salgado de São Félix¹, antigo distrito do município de Itabaiana, ambos no Estado da Paraíba.

Havia, até meados dos anos 2000, uma querela eleitoral entre os dois lados da família – o paterno e o materno. Enquanto a parte da família paterna se mantinha fiel aos candidatos apresentados pelo MDB, posteriormente PMDB², fosse em Salgado de São Félix ou em Itabaiana, minha família materna, com destaque para minha avó Lisete Araújo, cerrava fileiras

¹ Em meados do século XVIII, fundamentos da Missão do Pilar, dos padres jesuítas capuchinos, deram origem ao atual município. Em volta da Missão, existiam reduzidos números de casas, tendo a primeira capela foi construída em 1876, no mesmo local onde hoje se encontra a igreja matriz de São Félix. Em 1943, o então distrito de Salgado integrado ao município de Tabaiana – atualmente Itabaiana (Paraíba) – passou a denominar-se Aburá. Pela lei estadual nº 135, de 30 de setembro de 1948, o distrito de Aburá foi redenominado Salgado de São Félix e com este nome foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 2.610, de 5 de dezembro de 1961, desmembrado de Itabaiana (Paraíba). Disponível em: <https://cmsalgadosaofelix.pb.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 26/07/2024.

² Oficialmente, o PMDB, que nasceu do MDB, teve sua fundação em 24 de março de 1966, com o registro na Justiça Eleitoral. Era um dos resultados da extinção dos partidos imposta pelo AI-2 e a instalação do bipartidarismo logo em seguida. Uma tentativa de imitar a bipolaridade norte-americana, democratas *versus* republicanos.

nas hostes de Antônio Batista Santiago³, Doutor Aglair da Silva⁴ e de Eurídice Moreira da Silva (Dona Dida).

Durante décadas, meu avô paterno, antigo comerciante em Itabaiana conhecido como “Batista do queijo”, seguia a tradição familiar de filiação ao MDB, enquanto isso, minha avó materna se tornava uma divergente em sua família. Em militância desde 1972, no grupo político de Dr. Antônio Batista Santiago, nas eleições de 1976, ela decidiu seguir o candidato do grupo situacionista, Dr. Aglair da Silva. Acontece que na trincheira oposta estava Cândido Inocêncio de Gouveia Neto, um familiar que fazia oposição⁵.

Nas eleições de 1982, outro embate, desta vez, Cândido Inocêncio de Gouveia Neto enfrentou a eleição contra Eurídice Moreira da Silva, e mais uma vez perdeu. Nessa eleição ocorreu o encontro, digamos definitivo, entre minha avó e Dona Dida, que perdurou até a morte de ambas, vítimas da pandemia de Covid-19.

Embora não houvesse embate explícito e duro, meus avós me contavam as qualidades dos seus aliados e os defeitos de seus adversários. Sempre atento, recordo-me até hoje das tantas vezes que ouvi as memórias de ambos, com personagens e versões, por deveras diferentes e, em muitas ocasiões, dispares, conflitantes e contraditórias.

Quando garoto, acompanhei meu avô em várias passeatas e carreatas de candidatos do MDB/PMDB, com o seu irmão Luiz Apolinário dos Anjos (Luizinho) e seu amigo e padrinho de casamento José Luiz (Zé de Genésio) em Salgado de São Félix; participei também de várias eleições em Itabaiana, acompanhando atos políticos/eleitorais de candidatos sempre do MDB/PMDB.

Até que adolescente, tenho uma Vista Alegre da líder política, da já então ex-deputada estadual, Dona Dida. Esse primeiro encontro foi diferente das aparições em que eu costumava ver Dona Dida, foi mais íntimo e, assim como aconteceu com minha avó, foi definitivo. Apareci em meados de junho de 2004, para assistir um comício em Lagoa de Rancho, comunidade rural de Itabaiana, vizinha à fazenda São José, propriedade da minha família materna. A sua chegada

³ Na política, teve grande atuação, pois foi prefeito de Itabaiana duas vezes. Deputado Estadual e candidato a Deputado Federal, ficando numa suplência, que veio a assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados e, por isso, teve ocasião de saudar o Ministro José Américo, quando tomou posse na Academia Brasileira de Letras, em 1967.

⁴ O dia 05 de julho é feriado municipal em Itabaiana pelo aniversário de falecimento do Dr. Aglair da Silva, prefeito da cidade no período de 31/01/1977 a 21/01/1983. Casado com Dona Dida, falaremos mais adiante sobre suas influências na carreira política de Dona Dida.

⁵ Não diferente dos demais estados brasileiros, a Paraíba carrega em sua história uma forte marca do poderio de grandes famílias na política partidária. Nesse sentido, assim como a maioria dos políticos brasileiros, algumas mulheres paraibanas em exercício partidário são portadoras de relações de parentesco com lideranças políticas locais.

foi o apogeu do evento, com crianças, idosos, homens e mulheres correndo em sua direção aos gritos de “Mãe Dida”, disputando espaços ao seu lado e ao fundo, o som de um *jingle*⁶ que utilizava o ritmo da música “chicleteiro eu, chicleteito ela” da banda baiana Chiclete com banana. Esse *jingle* estava na boca do povo que, efusivamente, cantava: “Toda Itabaiana vai votar com ela, a zona rural vai votar com ela, nossa juventude também vota nela. É ela, é ela, 14 é ela!” - (composição de Zorah Lira - 2004).

Eu não tinha nenhuma pretensão de externar voto, mas o discurso impregnado de carga dramática, a presença quase reverenciada por aqueles “súditos” que a chamavam de “Mãe Dida” e a força política singularmente atrativa/gravitacional levaram-me à sua órbita política. Enlaçado no teatro político e eleitoral, assumidamente liderado por uma mulher, professora e mãe de tantos, fiz minha estreia na militância política e na participação eleitoral. A partir de então, minha família paterna, e vários outros emedebistas históricos, aderiram ao grupamento político de Dona Dida e lá ficaram até o último ato de sua liderança.

Assim, durante esses quase 20 anos de convivência, foram coletadas não apenas memórias e lembranças, mas uma infinidade de fotografias, notícias em jornais e blogs, documentos publicados em diários oficiais, entre outras fontes, que embasaram o nascedouro dessa dissertação, consignado no trabalho monográfico intitulado “Paraíba feminina, mulher forte, sim senhora: a trajetória de Eurídice Moreira da Silva (Dona Dida) na política paraibana” apresentado na Conclusão de Curso, para obtenção de título de Licenciado em História, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Desta feita, a origem desta dissertação remete a anos de contato pessoal e pesquisas sobre a personagem política e histórica “Dona Dida” e suas cinco décadas de atuação, em uma quase simbiose com a própria história recente do Vale do Paraíba e da Paraíba, com toda relevância para a afirmação política da mulher e a defesa veemente de causas sociais, o que lhe legou icônica alcunha de “mãe dos pobres”. Posteriormente, da Rainha do Vale do Paraíba, ela se projetou na planície do Parlamento estadual e procurou defender temas sociais, assim como colaborou com a luta que levou muitas mulheres a ocupar cargos públicos e se destacarem enquanto lideranças no meio político paraibano.

⁶ Para Lourenço (2011), ao revés, assim como um *jingle* publicitário tem por fim promover produtos ou serviços no mercado, o objetivo primordial de um *jingle* político é a promoção do candidato que, possivelmente, colherá muitos frutos de uma campanha eleitoral bem elaborada nesse quesito. Portanto, assim como os *jingles* publicitários atraem consumidores e clientes, *jingles* políticos atraem eleitores. As músicas, muitas vezes paródias de sucessos do momento, servem para engajar os eleitores com o candidato e também podem ser úteis para ajudar a gravar o número que deve ser votado no dia das eleições, por exemplo. Mais do que uma história e melodia perfeitas, a letra precisa ser fácil de cantar. Isso ajuda a viralizar o seu *jingle* e, conseqüentemente, o público o reconhecerá com mais facilidade.

1.2 O PALCO DA POLÍTICA: A CIDADE DE ITABAIANA - PB

A projeção de Eurídice Moreira da Silva, Dona Dida, se faz no Município de Itabaiana - PB. Foi nesse palco que as cortinas se abriram, o público se fidelizou e os aplausos começaram a surgir; contudo, também foi ali que emergiram críticas e enfrentaram-se dificuldades, exigindo resiliência e constante superação a cada nova apresentação. É nesse agrupamento do agreste paraibano que Dona Dida começou a atrair paixões e aversões, iniciando sua longa trajetória como liderança política.

Itabaiana fica localizada no Estado da Paraíba, ocupa uma posição geográfica privilegiada no interior nordestino, no entroncamento da BR-230 com a PB-054, estrategicamente rota entre os Municípios de Campina Grande (PB), João Pessoa (PB) e Recife (PE), sendo um município de destaque tanto pela sua história, quanto pela sua contribuição cultural e econômica. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, Itabaiana desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do estado, sendo conhecida por sua rica história e suas tradições culturais.

No que se refere à formação histórica da cidade, não se sabe ao certo como tudo começou, pois contam-se diferentes versões sobre a colonização da região. Parte dessa história pode ser resgatada dos relatos de memorialistas como Sabiniano Maia⁷, amplamente reconhecido por sua obra *Itabaiana, sua história, suas memórias: 1500-1975*, publicada em 1977. Este livro é considerado uma das principais referências sobre a história do município, abrangendo desde os primórdios da colonização até o século XX. A obra detalha eventos históricos, aspectos culturais e sociais, além de fornecer informações sobre a evolução política e administrativa de Itabaiana. O memorialista desempenhou um papel fundamental na documentação e valorização da história de Itabaiana, sendo uma referência indispensável para o entendimento do passado e da identidade cultural da região.

Segundo o autor, foi no ano de 1663 que os primeiros proprietários rurais – Francisco Camelo Valcasser e Francisco do Rego Barros – se fixaram em Maracaípe⁸, através de concessões cedidas pelo Rei de Portugal. Além das famílias desses proprietários, os jesuítas, vindos do interior de Pernambuco, também se fixaram nessa região (Maia, 2015).

⁷ Na esfera política, Sabiniano Maia ocupou cargos importantes no estado da Paraíba, incluindo as secretarias do Interior e Justiça, Educação e Saúde. Ele também presidiu o Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Disponível em: itabaianapbmemoria.blogspot.com+1pccn.wordpress.com+1. Acesso em: 13/05/2025. Culturalmente, foi membro ativo de instituições como a Associação Paraibana de Imprensa e a Academia de Poesia, além de ser sócio fundador do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. Seu envolvimento nessas entidades demonstra seu compromisso com a promoção e preservação da cultura e história locais.

⁸ Atualmente, Maracaípe é um sítio próximo da cidade de Itabaiana.

Apesar de o início do povoamento ter sido no século XVII, a fase áurea da colonização das terras itabaianenses se deu no século XVIII, quando foram concedidas novas sesmarias. Nesse período, Itabaiana pertencia ao município de Pilar. Em 1890, o Governador Venâncio Neiva emancipou o município de Itabaiana, desmembrando-o de Pilar. Além disso, tornou a comarca de Pilar, que foi transferida para Itabaiana, dependente do antigo distrito. A partir daí, em fins do século XIX, o progresso se acentuou em Itabaiana sob o ponto de vista econômico, quando passou a exercer grande influência no estado paraibano.

A economia local, inicialmente baseada na agricultura e na pecuária, começou a prosperar com o cultivo de algodão, do açúcar e da criação de gado. Esses produtos eram comercializados tanto localmente, quanto em outras regiões, o que contribuiu para o crescimento econômico e populacional da área. As feiras atraíam grandes investidores, os meios de transportes e as estradas favoreciam os comerciantes e garantiam o desenvolvimento urbano. Atualmente, a agricultura, a pecuária, o comércio e o artesanato são as principais atividades econômicas exercidas pelos itabaianenses. Além dessas fontes de renda, há empregos informais e aqueles relacionados a vínculos empregatícios em órgãos municipais, estaduais e federais.

As primeiras estruturas urbanas, incluindo igrejas, praças e edifícios administrativos, começaram a surgir em meados do século XVIII e estabeleceram os alicerces do que viria a se tornar o núcleo urbano da cidade de Itabaiana: fachadas arquitetônicas, a ponte de Guarita, o Coreto, a Igreja Matriz, o rio Paraíba, que fica às suas margens e a feira livre, imortalizada na canção “Feira de Mangaio”, de Sivuca⁹, se constituem como espaços marcantes da cidade. A feira se tornou um aspecto importante para se entender a história de Itabaiana, pois remonta a 1830, anterior à famosa feira de gado¹⁰. Essas e outras informações importantes contidas no livro de Maia “Itabaiana, sua história, suas memórias: 1500-1975”, são, para Ferreira,

[...] de extrema importância para conhecermos aspectos da sociedade em formação. O autor, elitista, prioriza a história dos grandes eventos e personalidades que ele considerava relevantes para a sociedade itabaianense. No entanto, o autor, na parte memorialista, trouxe histórias relacionadas ao seu cotidiano e da cidade. Ressaltamos

⁹ Severino Dias de Oliveira (1930-2006), mais conhecido como Sivuca, nasceu em Itabaiana - PB, foi um multi-instrumentista, maestro, arranjador, compositor, orquestrador e cantor brasileiro. Segundo Taveira (2020), a música “Feira de Mangaio”, lançada em 1979, no seu disco “Esperança”, foi gravada inicialmente pelo próprio Sivuca e, posteriormente, incorporada ao repertório de Clara Nunes – cantora brasileira, considerada uma das maiores interpretas do país.

¹⁰ No livro *Itabaiana, sua história, suas memórias: 1500-1975*, Sabiano Maia reforça o ideal de uma elite em decadência que fazia parte de seu cotidiano. Rememora o passado de uma Itabaiana com argumentos gloriosos de “homens bondosos”, que insistiam em manter-se no poder. Sabiniano Maia interpreta o passado histórico influenciado pelo lugar social em que estava inserido, as práticas são reproduzidas e se materializam em sua narrativa. A obra é dividida em ciclos, aborda temas do povoamento com reprodução de documentos aos quais teve acesso quando pesquisava nos arquivos paraibanos, sendo complementada com o ciclo memorialístico relembando um passado/presente em fragmentos de sua memória (Ferreira, 2023).

o valor grandioso do trabalho devido à sua importância para a historiografia paraibana e local, mas devemos fazer as análises críticas a respeito da obra, uma vez que o autor é conservador e segue o modelo da corrente positivista vigente no período em que o livro foi escrito (Ferreira, 2023, p. 33).

Em *Doidinho*, obra publicada no ano de 1933, José Lins do Rego¹¹ ressalta a grandiosidade da feira livre de Itabaiana, ao mencionar que

Era uma coisa grandiosa a feira de Itabaiana. Nunca vira tanto povo junto, num rebuliço de festa, nessa confusão, nesse bate-boca dos que vendem e trocam. Havia de tudo: o lado do queijo, da carne-de-sol, do açúcar bruto, do açúcar purgado, do feijão, ruas inteiras de gêneros, gente falando alto, cheiro de bacalhau, de peixe em salmoura, de frutas passada (Rego, 1979, p. 205).

A propósito, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada em 1960, registrou: “Itabaiana já possuiu a maior feira de gado da Paraíba, condição que perdeu há pouco tempo. No entanto, às segundas-feiras, ainda é apreciável o movimento de compra e venda de gado” (IBGE, v. 17, p. 276).

Essas tradições e as “barracas” das feiras livres passaram de geração a geração, assim como seus consumidores e, paralelamente, desenvolveu uma rica vida cultural. Festas religiosas, como a festa de Nossa Senhora da Conceição, em 08 de dezembro, se tornaram tradições importantes e refletem a profunda religiosidade da população. Da mesma forma que a construção de igrejas e capelas, como a Igreja Matriz e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no distrito de Guarita, estabeleceram, para além da profissão de fé católica, marcos arquitetônicos e culturais que, aliados aos antigos casarões, são testemunhas da história e da evolução do município.

Além disso, Itabaiana é berço de várias personalidades importantes que contribuíram para a cultura, a política e a economia do estado e do país, como o músico Sivuca, o poeta Zé

¹¹ José Lins do Rego, como escritor da chamada geração de 30, autor da linha regionalista da literatura brasileira, é fonte da maior significação para o estudo das variações lingüísticas, diatópicas e diastráticas, ou seja: variações regionais e socioculturais (Aragão, 2020, p. 3).

da Luz¹², o ex-Ministro da Justiça Abelardo Jurema¹³ e cineasta Vladimir Carvalho.¹⁴

O século XX trouxe mudanças significativas para Itabaiana. A industrialização, ainda que de forma moderada, começou a ganhar espaço, trouxe novos empregos e mudou a estrutura econômica do município. A chegada da estrada de ferro, no início do século, facilitou o transporte de mercadorias e pessoas, integrando ainda mais Itabaiana ao restante do estado e do país.

Quando falamos em modernidade em Itabaiana, não estamos nos referindo às mudanças ocorridas como nas cidades citadas acima, com grandes dimensões econômicas, sociais e culturais. A cidade passou por algumas transformações devido a proximidades com a capital pernambucana e, diante disso, incorporava elementos que de certa forma exprimiam a representação da modernidade, utilizada na renovação de hábitos e elementos ditos modernos. A cidade se redefinia, os espaços se redesenhavam e mudariam a estética urbana com os símbolos incorporados no cotidiano das pessoas (Ferreira, 2023, p. 53).

Na contemporaneidade, Itabaiana apresenta um cenário diversificado. A educação e a saúde passaram por avanços significativos, com a construção de escolas e unidades de saúde que atendem à população. A economia local é marcada pelo comércio ativo e por ser sede de serviços públicos estaduais variados, como a 12ª Gerência Estadual de Educação, o Hospital Regional, o Núcleo de Saúde Estadual, além das sedes do DER, DETRAN e da Junta Comercial, que figuram entre os principais órgãos públicos da cidade. Compreender esse processo de

¹² Severino de Andrade Silva foi “alfaiate de profissão”. Um dos maiores poetas populares do Brasil. Mais conhecido como Zé da Luz, marcou o imaginário nordestino com a genialidade de seus poemas foi comparado ao também “poeta matuto” Patativa do Assaré. Zé da Luz é tido como um dos realizadores da poesia matuta, ele consagrou-se no folheto e na cantoria, também mostrou sua força diante da poesia tida como erudita. Por vezes, ele foi reverenciado como um poeta que trouxe na sua poesia as vozes caladas do sertão, de Itabaiana e da Paraíba. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/ze-da-luz/>. Acesso em: 23/07/2024.

¹³ O paraibano Abelardo de Araújo Jurema nasceu na cidade de Itabaiana, em 15 de fevereiro de 1914. Seus pais foram Geminiano Jurema Filho e Amália de Araújo Jurema. Ainda criança, mudou-se para Recife (PE) junto com a sua família. Apesar de atuar como jornalista, foi como político que a sua carreira alcançou prestígio. Entre os seus primeiros cargos públicos de grande importância, tem-se a sua nomeação para prefeito de Itabaiana (1937-1938) e de João Pessoa (1946-1947). Em 1963, licenciou-se do cargo de deputado e se tornou ministro da justiça na fase da presidência de João Goulart (1961-1964). No ministério, entre seus projetos de evidência, tem-se a criação do Comissariado de Defesa da Economia Popular (Codep) cuja função era fiscalizar o congelamento de aluguéis e preços dos alimentos. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/abelardo-jurema/>. Acesso em: 23/07/2024.

¹⁴ Vladimir Carvalho nasceu em janeiro de 1935, na cidade de Itabaiana, localizada no Agreste da Paraíba. Ainda na infância, mudou-se para a capital pernambucana, Recife, e posteriormente retornou à Paraíba, onde residiu em João Pessoa. Durante a juventude, iniciou sua trajetória no campo cinematográfico escrevendo críticas de filmes em jornais paraibanos. Em *Aruanda* (1960), considerado um marco do cinema paraibano e precursor do Cinema Novo, Vladimir atuou como assistente de direção de Linduarte Noronha e colaborou também na elaboração do roteiro. Mais tarde, enquanto cursava Filosofia na Universidade da Bahia, em Salvador, aproximou-se de importantes nomes do movimento Cinema Novo, tornando-se assistente de direção no filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho. Entretanto, com o golpe militar de 1964, as gravações foram abruptamente interrompidas, refletindo o impacto da repressão política sobre a produção cultural e artística do período. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/10/24/trajetoria-vladimir-carvalho-cineasta.ghtml>. Acesso em: 06/11/2025.

desenvolvimento também exige atenção aos sujeitos históricos que contribuíram para sua configuração.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende investigar como esses processos se desenrolaram no contexto de Itabaiana, compreendendo de que forma a figura de Dona Dida foi construída social e politicamente, e como sua atuação dialoga com as expectativas e tensões que cercam o papel da mulher na política, especialmente em municípios do interior nordestino. Para isso, serão considerados aspectos como o discurso político, o uso das mídias locais, os *jingles* de campanha e os arranjos familiares como dispositivos de legitimação no campo do poder.

1.3 ALGUNS ESTUDOS E DISCUSSÕES

Em conversa com a chamada Nova História Política¹⁵, movimento que possibilitou o retorno das atenções aos estudos políticos, a presente pesquisa trata da representação feminina na política paraibana, levando em conta os arranjos familiares e a questão da continuidade e/ou ruptura. Nessa perspectiva, a historiografia paraibana tem produzido pesquisas relevantes sobre a participação de mulheres na política. Citaremos aqui algumas produções que respaldam a relevância de nossa pesquisa.

No campo da História, pesquisas referentes à temática foram impulsionadas principalmente após a década de 1970, momento de reorganização e alargamento do horizonte da produção historiográfica. A partir daí, estudos englobando a mulher enquanto sujeito histórico ganha cada vez maior destaque. Partindo do pressuposto de que a mulher enfrenta diariamente um caminho de combate a tantos preconceitos e desigualdades, no qual o ponto de chegada é o seu empoderamento nos espaços públicos de poder e decisão, a temática se mostra cotidianamente presente nos principais ciclos de debates do mundo inteiro, e faz com que diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento assimilem e debruçem suas pesquisas sobre tais temáticas (Rodrigues; Dourado, 2015, p. 5).

Com destacadas frentes de lutas, as mulheres acabaram amalhando posições no meio político, conquistando o direito de votar e ser votada. E, apesar dos avanços, não podemos deixar de atentar para a disparidade que ainda existe entre o número de mulheres, que ocupam reduzido espaço de poder político, partidário e eleitoral, sequer espelhando o percentual destas na composição da sociedade, em clara alusão à desigualdade existente.

A existência de mulheres que, pioneiras, ocuparam espaços políticos, seja no executivo,

¹⁵ Como afirma René Rémond, a nova história política se apodera de outros problemas que não lhe dizia respeito anteriormente, como a preocupação com o estudo da participação na vida política e seus processos eleitorais, integrando todos os seus atores, deixando de lado o caráter elitista e individualista da antiga história política (Rémond, 1996).

no judiciário ou no legislativo, colabora para que a desigualdade de gênero diminua, cooperando de forma direta para que outras mulheres possam buscar o empoderamento. Assim, não poderíamos continuar essa escrita sem citar a importância do livro *Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta*, escrito a quatro mãos, pelas professoras Glória Rabay e Maria Eulina Pessoa Carvalho. As autoras fazem uma retrospectiva das lutas das mulheres no Brasil em prol de sua participação política nas instâncias públicas e apontam as décadas iniciais da primeira metade do século XX como período que se tornou marco de suas conquistas. Segundo as autoras:

[...] ao terem seu direito ao voto reconhecido no novo Código Eleitoral, instituído no governo inconstitucional de Getúlio Vargas, em 1932, resultado de, entre outros fatores, mobilizações das mulheres em organizações como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922, entre outras que surgiram, com o mesmo propósito, em vários estados da federação como a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF), que surgiu em 1933. Ano em que foi eleita a primeira deputada federal brasileira pelo estado de São Paulo: Carlota Pereira de Queirós e resultou na conquista da suplência pela líder feminista Berta Lutz, que tomou posse em 1936, no pleito marcado pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito para o legislativo estadual um total de nove mulheres em todo território nacional, entre as quais destaco a primeira deputada negra Antonieta de Barros, no estado de Santa Catarina (Rabay; Carvalho, 2010, p. 105).

A última parte do livro traz as entrevistas das mulheres políticas da Paraíba editadas por temas, porém, sem análise das autoras. Entre as entrevistadas temos a Senhora Euníce Moreira da Silva, que concedeu a entrevista em 1999. Essa entrevista é utilizada nesta dissertação como fonte biográfica para trazer, de alguma forma, a voz de D. Dida e sua versão pessoal dos acontecimentos que marcaram sua trajetória de vida, desde a infância, e a forma como ingressou na carreira política. Assim, o livro nos traz relevantes proposições para a atualidade e continuidade desta pesquisa.

Sobre essa temática, trazemos outras importantes referências na história e na sociologia paraibana, a exemplo dos trabalhos de Rodrigues (2017), intitulado *Mulheres e política no Estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais*, que tem como objetivo analisar a atuação política de Lúcia Braga, compreendendo sua participação enquanto sujeito ora coadjuvante, ora protagonista, portadora de práticas e ações políticas, que conseguiram alavancá-la à política nacional. Para a autora, a pesquisa sobre Lúcia Braga revelou:

[...] que foi possível se deparar com uma personagem que, por meio de sua atuação em junto a população periférica, da apropriação de práticas políticas inerentes ao primeiro-damismo, juntamente com o acúmulo de capital político familiar, advindo de seu matrimônio, consegue se projetar ao cenário da política nacional, realizando uma significativa participação na Assembleia Nacional Constituinte. Longe de

transpor os limites das práticas oligárquicas inerentes ao grupo político ao qual ela e seu esposo pertenciam, a trajetória política de Lúcia Braga, não se resume a isso, se mostrando também transgressora em meio a uma cultura política marcada pelo machismo. Dessa forma, vale destacar que, enquanto mulher, Lúcia Braga tem sua singularidade, apesar de fazer o jogo da classe ao qual pertencia (Rodrigues, 2017, p. 202-203).

Ressaltamos também as contribuições de Barros (2017), com sua pesquisa nomeada *Política também é coisa de mulher: uma análise da inserção da mulher na política paraibana*. A autora apresenta dados e fenômenos que condensam a ideia do processo de inclusão da mulher na política paraibana, para que possamos compreender os processos de emancipação feminina na carreira política, para apontarmos como se deu a construção e o percurso político das mulheres que ocuparam cargos de representatividade política e quais foram as facilidades e as dificuldades encontradas ao longo desse percurso. A partir da leitura do texto, com base na vivência com algumas mulheres já inseridas na política paraibana, compreendemos como o tradicionalismo patriarcal se manifesta como um empecilho a fim de dificultar o seu ingresso nessa área pública (Barros, 2017).

Sobre a presença das mulheres nos espaços de participação político-partidária na Paraíba, temos como referência a pesquisa de Santos (2013) - *Gênero e Participação Política Partidária: a percepção de jovens mulheres de setores de juventude e/ou de mulheres dos partidos políticos de João Pessoa e Campina Grande - PB*. Com uma pesquisa quantitativa e qualitativa, a autora demonstra como tem sido a participação feminina na política, chegando a concluir que, diante da quantidade de partidos apontados, ainda é pequeno o número de mulheres e principalmente de jovens que atuam diretamente à frente das decisões em nível de participação política.

Nessa linha de pensamento, é relevante indagar as nuances do processo de construção da identidade da mulher/líder política, através da qual ganha visibilidade social, embora esteja inserida em um contexto de conflito e disputa de poder tradicionalmente ocupado por agentes do sexo masculino. Somos imbuídos de distintas significações e características que envolvem as relações de gênero, suas diferentes participações a partir de seus papéis sociais construídos historicamente, principalmente nas redes de sociabilidade vivenciadas no espaço da vida urbana. É nesse sentido que caminha o objetivo de nosso trabalho.

Desse modo, ressalta-se que é a partir de atos, discursos e projetos propostos por uma mulher, cuja base política se centrou em Itabaiana - PB, à luz de uma revisão bibliográfica que julgamos pertinente, que identificamos sua efetiva contribuição em questões como representatividade e combate à desigualdade de gênero nos âmbitos partidário, eleitoral,

político, administrativo e legislativo.

Para auxiliar este trabalho, optou-se pelas abordagens amalgamadas inerentes à História Social, História Política e História cultural. Acreditamos que essas abordagens se mostram capazes de fornecer informações e leituras do passado ou do presente, que estão ausentes em outras fontes ou documentos, haja vista que, durante séculos, as mulheres ficaram excluídas da participação no espaço público, restringindo suas atividades aos afazeres domésticos e à vida privada. Ocorre que, apesar dessas restrições que lhe eram impostas, muitas dessas mulheres lutaram contra tais imposições, na busca de espaço político e reconhecimento legal do seu lugar.

Destarte, a história social contribui, inclusive, para a ampliação do conceito de fontes, multiplicação dos objetos de pesquisa e uma abordagem das práticas dos grupos considerados marginais no contexto da história oficial. Por essa razão, estão presentes os pressupostos teóricos da história social no que se refere aos campos de investigação, temáticas e fontes, notadamente, a partir das publicações de E.P. Thompson, que:

Não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas comuns. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência (Burke, 1992, p. 42).

A proposta de Thompson é de um conceito de cultura baseado na experiência humana, levando em conta a dinâmica das relações sociais, os modos de vida, os valores e crenças e os costumes. “Thompson buscou em seus trabalhos historiográficos dar voz a homens e mulheres esquecidos nas análises de historiadores marxistas afinados com as teorias estruturalistas” (Melo Júnior, 2011, p. 1), da mesma forma que:

Em a ‘Miséria da Teoria’, editado no Brasil em 1981, o autor traz a seus leitores o conceito de experiência histórica e cultural, como modelos catalisadores de ação social. Ao optar por trabalhar com a noção de experiência histórica e cultural, o historiador conscientemente provocou uma desvinculação entre a superestrutura cultural e a estrutura econômica material (Melo Júnior, 2011, p. 2).

Sabe-se que, nos últimos anos, a história social passou por metamorfoses oriundas do interesse do historiador pela cultura. Assim, historiadores como E. P. Thompson passaram a se interessar por aquilo que chamava de mediações culturais ou morais, nesse sentido, o autor considera que “a experiência de classe é a forma como essas são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (Thompson, 1987, p. 10). Esse entrecruzamento de história social e cultural reverberou nos “chamados silêncios nos domínios do político, dos ritos, das crenças, dos hábitos [e assim] era preciso encarar novas

fontes: jornais, processos criminais, registros policiais, festas” (Pesavento, 2003, p. 29. Adendo nosso).

Ao teorizar a história real feita por homens/mulheres concretas, como Dona Dida, Thompson deixa claro para todos os seus leitores e opositores que as experiências históricas determinam que as análises dos historiadores devam descartar modelos fictícios e estruturantes que tiram de cena os agentes da transformação social e histórica. Esse trabalho busca mostrar a fecundidade das proposições thompsonianas sobre a tarefa do historiador e do pesquisador, que deve desvelar as minúcias e concretudes do objeto pesquisado, revelando suas faces analíticas.

De outro norte, com a contribuição da Nova História Política, realizamos uma abordagem que busca superar a ideia de exaltação dos grandes vultos, uma noção elitista ou factual da história. A crítica feita à tradicional história política (Juliard *apud* Le Goff, 1976), de mediocridade, idealização das pessoas e, sobretudo, dos líderes políticos, elitista e ideologizante com narrativa, sem análise e factual, ensejou uma nova concepção de História Política, que levou em consideração os novos sujeitos políticos, que lidam com o poder de uma forma inusitada. O grande responsável pela disseminação dessas ideias e reflexões que envolvem a Nova História Política foi René Rémond.

Como prega Rémond, em sua obra *Por uma nova história política* (2003), esse renascimento da História Política “se deve ao movimento interno da historiografia, em combinação com a abertura para outras modalidades das Ciências Sociais” (Remond, 2003, p. 14), oportunizando, assim, uma retomada das preocupações com o político na historiografia brasileira, mais ampla que a tradicional. Assim, embasado nesse aporte teórico revestido e revisitado, que abona o retorno das preocupações com o político, no sentido dessa “História Política renovada” aborda-se a trajetória da líder política de Itabaiana - PB.

Dessa forma, a atuação de Dona Dida é aqui entendida e analisada para além da perspectiva de uma história política tradicional, sob a ótica desse entrecruzamento da história social e cultural, e mediante a compreensão de suas singularidades e estratégias de ação no interior dos campos político e social, em que os agentes políticos produzem e seguem as regras e normas construídas, atuando mediante seu reconhecimento junto àqueles que os elegeram ou lhes depositaram confiança para representá-los.

Pode-se aduzir, por exemplo, que Dona Dida foi alguém que exerceu o poder ao longo de sua vida social e política. No entanto, ao observarmos sua trajetória sob a ótica da cultura política, é fundamental não restringir sua atuação ao campo institucional. A compreensão do seu papel na comunidade exige uma abordagem que articule dimensões simbólicas, históricas

e culturais, ultrapassando a noção convencional de poder como mera autoridade formal.

Inspirados pelo conceito de “poder simbólico”, de Pierre Bourdieu (2010), é possível afirmar que Dona Dida ocupava uma posição de liderança legitimada socialmente. Seu prestígio não derivava exclusivamente de cargos ou mandatos, mas do reconhecimento coletivo de sua coerência de vida, compromisso ético e atuação em defesa de direitos sociais. Esse capital simbólico acumulado ao longo do tempo, fruto de sua trajetória moral e política, conferia-lhe autoridade diante da comunidade. Nos termos de Bourdieu, ela se inseria num campo social no qual sua prática estava em conformidade com os valores e crenças internalizados pela coletividade, o que garantia sua legitimidade.

A imagem de Dona Dida, construída e rememorada por sua comunidade, pode ser interpretada como parte de uma tradição que, embora aparentemente enraizada no passado, é constantemente recriada no presente. As narrativas que evocam sua memória não apenas celebram sua história, mas também funcionam como instrumentos de coesão e identidade comunitária, estruturando uma cultura política local baseada em valores de solidariedade, justiça e resistência.

O reconhecimento desse poder se dá por meio de sistemas simbólicos que, por vezes, conforme afirma o sociólogo, está disfarçado com expressões de outras instituições ou dimensões da vida humana. Esse poder simbólico é capaz de:

[...] constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma illocutionary force, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o e os que estão sujeitos, quer dizer, isto é, reproduz a crença (Bourdieu, 2010, p. 15).

Ainda sobre a perspectiva do “poder”, entende-se que, em toda a história da humanidade, os homens aceitaram se organizar de maneira a exaltar alguns e inferiorizar outros. A hierarquia se estabelece nas pequenas coisas do dia a dia, nas subjetividades às quais somos expostos, dado que o poder não é agressivo ou escancarado.

Nesse sentido, acostamo-nos às contribuições de Balandier (1982), quando nos traz uma abordagem acerca das maneiras pelas quais o poder político comanda o mundo real e a sociedade, através do domínio do imaginário social dos indivíduos. Segundo o autor, são as aparências sociais que promovem a hierarquia do mundo real. Assim, o poder é um jogo dramático que sempre existiu em nossa sociedade, em todos os tempos e lugares. Porém, cada sociedade

desenvolve sua própria dinâmica e seus próprios papéis sociais. Isso indica que, por trás de toda forma de poder, existe, segundo Balandier (1982), uma teatrocracia.

Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a 'teatrocracia'. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos. Ela deve este nome a um russo de múltiplos talentos e atividades, mas desconhecido – exceto por Beckett, que recebeu influência ao estabelecer o teatro da zombaria – Nicolau Evreinov. Sua tese, expressa a partir de ilustrações extremamente variadas, monta um tribunal teatral para todas as manifestações da existência social, notadamente as do poder: os atores políticos devem 'pagar seu tributo cotidiano À teatralidade' (Balandier, 1982, p. 05).

Na crônica da democracia, o poder depende da persuasão dos cronistas para ser conquistado. Os meios de comunicação podem até elevar as oportunidades de dramatização, mas, por si só, não bastam para a legitimação do poder. Outros ingredientes precisam estar presentes para a manutenção da hierarquia, através de recursos básicos, como comemorações, manifestações, fotografias e monumentos. A abordagem de Balandier (1982) se faz pertinente e central nesta dissertação, na apreciação e análise iconográfica das fotografias e vídeos de Dona Dida, carregados de simbolismos, que contemplam ampla discussão.

A ideia central, nesta parte, é apresentar a fotografia como uma mensagem que se elabora através do tempo¹⁶. Nessa perspectiva, a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupa no interior da própria mensagem (Essus, 1990).

Assim, compreende-se a fotografia como uma fonte histórica que demanda, por parte do historiador, um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. No entanto, parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente, como imagem/documento e como imagem/monumento¹⁷. Nessa perspectiva, a fotografia, seja ela

¹⁶ A história da fotografia confunde-se com as diferentes abordagens que, em diversos momentos do pensamento ocidental, aplicou-se à imagem fotográfica. A ideia de que o que está impresso na fotografia é a realidade pura e simples já foi criticada por diferentes campos do conhecimento, desde a teoria da percepção até a semiologia pós-estruturalista (Mauad, 1996).

¹⁷ Essa abrangência nos remete aos Documentos/Monumentos discutidos por Le Goff (1992, p. 545), ao afirmar que todo documento tem em si caráter de monumento. “Só na análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

integrante de um álbum, encontrada em um baú ou entre as páginas de um livro, em um arquivo escolar ou impresso em um livro didático, é permeada por ideologias, podendo reforçar ou problematizar modos e estilos de vida, ideias preconcebidas sobre hábitos e costumes de um determinado grupo e cultura.

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas e lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo.

Não obstante, quando se reconhece que a partir deste trabalho haverá uma imersão em um legado, acreditamos que será imprescindível nos reconectarmos com o espaço e o tempo vivido por aqueles que tiveram suas vidas relacionadas com Dona Dida, assegurando que algo foi vivido e que pode ser narrado, dito e jamais esquecido, sendo esse tempo e espaço que situam nossa proposta e avolumam o enredo de uma história verificável.

As fontes que compreendem esta pesquisa são diversas, foram utilizadas para compor cada uma das seções, ou seja, aquelas das quais se utilizou o historiador para contar essa história (bibliografia historiográfica, vasto acervo fotográfico (inclusive do exercício dos cargos compreendidos no recorte temporal proposto), programas de rádio, jornais etc.).

Para este estudo, foram efetuadas leituras e análises de vários autores correlatos ao tema central, qual seja: a participação das mulheres no cenário político brasileiro, na busca de compreender as diferentes interpretações do tema aqui referenciado, bem como abordar a evolução feminina e suas conquistas dentro do quadro político nacional, com o olhar especial para a trajetória de Dona Dida na história política e social da cidade de Itabaiana e do Estado da Paraíba. Foram realizados levantamentos de referenciais teóricos, através da pesquisa bibliográfica/documental/qualitativa, a fim de embasar a temática analisada no que se refere à trajetória feminina de Dona Dida.

Com a apresentação das fontes arroladas, foi concretizada uma pesquisa dividida em introdução e mais três capítulos, cujos títulos são referências a bairros do Município de Itabaiana - PB, cidade que projeta a líder a patamares estaduais.

No primeiro capítulo, em síntese, intitulado “A guarita de Itabaiana: uma biografia! Da infância à ascensão social e política de Eurídice Moreira da Silva (Dona Dida)”, tratamos desde

o nascimento de Eurídice Moreira da Silva, em 05 de março de 1938, sua criação pelos avós em Ingá - PB, cidade próxima de Itabaiana, observando traços dessa época em seu comportamento e temperamento, até o momento de sua morte física, destacando em sua jornada o primado social.

Neste capítulo, dedicamos atenção a uma entrevista concedida a Glória Rabay e Maria Eulina Pessoa de Carvalho, em 1999, para a obra *Mulher e Política na Paraíba*, lançada em 2010, em que Dona Dida narra sua infância e afirma que seu avô, “apesar de ser de épocas passadas, achava que mulher tinha que ser independente, tinha que estudar, que se formar e ser independente”.

Abordaremos o casamento com Aglair da Silva, médico natural do Ingá, de quem recebeu o apelido carinhoso de Dida. E sua chegada à cidade de Itabaiana - PB, onde o marido e médico Aglair da Silva já morava e trabalhava. E é, justamente, na volta ao Brasil¹⁸, se estabelecendo na cidade de Itabaiana, que ela iniciou sua ascensão social e política, dedicando-se a causas sociais.

No segundo capítulo, intitulado “Valei-me, “Mãe Dida!”: a consolidação da liderança política”, averiguamos a solidificação de Dona Dida como liderança, focando na teatralidade, descrita por Balandier como teatrocracia, e sua manifestação na política local, analisando a persona política Dona Dida e a utilização de sua presença carismática e suas habilidades de comunicação para se conectar com os eleitores de Itabaiana. Sua consolidação política e social, marcada por uma série de eventos públicos e ações simbólicas, que reforçaram sua imagem de líder dedicada e comprometida com o bem-estar da comunidade. Neste capítulo, analisamos posturas e atuação na defesa de temas considerados progressistas, e sua aceitação (ou não) pelo eleitorado de Itabaiana - PB.

No terceiro e último capítulo, intitulado de “Não só lírios havia no vale: o mergulho e as pedras encontradas no açude da política”, debruçamo-nos sobre as relações políticas, partidárias e eleitorais com o grupo liderado por Dr. Antônio Batista Santiago, líder político de Itabaiana, e Dr. Aglair da Silva, marido e antecessor na Prefeitura de Itabaiana. Ato contínuo, ouvimos as vozes da oposição, ou seja, dos adversários paroquiais em eleições, bem como adentramos no famoso caso, ocorrido as eleições de 1982, do registro de candidatura, eleição e cassação de diploma pelo mesmo juiz da comarca de Itabaiana.

Ressalta-se que a trajetória de Dona Dida representa não apenas a ascensão de uma liderança feminina em um contexto político local tradicionalmente dominado por homens, mas

¹⁸ Em 1976, dona Eurídice foi fazer um curso de especialização em francês, na França.

também a ressignificação das práticas políticas a partir de uma atuação marcada pelo carisma, pela conexão com a comunidade e pela defesa de pautas sociais progressistas. Sua história evidencia a importância da experiência vivida como fundamento para a construção de identidades políticas sólidas e para o fortalecimento da participação cidadã em Itabaiana. Além disso, a análise das disputas eleitorais e das tensões políticas locais revela as complexidades e os desafios enfrentados por líderes que buscam romper com estruturas hegemônicas, deixando um legado que ultrapassa os limites do município e contribui para reflexões sobre o papel das mulheres na política brasileira.

2 A GUARITA DE ITABAIANA: UMA BIOGRAFIA! DA INFÂNCIA À ASCENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DE EURÍDICE MOREIRA DA SILVA (D. DIDA)

Compreendemos que o papel do historiador tem passado por constantes transformações ao longo dos séculos. Para Nascimento (2019), o historiador é produto e produtor da própria cultura e sociedade. Portanto, nossa escrita sempre vai carregar um pouco de nós, de nossa educação, de nossa sociedade, de nosso “olhar” subjetivo. É necessário ressaltar que o fator subjetivo é inerente ao conhecimento científico e às suas múltiplas determinações sociais.

Após o lançamento da revista dos *Annales* pelos historiadores Lucian Febvre e Marc Bloch, a história das mentalidades passou a favorecer o caráter impessoal, não percebido, que regula as práticas sociais, enfatizando a dimensão de ordem psicológica. A escola dos *Annales* também contribuiu para uma mudança da lógica da escrita de biografias, que privilegiava homens ilustres e passou a abranger também homens comuns. Com o “retorno” da biografia os anônimos da história, tem encontrado um novo lugar.

Nesse contexto, procuramos traçar neste capítulo uma trajetória que tem sido percorrida pelo gênero biográfico na escrita da história, ainda segundo Nascimento:

O fato de se considerar o homem como fundamentalmente plural, mantenedor de vínculos diversos, modificaram a abordagem do gênero biografia ao homem comum. Durante muito tempo as biografias eram dedicadas a homens ilustres. A escola dos *Annales* vai contribuir muito para que uma mudança dessa lógica. No entanto, o gênero biográfico se viu deslegitimado, por razões ao mesmo tempo epistemológicas, e de intenção democrática. Com o ‘retorno’ da biografia os anônimos na história têm encontrado um lugar (Nascimento, 2019, p. 3).

Diante de tantas discussões da sociologia e da antropologia¹⁹ sobre a escrita do gênero biográfico, o historiador também não está isento de dilemas, pois a redação de uma biografia pode levá-lo a cometer toda sorte de desvios. Para tanto, queremos embasar teoricamente a importância deste capítulo, que propõe uma escrita biográfica sobre Dona Dida.

Segundo Giovanni Levi (1996), vemos que as biografias modais valem como exemplificação, ilustração de comportamento e crenças próprias a um meio social ou a um instante particular.

Dosse (2009) nos dá vários exemplos de biografias em que esse discurso foi válido. Pois

¹⁹ Para Claude Lévi-Strauss (1996), a Sociologia pode representar sozinha a ciência social enquanto que a História estaria apegada à lógica de ordem individual. A História estudaria as pessoas e os fenômenos individualizados, enquanto a Etimologia abordaria os fenômenos do inconsciente de uma sociedade. Acuada no domínio do individual e do inconsciente, a História, segundo ele, representa o nível mais pobre das ciências do homem. Nesse caso, a antropologia daria conta de cobrir o abismo entre as ciências da natureza e as ciências humanas.

o que o historiador procura é o seu tema no contexto histórico em si, e não o indivíduo biografado. Através de percursos singulares, fazemos um estudo do período, das relações, das mentalidades, do sistema de valores. Esse é o ponto de vista modal por meio do qual o historiador procura acompanhar o itinerário do indivíduo e dar conta de toda uma categoria social. Essas biografias têm o mérito de conservar a tensão da própria história, entre a coerência de um destino individual e sua ancoragem na sociedade. O que não quer dizer que o contexto seja rígido, coerente e imóvel ou que os destinos individuais não atuem sobre ele, nem o modifiquem.

Atualmente, percebemos uma retomada de interesse pela biografia e sua transformação num gênero mais reflexivo. Sartre²⁰ concebe o biografado não como um simples indivíduo, mas como um “universal singular”. A pessoa nem é inteiramente produto, nem é inteiramente construção, é, a cada instante, uma consequência que ultrapassa o conjunto dos pronomes totalizados.

Assim, a partir das abordagens sobre o tema, o trabalho biográfico e autobiográfico trouxe reflexões sobre as relações entre ficção e história, que levou a pensar o que vem a ser a construção de um relato. Como se dá a relação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa pelo fato de recitar uma palavra e de se incitar alguém a se narrar no relato de vida. Há um consenso entre os historiadores de que essa forma de história pretendeu dar palavra aos sem vozes, às gentes de baixo, aos oprimidos. Reconheceu a competência própria das testemunhas na capacidade de descrever e, portanto, de explicar os acontecimentos que vivenciaram. Tornou-se um material privilegiado no campo de pesquisa da história do tempo presente²¹.

Destarte, procuramos fazer uma análise da biografia de Dona Dida, a partir de fotografias, de entrevista e relatos de memorialistas. Conforme Roger Chartier (2002), “Representação” é a forma como o homem construiu os significados que ele atribuiu a algo descrito ou narrado; ela é intencional e única. Dependendo das experiências vividas de cada sujeito, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que se

²⁰ Em 1947, o escritor lançou uma biografia que exemplifica bem uma exaltação do sujeito capaz de subestimar as variadas formas de condicionamento de sua liberdade.

²¹ O historiador inglês Eric Hobsbawm, quando define o “Tempo Presente” como o “nosso próprio tempo”, aponta para essa “história em aberto”, uma história cuja dinâmica parece dificultar a apreensão de movimentos de mudança ou de persistência de permanências. Contudo, o “fato” analisado numa perspectiva crítico-científica de história-processo não se mostra desconectado ou deslocado da realidade histórica que lhe dá sentido. Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da “cena contemporânea”, devem identificar e avaliar tendências e esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado (Padrós, 2009, p. 31).

forjam” (Chartier, 2002, p. 17).

Para corroborar essa ideia, os fragmentos de memória, que durante a pesquisa são mencionados, nos permitem ter representações do passado e não ele por si. Assim, compreendemos que são experiências únicas, conservadas em sua parcialidade, pois, ao serem revisitadas, acabam sendo influenciadas pelo momento presente que, diretamente, interfere ao ser rememoradas. Para Joel Candau, “A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. [...] a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (Candau, 2012, p. 16). Assim, tempo, memória, espaço e história caminham juntos, através de uma relação de apropriação e reconstrução da memória pela história.

Acrescentamos, como fontes relevantes, os livros memorialistas, poemas, crônicas e cordéis de autores Itabaianenses. Os narradores desses gêneros literários mantêm a escrita em primeira pessoa e, através de tais escritos, registraram suas lembranças. As obras foram utilizadas como documento intencional dotado de poder de pessoas que queriam mostrar para a sociedade sua “verdade” a respeito do assunto que está sendo descrito ou narrado.

Portanto, essa representação do passado nos auxiliou, mencionando um passado saudosista e glamuroso, motivo pelo qual nos levou a questionar essa pompa e perceber que existiram possibilidades diferentes de enxergar a política. Ao tomarmos por base a operação historiográfica da história, inferimos a junção do lugar social e a escrita através de procedimentos metodológicos e escolhas que fizemos na construção deste texto (Certeau, 1998). Nesse diapasão, observando e analisando a relevância do indivíduo na história, iniciamos com a narrativa biográfica.

2.1 DA INFÂNCIA À FORMAÇÃO SUPERIOR

Eurídice Moreira da Silva nasceu em 05 de março de 1938, na cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas. Seus pais, Antônio Moreira da Silva e Ephigênia Gomes de Paula, não moravam naquela localidade, estando lá apenas a passeio. Realizado o parto, registram a criança no Cartório Ofício de registro civil das pessoas naturais - 3º distrito de Bebedouro – Maceió, e retornam à Paraíba.

O retorno ao solo paraibano foi marcado pela entrega da criança aos seus avós maternos, Honório Gomes de Paula e Maria Gomes de Paula, que já cuidavam de duas irmãs mais velhas

de Eurídice, Magali de Paula Galvão e Enalda Moreira da Silva, sendo esta última sua irmã germana, ou seja, filha do mesmo pai e da mesma mãe. Eurídice Moreira da Silva ainda possui um irmão caçula, fruto do derradeiro relacionamento de sua genitora.

A criação da menor, nascida em Maceió, se deu em terras paraibanas, mais precisamente na cidade do Ingá²². Nesta cidade, seus avós maternos eram comerciantes, mantinham residência e, assim, criaram as três irmãs, suas netas.

Na cidade do Ingá, teve início a educação formal de Eurídice Moreira da Silva. O primeiro estabelecimento de ensino frequentado por ela foi o Grupo Escolar Abel da Silva, hoje conhecido como Escola Estadual de Ensino Infantil e Fundamental Abel da Silva. Eurídice e as irmãs ainda receberam aulas particulares do “Professor Lourival”. Já adolescentes, as irmãs germanas, Enalda e Eurídice, foram levadas por sua família paterna para estudar na tradicional Escola Normal Pinto Júnior, situada na cidade do Recife, Capital do Estado do Pernambuco.

A jovem Eurídice dedicou parte de sua vida aos esportes, especialmente o voleibol, inclusive com participação na Seleção Paraibana de Voleibol. Em entrevista concedida a Glória Rabay e Maria Eulina Pessoa de Carvalho, em 1999, para o livro *Mulher e Política na Paraíba*, lançado em 2010, Eurídice Moreira da Silva falou sobre a infância com os avós maternos e com as irmãs:

Eu e minhas duas irmãs fomos criadas pelos meus avós, que não tinham nada de intelectuais. Eram pessoas simples. Eu era a mais nova. Minha mãe ficou viúva, casou novamente e nós ficamos com meu avô e com minha avó. Meu avô, apesar de ser de épocas passadas, achava que mulher tinha que ser independente, tinha que estudar, que se formar e ser independente. Eu fui criada muito nesse regime, tanto é que, minhas irmãs e eu, todas gostávamos muito de estudar. Minha irmã fez Ciências Econômicas e depois fez concurso, foi para Natal, casou e ficou lá. Minha outra irmã, a do meio, fez Enfermagem, depois fez Mestrado em Saúde Pública. Foi fazer curso na Alemanha e não casou. E eu fiz Letras, mas eu adorava, eu tinha um amor grande por francês e Latim (Rabay; Carvalho, 2010, p. 86).

Vale ressaltar que essa narrativa de Dona Dida não era uma realidade comum a todas as mulheres da sociedade da época, isso porque, por muito tempo, as mulheres sequer podiam estudar, tendo suas funções mitigadas e voltadas apenas para a educação dos filhos e afazeres domésticos. O ideal de mulher se centrava na trinca de adjetivos “bela, recatada e do lar”.

Sobre esse processo histórico da formação da mulher, Simone de Beauvoir (1967) aponta um círculo vicioso e limitador da sua liberdade, destinado a desencorajá-la de aprendizados e descobertas:

Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um

²² O município do Ingá possui uma área de 262,179km², e está localizado a uma distância média de 96 km da capital do Estado, João Pessoa.

círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino (Beauvoir, 1967a, p. 22).

Cientes desse processo histórico durador e, portanto, vigente nas diversas gerações anteriores à nossa, é impositivo reconhecer a luta feminina constante e hercúlea para ter seu espaço nos vários campos como o político.

Continuando seus estudos, fica notório que a paixão e dedicação pelo idioma francês começou cedo, tanto que aos 17 anos, como costumava acentuar, já estava fazendo o Nancy²³ e ensinando em cursinho e na Aliança Francesa. Eurídice também foi docente do Liceu, mesmo antes de concluir sua graduação, foi coordenadora do Centro de Línguas Estrangeiras e Presidente da Associação dos Professores de Francês, bem na época em que se dava a discussão sobre a retirada do idioma do currículo. Consoante informou na entrevista concedida a Glória Rabay e Maria Eulina Pessoa de Carvalho mencionada alhures, nesse período, os professores de francês tinham o acompanhamento do Consulado Francês. Essa dedicação ao idioma estrangeiro rendeu-lhe, em 1968, a escolha para uma especialização em francês, na França.

Figura 1 - Eurídice sendo recepcionada na Embaixada do Brasil em Paris (Dona Dida é a segunda da direita para esquerda)



Fonte: Acervo Pessoal de José Sinval da Silva Neto (filho de Eurídice).

A fotografia pertence ao arquivo pessoal da família e, apesar de não dispormos de muitas

²³ O Nancy era um curso de Francês avançado.

informações documentais sobre o registro, ou sobre as demais pessoas que a compõem, a foto registra um momento social ocorrido na Embaixada do Brasil em Paris, provavelmente durante o ano de 1968, período marcado por intensas mobilizações sociais na França, como o célebre Maio de 68, que representou um marco histórico para a França, com protestos estudantis, ocupações universitárias e uma série de greves que culminaram em uma das maiores crises sociais do pós-guerra. As manifestações tiveram impacto direto no funcionamento das instituições diplomáticas, como a Embaixada do Brasil em Paris, que teve de atuar na proteção de cidadãos brasileiros e na produção de relatórios sobre a conjuntura francesa para o Itamaraty²⁴.

2.2 DO RELACIONAMENTO COM AGLAIR DA SILVA E O APELIDO DE DIDA

Eurídice Moreira casou-se com Aglair da Silva, médico e natural do Ingá, em 20 de setembro de 1968, pouco tempo antes de viajar para a França, em outubro do mesmo ano. Foi dele que recebeu o apelido carinhoso de Dida. O casamento à distância foi alimentado por cartas mútuas (guardadas por Dona Dida e, atualmente, em posse de seu filho José Sinval da Silva Neto). Nas cartas²⁵, trocadas durante o ano de especialização na França, a esposa se dirige carinhosamente ao seu esposo com expressões como “meu amor; meu filhinho”.

A abordagem dos arquivos pessoais é uma discussão relativamente nova, em especial, no Brasil, “[...] os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas, três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser” (Belloto, 1997, p. 7). Portanto, ao trabalharmos com as cartas de Dona Dida para seu marido, compreendemos que:

Os arquivos pessoais e de família representam uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo. Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia sobre os arquivos pessoais transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores, que a cada dia se debruçam sobre o estudo de documentos de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes (Baumann, 2011, p. 24).

Dito isso, as cartas de Dona Dida são consideradas como fonte documental, pois permitiram o acesso informacional a fatos que articulavam o ponto de vista pessoal com os

²⁴ Disponível em: <https://www.politize.com.br/maio-de-1968/>. Acesso em: 18/05/2025.

²⁵ Essas cartas são mencionadas no texto fazendo referência à entrevista cedida por Dona Dida a Gloria Rabay, em que ela cita que escrevia essas cartas. No entanto, no momento de escrita desta dissertação, não se fez uso do conteúdo na íntegra dessas cartas, ficando uma valiosa fonte para ser analisada em futuras pesquisas.

acontecimentos sociais e políticos relacionados em seu contexto histórico.

Foi rememorando essas cartas que Dona Dida narrou, em entrevista de 1999, que, apesar do amor ao francês e a sua profissão, optou por seu casamento com Aglair da Silva e, ao fim da especialização, partiu ao encontro do marido²⁶ médico no interior da Paraíba.

Nesse período, Aglair da Silva já residia e trabalhava na cidade de Itabaiana, Paraíba. Foi justamente após seu retorno ao Brasil que Eurídice, também em Itabaiana, iniciou sua trajetória no campo social e político, tornando-se uma figura de destaque local. No entanto, essa ascensão não se deu de forma isolada nem desprovida de condicionantes sociais.

Segundo Bourdieu (1996), o campo político é um espaço estruturado por regras específicas de entrada e permanência, predominantemente ocupado por homens e sustentado por relações de poder simbólicas. A presença de uma mulher nesse campo representa, por si só, um desafio à lógica patriarcal que historicamente excluiu o feminino do mundo público.

Entretanto, é importante refletir se a inserção de Eurídice nesse espaço não esteve também vinculada ao capital simbólico de seu marido, Aglair, uma figura já estabelecida e reconhecida na sociedade local. Nesse sentido, é possível pensar que sua legitimidade inicial no campo político pode ter sido mediada ou, ao menos, facilitada por essa relação, o que não anula sua atuação autônoma, mas revela as tensões e mediações envolvidas no acesso feminino a posições de poder em contextos marcadamente patriarcais. Assim, a trajetória de Eurídice pode ser lida como uma experiência híbrida, que articula agência pessoal e estruturas sociais herdadas, evidenciando tanto os limites quanto as possibilidades de ação feminina no espaço público.

Com isso, é entendido que, com destacadas frentes de lutas, as mulheres acabaram amanhando posições no meio político, conquistando o direito de votar e de ser votada. Entretanto, apesar dos avanços, não podemos deixar de atentar para a disparidade que ainda existe entre o número de mulheres que ocupam reduzido espaço de poder político, partidário e eleitoral, sequer espelhando o percentual destas na composição da sociedade, em clara alusão à desigualdade existente. Para Rodrigues e Dourado:

Após conquistado o direito de acesso às esferas de comando político, a presença feminina foi sendo notada aos poucos, no entanto, não podemos deixar de destacar a disparidade que existe entre o número de mulheres e a presença masculina no mesmo campo, demonstrando a desigualdade ainda existente em nossa sociedade. Ainda ressaltamos a pequena produção historiográfica referente à participação da mulher na política partidária brasileira. Esse tipo de produção, em sua maioria, fica a cargo dos grupos feministas e/ou acadêmicos que se interessam pela temática. (Rodrigues;

²⁶ São frutos desse relacionamento seus dois únicos filhos, José Sinval da Silva Neto e Cybele Cristine Moreira da Silva.

Dourado, 2020, p. 3).

Partindo do pressuposto de que as mulheres enfrentam, cotidianamente, um percurso marcado por múltiplos preconceitos e desigualdades estruturais, torna-se evidente que o acesso e a permanência nos espaços públicos de poder e decisão ainda constituem um desafio significativo. O empoderamento feminino, compreendido aqui como a conquista de autonomia, voz e protagonismo em esferas historicamente masculinas, tem se consolidado como um dos temas centrais nos debates contemporâneos, tanto em nível local quanto global.

Figura 2 - Aglair da Silva e Eurídice Moreira



Fonte: Acervo Pessoal de José Sinval da Silva Neto (filho de Eurídice).

A fotografia destaca o contexto social de Itabaiana, Paraíba. Mesmo sendo uma recém-chegada professora de francês, ela expandiu sua atuação para além da sala de aula, tornando-se protagonista em diversas esferas do espaço público local.

O baile beneficente “Uma Noite na França” é um exemplo da maneira como ela mobilizava a cultura e a educação para finalidades sociais, como o apoio ao Colégio Nossa Senhora da Conceição. A imagem pode estar relacionada a esse ou a outro evento de natureza similar, evidenciando sua participação ativa na sociedade itabaianense.

O cenário da foto, um ambiente formal e provavelmente urbano, reforça a presença e a influência de Dona Dida em espaços sociais de prestígio. Sua vestimenta e postura, ao lado do marido, demonstram não só elegância, como também uma inserção em círculos sociais relevantes, ainda que, segundo Dona Dida, sem consonância política direta naquele momento. Contudo, essa atuação em espaços como escolas, hospitais e comunidades carentes preparou o ambiente para uma futura atuação política, que viria mais tarde.

2.3 MEMORIALISTAS E MEMÓRIA POLÍTICA: UMA LEITURA DA HISTÓRIA POLÍTICA DE ITABAIANA

Se no Brasil de 2023 os obstáculos à participação feminina se impõem, certamente, no

estado da Paraíba de 1970, encravado no Nordeste brasileiro, mais precisamente no Vale do Paraíba, em Itabaiana, a situação era demasiadamente pior.

Entrementes, em plena década de 1970, o município de Itabaiana, localizado no agreste paraibano, testemunhou a ascensão política de uma mulher chamada Eurídice Moreira da Silva, conhecida popularmente como Dona Dida. Professora de francês por formação, Dona Dida construiu sua trajetória profissional na educação, mas foi no campo político que se projetou publicamente, sobretudo a partir do momento em que assumiu o cargo de Secretária Geral, durante a gestão de seu marido, o então prefeito Aglair da Silva (1977-1983).

Sua atuação nesse período marca um ponto de inflexão importante, pois revela como, mesmo em um contexto fortemente patriarcal e excludente para as mulheres, Dona Dida conseguiu ocupar um espaço de destaque na administração pública local. A sua presença em um cargo estratégico da gestão municipal suscita reflexões não apenas sobre sua competência e protagonismo, mas também sobre os possíveis condicionantes sociais que facilitaram seu acesso a esse espaço, como a relação conjugal com uma figura política masculina de prestígio. Nesse sentido, “a dominação masculina se inscreve nas estruturas objetivas e nos esquemas de percepção, de pensamento e de ação que contribuem para reproduzi-la” (Bourdieu, 2010, p. 35).

Não podemos deixar de mencionar, além disso, o caráter positivista de como muitos memorialistas trabalham a memória e a história local, seja no compromisso com a verdade, seja na dita neutralidade ao abordar os fatos, fortes marcas encontradas em textos memorialísticos. Esse caráter positivista é amplamente difundido na cidade de Itabaiana, através de escritores memorialista como o jornalista Arnaud Costa (*Memórias esparsas de um rábula* - 2003), segundo o qual, o então Prefeito, Dr. Aglair, continuou a exercer intensamente a profissão de médico, confiando à Dona Dida os rumos da administração municipal.

O médico e famoso cirurgião Aglair da Silva assumiu a prefeitura de Itabaiana após uma memorável campanha, quando enfrentou nada menos do que duas chapas fortíssimas: Cândido Gouveia Neto/Arnaud Costa e o Capitão Joca Pedro/Babá, este último futuro itabaianense. Aglair era mais médico do que prefeito, uma vez que a sua digna consorte era o braço direito de sua administração. As suas qualidades de médico renomado e amigo da pobreza, bem como sua popularidade fizeram dele um verdadeiro homem público, merecedor do proselitismo que despertava (Costa, 2003, p. 102).

Todavia, é importante destacar que essa característica de escrita que aqui chamamos de positivista não é algo proposital do escritor memorialista no sentido de que este mesmo fosse um adepto ou até mesmo um profundo conhecedor da escola metódica-positivista e de todas as suas concepções, não. Esse tipo de história dos grandes homens, dos grandes feitos da nação, da neutralidade e da verdade dos fatos, da excessiva valorização do documento escrito, foi a

história a que muitos desses homens tiveram acesso em suas vidas escolares durante os anos de sua juventude.

Esses escritores, sendo memorialistas, escrevem e escreveram de formas, com suportes e para públicos diferentes, conforme suas temporalidades. Entretanto, as informações extraídas e citadas acima são traços comuns a vários escritos memorialistas em Itabaiana - PB. Nos livros *História de Itabaiana*, em versos e em algumas crônicas reais, como em *A voz de Itabaiana e outras vozes*, o escritor Fábio Mozart elaborou versos de reconhecimento à dupla Aglair/Dona Dida.

Dr. Aglair da Silva,
Médico de grande ousadia
Trouxe para Itabaiana,
Obras de grande valia,
Morreu, mas deixou sua marca
Que ainda se vê hoje em dia

Na obra de sua esposa,
A prefeita Dona Dida,
Eleita com grande margem,
A resistência vencida
Dos que tanto mal fizeram
A Itabaiana querida.
(Mozart, 2010, p. 187).

A pujança do prestígio de Dona Dida também foi descrita na obra de memórias *O atentado e o Juiz de Itabaiana-1984*, escrita pelo magistrado Eleitoral, à época, Reginaldo Antônio de Oliveira: “É crucial, de uma evidência palmar, que a dra. EURÍDICE MOREIRA DA SILVA, conhecida por Dona Dida, é pessoa de largo prestígio na cidade, onde foi eleita, e isso é uma decorrência de sua participação nas reações sociais locais” (Oliveira, 1984, p. 66). E, assim, a trajetória política de Dona Dida de Itabaiana se inicia.

A conquista de poder está na produção de ideias e no reconhecimento das mensagens, que lhes dão força simbólica e, conseqüentemente, capital, que podem mobilizar votos, confiança, conhecimento, adesão e poder: “O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (Bourdieu, 1996, p. 187-188).

Portanto, o conceito de “capital político”, de Bourdieu, contribui para a compreensão da produção e do acesso aos recursos políticos, pois indica o reconhecimento de possíveis lideranças, elementos de popularidade, carisma, adesão a ideias e valores, que são recursos que viabilizam a ação política. O que pressupõe uma relação de reciprocidade entre os atores envolvidos, pela identidade ideológica, afetividade, relação de troca ou confiança – favores,

recursos materiais ou de outra natureza.

Dona Dida foi a candidata à prefeita do PDS em Itabaiana, no Vale do Paraíba, ela liderou uma campanha cujas palavras de ordem eram contra a “burguesia” e a favor do “pobre”. Uma de suas marchinhas de campanha (*jingle*²⁷), indicando preferência ao eleitorado mais pobre, bradava: “criticada pela burguesia, só porque o pobre ela abraçou, e o povo mostrando a sua raça vai provar que o pobre tem valor”²⁸.

Outra de suas músicas de campanha foi a adaptação da canção Cidadão, de Lúcio Barbosa, de 1978, que entronizava as ações de seu grupo político. Na letra da canção, Dona Dida foi colocada como a escolhida e apoiada para se candidatar como a decisão do povo pobre de Itabaiana - PB. A identificação e o reconhecimento estabelecido apresentam-se como um recurso a mais com o qual os partidos políticos precisam lidar.

O povo na praça

Rever meu povo é tão emocionante
Nesta praça de novo a vibrar
Comungando do mesmo ideal
Com dona Dida queremos ficar

Criticada pela burguesia
Só porque o pobre ela abraçou
E o povo mostrando sua raça
Vai provar que o pobre tem valor

Hospitaleira e muito inteligente
Para a pobreza é a melhor que há
Todo povo humilde desta terra
Com dona Dida eu sei que vai votar

Lá, lá, lá, lá ...
(Letra: Zorah Lira – eleições de 1982).

A dama da pobreza
Música: coco pernambucano

Meus senhores respondam se não é
A beleza do mundo é a mulher

A mulher tem toda capacidade
De todo lar é ela a alegria
Vendo Deus que Adão não resisitia
Criou Eva e lhe deu por companhia

²⁷ O termo “*Jingle*” vem do inglês e consiste em um tipo de propaganda ou música de peça publicitária, uma mensagem musical simples e de curta duração, que tem o objetivo de ser lembrada com facilidade, sendo divulgada em rádio, televisão, carros de som e, hoje em dia, até em aplicativos de música. O primeiro *jingle* foi desenvolvido para o cereal matinal Wheaties, nos Estados Unidos, em 1926.

²⁸ O capital político tem como base a confiabilidade e o reconhecimento da sociedade e de outros grupos. Segundo Bourdieu, o homem político extrai sua força política da confiança que um grupo deposita nele: “Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos” (Bourdieu, 1996, p. 188).

Nesta terra querida e altaneira
 A mulher fez da luta sua bandeira
 E o povo vai votar tenho certeza
 Em dona Dida a dama da pobreza

Dona Dida em 15 de novembro
 E o nome que a vitória encerra
 E aqueles que a seu nome fazem guerra
 É porque não querem o bem de nossa terra

O povão vai votar em dona Dida
 Número 15 com esperança e com ternura
 Ele sabe que ela sendo eleita
 É o pobre outra vez na prefeitura

Meus senhores respondam se não é
 A beleza do mundo é a mulher
 (Letra: Zorah Lira – eleições de 1982).

Foi uma campanha peculiar, não apenas por ser uma das mais relatadas nos escritos históricos ou memorialistas, mas, também, por suas canções (*jingles*). O *jingle* político é uma peça publicitária que procura elevar as qualidades de um candidato, combater um conceito ou, ainda, reforçar uma ideologia, o *marketing* de um governo ou mandato parlamentar.

Dessa forma, a produção de um *jingle* enfrenta o que Bourdieu denomina de “valorização”, que ocorre através da *homologia funcional e estrutural*²⁹, uma vez que a lógica do campo de produção e a lógica do campo de consumo devem estar objetivamente orquestradas. Não é uma tarefa fácil estabelecer nexos com o sentimento e as aspirações do eleitor e gerar empatia, pois há uma série de elementos que devem ser levados em consideração como, por exemplo, a cultura de cada região. Para Abreu:

O princípio da homologia funcional e estrutural deriva do facto que os distintos campos tendem a organizar-se segundo a mesma lógica: volume do capital específico possuído, o que significa que as oposições entre ricos e pobres, distinção e pretensão, velhos e novos, etc., também são homólogas entre si e homólogas das oposições que organizam o campo das classes sociais em dominadores e dominados e, no seio da classe dominante, entre as suas distintas fracções (Abreu, 2015, p. 41).

Destarte, um candidato que queira mobilizar emprega, usando de seus capitais (econômicos, sociais, culturais e simbólicos) e recursos, uma comunicação codificada que seja capaz de ser decodificada pelo seu público-alvo. Esse é um processo complexo e, em muitos casos, revela o motivo de alguns candidatos serem mais bem-sucedidos, ou terem o carisma dos eleitores mais que outros. Dessa forma, o sucesso está no processo de criação das formas

²⁹ Outro conceito de vital relevância na teoria bourdiana é o de “homologia estrutural”. Segundo Bourdieu (2010), essa homologia estrutural é universal: ou seja, ainda que existam inúmeros campos dentro do todo social, cada um desses campos possui os iniciados, os profanos, o capital, a dominação, a subordinação, a violência simbólica, a legitimação etc.

simbólicas e no emprego de certos signos que atendam e estabeleçam a devida conexão com as aspirações e demandas daqueles que se quer mobilizar, e que também vincule um nexo codificador com sua doxa, ou seja, seus valores e crenças (Abreu, 2015).

O *jingle* “Trajetória”, utilizado durante as campanhas partidárias da década de 1980, enaltece a vida e a atuação de Dona Dida, foi justamente em um dos trechos desse cançãoeiro eleitoral que encontramos a inspiração para o título deste trabalho. O refrão salienta que os pedidos feitos a Dona Dida eram como “prece atendida” pela política itabaianense e que, assim, satisfeito e emocionado, o “povo proclama”:

Trajetória
Música: Homenagem a Paulo II

Um dia aqui chegaste e te dedicastes á educação
A quem ensinavas sempre elogiava tua vocação
Mas o teu rumo mudaste
Ajudar os que sofremé tua nova missão
Que gesto tão nobre ajudar o pobre
Que bom coração

Refrão
Hoje teu nome chamado
É prece atendida, chegou dona Dida
O povo proclama emocionado quer agradecer
O fruto plantado uma dia vai colher

Que tão rara em nosa cidade
Nunca apareceu gente tão delicada
E tão dedicada aos problemas seus
Se um pobre a procura em busca de ajuda
Sempre dá solução
Pois ao mais carente tu ficas contente
Ao estender a mão

Refrão
Hoje teu nome chamado
É prece atendida, chegou dona Dida
O povo proclama emocionado quer agradecer
O fruto plantado uma dia vai colher

És nossa esperança porque não te cansas
De fazer o bem, atende doentes
Crianças carentes e velhinhos também
Eu sei que não pensas em ter recompensas
Mas o povo dará
Porque ele sabe que em nossa cidade
Terás que ficar

Refrão
Hoje teu nome chamado
É prece atendida, chegou dona Dida
O povo proclama emocionado quer agradecer
O fruto plantado uma dia vai colher
(Letra: Zorah Lira – eleições de 1982).

O *jingle* de campanha eleitoral composto por Zorah Lira, em 1982, para Dona Dida, expressa, em linguagem poética e emocional, o reconhecimento popular de uma trajetória política que se consolidava no município de Itabaiana - PB. Com versos como “És nossa esperança porque não te cansas de fazer o bem” e “Hoje teu nome chamado é prece atendida”, a letra transforma a figura de Dona Dida em um símbolo de devoção, cuidado e esperança. Essa construção simbólica aproxima a candidata de um ideal maternal e abnegado, fortemente associado à sensibilidade feminina e à dedicação aos “doentes, crianças carentes e velhinhos”.

Essa forma de representação, embora carregada de afeto e reconhecimento, inscreve-se em um sistema de significações que associa o lugar político da mulher a funções de cuidado e doação. Conforme afirma Bourdieu (1996), o campo político é um espaço de disputa em que os agentes competem pelo monopólio da autoridade legítima, e onde a linguagem exerce papel central na construção da legitimidade. O *jingle*, nesse sentido, atua como instrumento de publicização simbólica, moldando a imagem da candidata segundo valores compartilhados com o eleitorado.

Conforme salienta Thompson (1995), “as formas simbólicas, como os discursos políticos, os slogans e jingles, são produzidas, transmitidas e recebidas em contextos sociais estruturados por relações de poder” (p. 18). Assim, o *jingle* não é apenas uma peça musical; é um dispositivo de mediação política, que busca alinhar os desejos e aspirações do eleitorado à figura da candidata, conferindo-lhe legitimidade emocional e simbólica.

Além disso, ao destacar que “não pensas em ter recompensas, mas o povo dará”, o *jingle* reforça uma lógica da política como vocação e não como ambição, um discurso comum nas campanhas de mulheres, especialmente na segunda metade do século XX, quando estas ainda precisavam afirmar sua presença no espaço público com base em qualidades tidas como “naturais” ao universo feminino.

Pensa-se, por exemplo, em um *jingle* que reforce a esperança, um sentimento que, segundo Gustave Le Bon³⁰ (1956), é constituído de uma aptidão mental, que nos faz crer na realização de um desejo. Dessa forma,

[...] a conjugação do jingle com as demais peças publicitárias de uma campanha deve priorizar a sinergia para a persuasão. Compreender os elementos simbólicos presentes

³⁰ Gustave Le Bon, em sua famosa obra *As Opiniões e as Crenças*, considerava esse aspecto irracional da opinião pública, quando escreveu: “O meio social exerce nas nossas opiniões e na nossa maneira de proceder uma ação intensa. A despeito de nossa vontade, ele determina interferências inconscientes que sempre nos dominam”.¹⁴ Ainda no mesmo livro, o psicólogo social francês já havia afirmado que “os homens, na sua imensa maioria, somente possuem opiniões coletivas e que os mais independentes professam, em geral, as opiniões dos grupos sociais a que pertencem”.¹⁵ Certo é, entretanto, que essas acepções levariam ao conceito de “massa”, onde prevalecem as reações emocionais às considerações racionais.

no contexto histórico específico e social estruturado de cada eleição e transformá-los em formas simbólicas estratégicas de persuasão eleitoral capazes de serem decodificadas de forma ampla (Santos, 2017, p. 10).

Encerrada a primeira disputa, Dona Dida obteve a vitória, contra 05 candidatos homens, com a votação de 3.544 eleitores, equivalente a 39,02% dos votos válidos naquele pleito eleitoral.

A força dessa mulher, alcunhada de “Mãe dos Pobres”, foi testada em 1982. O *slogan* da campanha eleitoral foi “A vez dos pobres”, numa clara alusão a sua atuação social enquanto primeira-dama e secretária municipal.

Figura 3 - A então candidata Dona Dida em comício de 1982



Fonte: Acervo Pessoal de José Sinval da Silva Neto (filho de Eurídice).

A imagem retrata Dona Dida em um momento de forte representação política: ela está em um palanque, com um microfone em mãos e o braço erguido fazendo o sinal de “vitória”, gesto tradicional em campanhas eleitorais. Há bandeiras ao fundo, indicando um comício, ato público, e outras pessoas ao redor também fazem o mesmo gesto, sugerindo um clima de entusiasmo e apoio popular.

Esse registro fotográfico expressa a presença ativa e determinada de Dona Dida na cena política de Itabaiana, marcada por sua candidatura à prefeitura. No entanto, apesar de ter sido eleita e diplomada, ela foi impedida de assumir o cargo devido a um recurso judicial impetrado pelo PMDB, que alegava inelegibilidade por causa de seu casamento religioso com o então prefeito Aglair da Silva.

O fato de o PMDB não ter impugnado sua candidatura durante o registro, mas apenas após sua eleição e diplomação, indica uma estratégia política de bastidores, revelando tensões

no campo partidário. O argumento do casamento religioso (sem validade jurídica no ordenamento civil como causa de inelegibilidade) mostra como elementos da vida privada foram usados para inviabilizar sua ascensão ao cargo, numa clara tentativa de bloqueio político.

Em livro de sua autoria sobre o atentado, o Juiz Eleitoral de Itabaiana à época, Reginaldo Antônio de Oliveira, confirma a mudança de seu entendimento sobre a elegibilidade de Dona Dida. Assim diz:

Por vez do momento do pedido de registro de sua candidatura, firmei minha convicção de que cônjuge desquitado perde a qualidade de cônjuge, sendo que o segundo – depois do desquite, as relações carnavais entre esposos desquitados só poderiam ser realizadas concubinariamente. Convenço-me agora de que cônjuges desquitados são cônjuges. O desquite apenas especifica o casal, o tipo de cônjuge. Assim como laranja-cravo não deixa de ser laranja, por ser laranja-cravo, como também banana-prata não deixa de ser banana, por ser banana prata, do mesmo modo cônjuge desquitado não deixa de ser cônjuge, por ser cônjuge desquitado (Oliveira, 1984, p. 60).

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba confirmou a sentença do juiz eleitoral de Itabaiana e o mandato outorgado pelo povo à Dona Dida foi definitivamente cassado.

No processo eleitoral suplementar em 1984, Dona Dida apoiou o candidato Fernando Cabral de Melo, que obteve a quantidade de 3.465 votos, equivalente a 39.82% dos votos válidos, sendo o mais votado, mas não eleito em razão do instituto da sublegenda³¹.

Interessante sublinhar que a eleição suplementar de 1984 é a quarta eleição consecutiva que o grupo político, do qual faziam parte Dona Dida e Aglair da Silva, fora majoritário na cidade, com elemento comum de, nas três últimas, ter a candidatura oposta de Cândido Inocência de Gouveia Neto, adversário histórico do casal.

Após esse imbróglio eleitoral, Dona Dida enfrentou um momento, particularmente, difícil, pois, em 05 de julho de 1985, um acidente de carro vitimou o seu marido Aglair da Silva. A partir de então, a viúva Dona Dida, mãe de dois filhos, e intitulada de Mãe dos pobres de Itabaiana, segue enlutada, mas na política, Outros foram os espaços ocupados por D. Dida na vida política, podemos citar a Diretoria de Programas da Legião Brasileira de Assistência a partir de 1990 até 1992, e a Gestão na Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” – FUNDAC. Essa chefia exercida na administração municipal e o forte

³¹ Sublegenda foi um instituto da legislação eleitoral brasileira, que teve aplicação no país durante o regime militar, tendo sido revogado pela Lei nº 7.551, de 1986. O sistema de sublegendas foi introduzido pelo Ato Complementar nº 26, de 29 de novembro de 1966, e regulamentado pela Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968 (depois substituída pelo Decreto-Lei nº 1.541, de 1977). As sublegendas, em 1982, foram utilizadas pelos partidos como forma de maximizar os ganhos eleitorais, podendo ser comparado com um modelo de partido *catch-all*, no sentido de oferecer ao eleitorado diversas opções de candidatos e com penetração em eleitorados diversos (Geraldi; Madeira, 2012).

apelo social com ações voltadas, sobretudo, aos mais necessitados lhes consolidaram como a “sucessora” do marido Prefeito, “o médico dos pobres”.

Esse foi o momento da consolidação de Dona Dida como símbolo de representatividade e força feminina na história política e social paraibana, especialmente na cidade de Itabaiana - PB, onde posteriormente exercera mandatos eletivos e participara ativamente da vida política daquele município, sendo reconhecida pelas suas contribuições com projetos e ações sociais direcionadas à parte mais carente daquela população, mesmo antes de exercer qualquer cargo eletivo.

Foram aproximadamente 45 anos de atuação política e eleitoral ininterruptas. Dona Dida candidatou-se ao Poder Executivo Municipal de Itabaiana, ao todo, em 06 oportunidades. Destas, saiu vitoriosa em 03 eleições: 1982, 2004 e 2008. E amargou derrotas em outras 03 candidaturas: 1988, 1992 e 1996. Nesses últimos processos eleitorais, os vencedores foram candidatos do PMDB, cuja rivalidade com o grupo político de Dona Dida era histórica.

Em 1988, a primeira derrota eleitoral se concretizou com a vitória de Sebastião Rodrigues de Melo (Babá), com 554 votos de diferença. Já em 1992, o vitorioso foi Geraldo Fonseca Filho (Geraldinho Fonseca). O terceiro insucesso eleitoral se deu em 1996, dessa vez, o vitorioso foi Antônio Carlos Rodrigues de Melo Júnior, por 408 votos. Os resultados dos citados pleitos eleitorais foram contestados judicialmente. Sobre essa questão, Dona Dida asseverou:

Fui novamente candidata a prefeita, em 1992, e, nessa eleição, houve outro problema também, porque no nordeste é assim: enquanto não houver um recadastramento por região, enquanto não houver urna eletrônica em todos os municípios, nunca será eleita a pessoa que realmente ganhou a eleição. Por exemplo, na minha região lá, em Itabaiana, existe um número de eleitores cadastrados que não corresponde ao número de habitantes [...]. O Povo de Itabaiana costuma dizer que ‘campanha sem Dona Dida não tem graça’, pelo fato de a disputa se tornar acirrada, pelos grandes comícios e memoráveis passeatas. Infelizmente, a eleição perdi por 200 votos, porém todo o município achava que aquele resultado não correspondia à verdade dos fatos. Mais uma vez eu fora vítima da injustiça. Pedi recontagem e a justiça eleitoral atendeu. E, nessa nova apuração, a diferença caiu para apenas sete votos, ficando ainda uma urna sob suspeita. Segundo alguns correligionários, se fosse apurada, eu ganharia por 48 votos. Essa urna seguiu para o Tribunal Regional Eleitoral para verificação, para decidir se seria apurada ou não, ficando tudo por isso mesmo. E eu, mais uma vez não assumi a prefeitura. Eu já estava achando que o destino talvez não quisesse que eu fosse prefeita de Itabaiana (Rabay; Carvalho, 2010, p. 91).

As alegações de Dona Dida acerca de irregularidades nas apurações eleitorais manuais nesses pleitos foram firmes e inarredáveis. A adoção da urna eletrônica em Itabaiana, de certo modo, ratificou suas acusações, haja vista que de 2000 a 2016, últimas eleições municipais com a presença física de Dona Dida, seu grupo político venceu 04 das 05 eleições disputadas,

decidindo, assim, nas eleições seguintes: o apoio, em 2000, a Sebastião Rodrigues de Melo (Babá) e, em 2016, a Lúcio Flávio Araújo Costa, e vencendo ela mesma as eleições de 2004 e 2008.

Dona Dida é eleita Deputada Estadual, em 1994, sendo a opção dos eleitores de Itabaiana e região, em João Pessoa e em aproximadamente 90 outros municípios paraibanos. Nos pleitos eleitorais de 2004 e 2008, Dona Dida foi eleita e reeleita Prefeita do Município de Itabaiana, ocupando o cargo até o final de 2012. Nas eleições de 2000 e 2016, foi decisiva no apoio aos candidatos vitoriosos.

É relevante para a história e para a sociedade rememorar as incansáveis e vigorosas trajetórias de mulheres por direitos, espaços e posições, além de reconhecimento e destaque no cenário político e social, que até os dias atuais são mitigados ou, pelo menos, na prática, minimamente dimensionados. Evidentemente, que como muitas das conquistas das chamadas “minorias”, elas são sempre regadas por muitas lutas. Para Resende e Epitácio (2017), a participação política das mulheres no legislativo ao redor do mundo faz parte não de um processo de moralização, mas de inclusão e efetivação do próprio conceito moderno de cidadania e democracia. Há também a ideia de que as mulheres eleitas estão incumbidas da tarefa de trazer para as pautas de discussão temas até então negligenciados, como os relacionados à família, às crianças e aos idosos.

Destarte, esse argumento se apoia na figura materna, protetora e familiar que envolve o gênero feminino. Ao gênero acaba sendo atribuída “uma vocação” natural pelos temas de caráter social. Autores como Miguel (2000) destacam que essa “vocação” atribuída ao gênero dificulta a entrada dessas mulheres nas discussões do *hard politics*, como as administrativas, as econômicas e as internacionais, com maior visibilidade e prestígio político.

De outra forma, a presença feminina tende a reduzir a responsabilidade masculina com relação aos temas considerados de caráter social. Em trabalho recente, Miguel e Feitosa (2008) esclarecem que isso ocorre porque, muitas vezes, se trata do único nicho disponível para as mulheres no campo político. Essas questões, associadas a uma sociedade patriarcal, levaram a uma divisão sexual do trabalho parlamentar, negando às mulheres a construção de uma identidade de interesses próprios e de uma participação política realmente inclusiva.

2.5 DA MORTE E DA COMOÇÃO POPULAR EM ITABAIANA E EM TODA A PARAÍBA

Ao amanhecer do dia 01 de julho de 2020, a população de Itabaiana recebeu a triste notícia da partida de sua líder e mergulhou no luto. A notícia da morte da ex-prefeita e ex-deputada estadual Eurídice Moreira da Silva, Dona Dida, aos 81 anos, no Hospital Memorial São Francisco, em João Pessoa, onde estava internada há 50 dias, causou comoção em todo o Estado da Paraíba.

A *causa mortis* oficial foi atribuída à Covid-19. Desde criança, Dona Dida sofria de problemas respiratórios e, na última internação, chegou a ser levada três vezes para a UTI, tendo sido entubada. Submeteu-se ao teste de Covid-19, que havia dado negativo, mas na semana anterior a seu falecimento, testou positivo e não resistiu ao coronavírus.

Figura bastante querida pela população pobre de Itabaiana, a qual governou duas vezes, Dona Dida foi homenageada na cidade com faixas pretas colocadas nas portas de habitantes que se confessam seus admiradores. Não poderia ser diferente, além do marido Aglair Silva, já falecido, que também foi prefeito de Itabaiana, o seu filho José Sinval da Silva Neto, à época, ocupava o cargo de vice-prefeito de Itabaiana.

Em plena pandemia do Coronavírus, o corpo de Dona Dida foi sepultado na manhã de 01 de julho de 2020, no cemitério Parque das Acácias, no bairro de José Américo, na capital João Pessoa, em cerimônia restrita a parentes e amigos mais próximos, sem o adeus do povo que durante mais de 45 anos se acostumou com sua marcante presença social, política e eleitoral. A Prefeitura Municipal de Itabaiana, através do Decreto nº 19, decretou ponto facultativo em 01 de julho de 2020 e luto oficial nos três dias subsequentes.

DECRETO Nº. 19, DE 01 DE JULHO DE 2020 DECRETA PONTO FACULTATIVO, ALÉM DE TRÊS DIAS DE LUTO OFICIAL, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SRA. EURÍDICE MOREIRA DA SILVA – DONA DIDA, EX-PREFEITA DE ITABAIANA- PB. O Prefeito do Município de Itabaiana, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos Artigos 55 e 56, e inciso V, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o falecimento da Sra. Eurídice Moreira da Silva, conhecida por Dona Dida, Ex-Prefeita do Município de Itabaiana-PB, e mãe do Vice-prefeito, José Sinval; CONSIDERANDO que a necessidade de expressar para o público o luto pela memória da Sra. Eurídice Moreira da Silva; CONSIDERANDO os pêsames pela perda de Dona Dida, bem como a consideração por sua família. DECRETA: Art.1º. Ponto Facultativo na Prefeitura Municipal de Itabaiana, no dia 01 de julho de 2020, acrescentando-se de três dias de luto oficial, totalizando os dias 01, 02, e 03 de julho de 2020. Art.2º. As repartições públicas municipais deverão hastear as bandeiras a meio-mastro. Art.3º. Os Secretários Municipais ficarão responsáveis para identificar e orientar os casos previsto no artigo 2º. Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Itabaiana - Paraíba, 01 de julho de 2020. Lúcio Flávio Araújo Costa Prefeito Constitucional de Itabaiana-PB (Itabaiana, 2020).

O presidente da Famup (Federação das Associações dos Municípios da Paraíba), George Coelho, lamentou o falecimento de Dona Dida, destacando:

Lamentamos a morte dessa mulher forte que contribuiu diretamente para o municipalismo na Paraíba quando foi prefeita e também deputada. Sua vida pública foi pautada pela defesa da população e o desenvolvimento da sua região polarizada pelo município de Itabaiana. A Paraíba perde um grande quadro político. Deixamos o nosso mais profundo pesar à família e aos amigos de Dona Dida (Coelho, 2020, online).

A Assembleia Legislativa da Paraíba enlutada, e em reconhecimento à figura pública de relevo que foi Dona Dida, decretou, em 03 de julho de 2020, luto oficial de 03 (três) dias.

ATO DA MESA Nº 45 /A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe conferem o art. 18 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012, CONSIDERANDO o falecimento da Senhora Eurídice Moreira da Silva, conhecida socialmente como ‘Dona Dida’, no dia 01 de julho de 2020, em João Pessoa, Paraíba; CONSIDERANDO que, em vida, a Senhora Eurídice Moreira da Silva, prestou relevantes serviços ao Estado da Paraíba como Deputada Estadual (1995 – 1999) e Prefeita do município de Itabaiana/PB, por dois mandatos consecutivos (2005 – 2012), com uma atuação política de destaque no desenvolvimento da microrregião de Itabaiana, exemplo de mulher pública que deixa grandes lições e um legado de muito trabalho e luta pelo povo paraibano; DECRETA: LUTO OFICIAL, por 03 (três) dias, na Assembleia Legislativa da Paraíba, a partir do dia 01 de julho de 2020, em sinal de profundo pesar e respeito pelo falecimento da Senhora Eurídice Moreira da Silva, ex-Deputada Estadual e ex-Prefeita do município de Itabaiana/PB, além de professora. Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa, PB, 01 de julho de 2020 (Paraíba, 2020, p. 1).

O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Adriano Galdino (PSB), expressou solidariedade à família de Dona Dida e a todos os que lhe acompanharam ao longo da vida. “É uma grande perda para a Paraíba e Itabaiana. Nossos sinceros sentimentos à família, aos amigos e as pessoas próximas. Que Deus console o coração de todos neste momento de dor”, declarou o presidente da ALPB.

A Câmara Federal também lamentou a morte de Dona Dida. A deputada Federal Edna Henrique salientou a história e a política eleitoral da líder itabaianense:

Dona Dida era professora e nasceu em 05 de março de 1939 em Maceió/AL. Era considerada uma das mais importantes lideranças políticas da região. Conhecida por sua generosidade capacidade e equilíbrio foi Prefeita de Itabaiana por dois mandatos 2005/2008 e em 2009/2012, também foi deputada estadual entre 1995 e 1998 e Secretária da FUNDAC no governo Zé Maranhão. Nas últimas eleições disputadas, Doutor Lúcio Flávio, venceu as eleições com o forte apoio recebido da grande líder política Dona Dida, chegando à vitória, tendo como vice-prefeito seu filho José Sinval. Na gestão atual ela ocupou a Secretaria da Casa Civil, onde se desligou do cargo em 2018 quando houve o rompimento político entre José Sinval e o atual Prefeito (Henrique, 2020, p. 1).

A Câmara Municipal de João Pessoa lamentou a morte da ex-prefeita de Itabaiana e emitiu votos de pesar.

VOTOS DE PESAR pelo falecimento da Sra. Eurídice Moreira ‘DONA DIDA’, ex-prefeita do município de Itabaiana-PB, acontecimento que consternou toda sociedade

paraibana. Justificativa: O Estado da Paraíba perde mais uma personalidade distinta da política. Eurídice Moreira, conhecida como Dona Dida, faleceu nesta quarta-feira (01/07), vítima da Covid-19. Ela estava internada há vários dias no Hospital Memorial São Francisco, nesta capital. Dida Moreira era natural de Maceió, Alagoas. Ela foi deputada estadual de 1995-1998 e prefeita da cidade de Itabaiana por dois mandatos o primeiro em 2005-2008 e em 2009-2012. Nosso mais profundo sentimento de pesar e desejo que Deus possa confortar o coração dos familiares, parentes e amigos (João Pessoa, 2020, p. 1).

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba também aprovou, por unanimidade, voto de pesar, de propositura da juíza Michelinini de Oliveira Dantas Jatobá, pelo falecimento da ex-deputada estadual e ex-prefeita de Itabaiana, Eurídice Moreira da Silva, que veio a falecer na quarta-feira, aos 81 anos de idade, de Covid-19.

Vários sites³², blogs e jornais impressos, televisivos ou radiofônicos reverberaram a passagem de Dona Dida, destacando sua história de vida, de lutas e sua importância política para Itabaiana, no Vale do Paraíba e no Estado da Paraíba.

³² FAMUP – Federação de Associados do Município de Itabaiana. Disponível em: <https://famup.org.br/noticia-famup/famup-lamenta-morte-da-ex-prefeita-de-itabaiana-dona-dida-aos-82-anos/>. Acesso em: 30/06/2024.

Câmara Legislativa. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909198, Acesso em: 20 set. 2023.

Câmara Municipal de João Pessoa. Disponível em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/materia/105194>. Acesso em: 10/05/2024.

Assembleia Legislativa da Paraíba. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/36829/httpwww-al-pb-leg-br36829httpwww-al-pb-leg-br36829alpb-lamenta-falecimento-da-ex-deputada-dona-dida-html-html.html>.

Acesso em: 10/05/2023.

Defensoria pública do Estado da Paraíba. Disponível em:

<https://defensoria.pb.def.br/nota-de- pesar-pelo-falecimento-de-euridice-moreira-da-silva/>. Acesso em: 10/06/2023.

3 VALEI- ME, “MÃE DIDA!”: A CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA POLÍTICA

A trajetória política de Dona Dida se passa em um período marcado por transformações sociais, conflitos locais e pela reestruturação das forças políticas do município. Sua entrada na política não foi isolada, ao contrário, foi o resultado de uma série de fatores históricos, sociais e familiares que impulsionaram sua projeção de liderança. Mesmo criança, crescendo na cidade de Ingá, Dona Dida demonstrava interesse por atividades políticas, embora, na época, não tivesse consciência da extensão de seu envolvimento. Em depoimento a Glória Rabay (2010, p. 85), ela relembra sua primeira experiência com a política:

Eu acho que nasci política, sabe? Eu passei minha infância em Ingá e, desde muito cedo, eu era convidada para falar nos comícios. Eu participava sem entender muito da coisa, mas gostando. Os convites vinham dos próprios chefes políticos. Eu me lembro que um candidato, Severino Alves, disse: ‘Olhe hoje à noite você vai falar, uma criança vai falar, então, será você’. Ele me ajudou a preparar o discurso decorei e falei era uma coisa que partia sem que eu pensasse em ser política nunca (Rabay, 2010, p. 85).

Esse relato demonstra como a política estava enraizada na educação da família desde os primeiros anos, ligada a experiências públicas e interações com políticos e campanhas eleitorais locais. O convite para que ela discursasse, mesmo sem consciência do poder de sua fala infantil, marca simbolicamente sua iniciação política, como fica evidente o papel dos chefes políticos na mobilização de lideranças emergentes, mesmo em idade precoce, segundo Dona Dida, seu aprendizado sobre política não ocorreu de origem familiar.

Na minha família, eu não tenho ninguém, absolutamente ninguém, com vida política. Eu e minhas duas irmãs fomos criadas pelos meus avós, que não tinha nada de intelectuais. Eram pessoas simples. Eu era mais nova. Minha mãe ficou viúva, casou-se novamente e nós ficamos com os meu o meu avô e minha avó (Rabay, 2010, p. 86).

O contexto familiar em que Dona Dida foi criada e a valorização da educação como instrumento de emancipação não podem ser dissociadas de sua trajetória política. Em suas memórias, ela enfatiza o papel decisivo de seu avô, cuja visão à frente de seu tempo foi fundamental na formação do futuro das mulheres da família quanto à independência e ao conhecimento: “Meu avô, apesar de ser de épocas passadas, achava que mulher tinha que ser independente, tinha que estudar, que se formar e ser independente. Eu fui criada muito nesse regime...” (Rabay, 2010, p. 86).

Esse ambiente familiar buscava, através da educação, um meio de alcançar autonomia, o que auxilia significativamente a formação de uma consciência crítica e ativa. Dona Dida, juntamente com suas irmãs, trilhou caminhos acadêmicos diferentes, mas todos marcados por

esse impulso à independência intelectual e profissional. Uma de suas irmãs tornou-se economista e foi morar em Natal, outra, enfermeira, seguiu carreira acadêmica e chegou a fazer curso na Alemanha. Ela própria escolheu o curso de Letras, guiada por interesse pelas línguas, especialmente o francês e o latim.

Eu fiz Letras, mas adorava... eu tinha um amor grande por francês e latim. A maior frustração foi quando o latim saiu do currículo, porque eu só tirava 10 em latim. Eu fazia o primeiro ano de faculdade... eu chorei tanto, parecia que tinha perdido um filho (Rabay, 2010, p. 86).

Nesse relato, Dona Dida revela o vínculo afetivo com o francês e o valor atribuído à formação clássica que obteve, em contraste com os caminhos mais técnicos e profissionais que, muitas vezes, se impunham às mulheres, a exemplo de cursos voltados para o mercado de trabalho imediato, como magistério, enfermagem, secretariado etc.

A base educacional sólida e o incentivo à independência ajudaram a moldar não apenas a pessoa, mas a líder política que viria a se destacar posteriormente. A atuação de Dona Dida no campo político, portanto, deve ser entendida como expressão de um percurso de empoderamento feminino que começa no núcleo familiar e encontra na escola, na universidade e na vida pública um espaço de afirmação.

A educação e o estímulo familiar à independência não foram suficientes para que Dona Dida enfrentasse, como tantas outras mulheres de sua geração, os dilemas entre a vida intelectual e as expectativas sociais sobre o papel feminino³³. Segundo Rabay (2010), desde cedo, Dona Dida compreendia que sua vida não poderia ser pautada apenas pelo desejo de se casar, como era comum entre muitas jovens da época. Estudiosa, disciplinada, esportista e dotada de um espírito competitivo e determinado, ela se via diante de uma encruzilhada existencial: “[...] teve de enfrentar a escolha entre a continuidade dos estudos em francês e a profissão, de um lado, e, do outro, o casamento, que implicava na mudança para o interior” (Rabay, 2010, p. 86).

Esse conflito evidencia não apenas uma decisão individual, mas uma disputa simbólica entre dois projetos de vida: um voltado para a autonomia e o desenvolvimento intelectual; e outro que, embora afetivo, implicava um certo recuo em termos de independência e mobilidade,

³³ A história de vida de Dona Dida revela um constante tensionamento entre os papéis tradicionais atribuídos às mulheres e a busca por autonomia intelectual e política. Sua escolha por estudar, formar-se e atuar no espaço público contraria os padrões de feminilidade vigentes em sua época. Como argumenta Simone de Beauvoir (1949), a mulher não nasce com uma identidade feminina predefinida, mas torna-se mulher a partir de um processo histórico e cultural que molda seus comportamentos e limita suas possibilidades. Nesse sentido, Dona Dida constrói sua identidade feminina não pela submissão às normas sociais, mas pela afirmação de um caminho próprio, forjado na educação, na consciência política e na luta por reconhecimento.

ao exigir sua fixação no interior e, possivelmente, a renúncia à carreira acadêmica e à realização de seus interesses culturais.

Eu nunca pensava assim em me casar, sabe? nunca foi minha meta. [...] Quando fui convidada para estudar na França, eu já estava noiva e o casamento estava marcado para o final do ano. Mas só que o ano letivo na França começa em outubro e eu tive que antecipar meu casamento para setembro e viajei casada. Porque se eu não tivesse casado também não tinha voltado [risos], eu teria ficado. Ah é muito amor pela França. Quando eu cheguei à França todo mundo dizia assim: ‘você é muito mais francesa do que brasileira’. E eu recordo que na minha volta para o Brasil eu chorei tanto... Eu me sentia solteira solteiríssima foi uma fase muito completa da minha vida. Meu marido era médico e ficou depois de um ano eu voltei e pôs em ordem a minha vida (Rabay, 2010, p. 87-88).

Dona Dida conciliaria, mais adiante, o espaço doméstico com a atuação pública, revelando sua capacidade de negociação com os papéis impostos, bem como sua força em sustentar uma trajetória que fugia dos modelos hegemônicos de feminilidade e patriarcalismo. Ao privilegiar, em um primeiro momento, a formação e dedicação a sua profissão, ela se colocava à frente de seu tempo, assumindo uma postura que desafiava as convenções sociais do seu tempo.

3.1 “A SENHORA DE AGLAIR”

A escolha de Dona Dida por acompanhar o marido para Itabaiana, mesmo diante de sua certa identificação com a vida intelectual e profissional, expressa um conflito enfrentado por muitas mulheres de sua geração: a necessidade de conciliar os sentimentos pessoais com a construção de uma trajetória autônoma. Ao mudar-se para o interior, ela se deparou com um ambiente em que os papéis femininos estavam historicamente associados à aparência, aos cuidados domésticos e à opinião alheia, o que lhe provocou, de início, um sentimento de frustração e deslocamento.

Fui para lá com 28 anos, cheia de francês e literatura na cabeça. No interior as mulheres têm uma visão bem diferente, preocupam-se muito com o que os outros pensam, com vestido, roupa, comida... Aquilo me deixou muito entristecida e aí, pensei: ‘meu Deus, o que foi que eu fiz?!’ (Rabay, 2010, p. 88).

Como observa Simone de Beauvoir (1949), a mulher é moldada socialmente para a renúncia, aprendendo desde cedo a priorizar os desejos do outro em detrimento dos seus. Do mesmo modo, Heleieth Saffioti (1969) aponta que a estrutura patriarcal condiciona a mulher a ocupar uma posição de dependência, tanto econômica quanto simbólica, reforçando uma cultura que valoriza o casamento como destino principal feminino. A experiência de Dona Dida diante

de seus dilemas pessoais e profissionais contribui, portanto, para compreender os limites impostos às mulheres que aspiravam a um projeto de vida além das paredes do lar.

Diante das dificuldades enfrentadas no ambiente do interior, longe da sua estimada França, Dona Dida buscou novas formas de participar socialmente e exercer sua liderança. Sua iniciativa de ajudar o Colégio da Conceição, que enfrentava um momento de decadência, demonstra como as mulheres, muitas vezes, encontram nas ações comunitárias e no trabalho voluntário um espaço para afirmar sua autonomia e influência social. Ao organizar uma festa temática “noite na França”, mobilizando instituições como a Aliança Francesa e o Consulado da França em Recife, Dona Dida utilizou seus conhecimentos culturais e sua influência através da posição de seu marido para reverter a situação e fortalecer a comunidade local (Rabay, 2010). Essa atuação espelha o papel feminino como agente de solidariedade e transformação social, mesmo em contextos em que a participação política formal da mulher ainda era limitada.

Essa postura de Dona Dida, que a aproximava do ambiente público e do mundo político, se sustentava também na consciência de que o estudo e o conhecimento poderiam ser instrumentos de transformação, tanto pessoal quanto coletiva. Essa perspectiva se confirmaria mais tarde, quando sua atuação política incorporaria um olhar atento às questões sociais e educacionais do município.

Em entrevista a Glória Rabay (2010), Dona Dida relata que sua aproximação com o universo político não se deu por intenção prévia, mas a partir de seu envolvimento espontâneo com ações sociais e comunitárias, motivadas, em parte, pelo exemplo do marido Dr. Aglair Silva, um médico conhecido pelos itabaianenses como “o médico de todos”³⁴. Ao frequentar hospitais, visitar enfermarias e ajudar pessoas carentes, ela passou a desempenhar um papel ativo junto à população mais vulnerável.

Antes da candidatura de Dr. Aglair da Silva, esposo de Dona Dida, o município de Itabaiana - PB já havia sido governado por outro médico muito querido pela população: o Dr. Antônio Batista Santiago³⁵. Ele estava em seu segundo mandato como prefeito quando Dr.

³⁴ Dia 05 de julho é feriado municipal em Itabaiana pelo aniversário de falecimento do Dr. Aglair da Silva, prefeito da cidade no período de 31.01.77 a 21.01.83. Homem simples e amigo de todos, teve a sua candidatura amplamente aceita pelos correligionários do Dr. Antonio Batista Santiago que comandava a ARENA, partido político criado pelo governo militar. Disponível em: <https://itabaianapbmemoria.blogspot.com/2011/07/aglair-da-silva-o-medico-de-todos.html>. Acesso em: 03/05/2025.

³⁵ Antônio Batista Santiago nasceu na Fazenda Arapuá, na virada do século, no dia 10 de abril de 1899. Filho de Eloy Felipe Santiago e de Ana Batista Santiago, estudou nas Escolas Primárias do Brejo do Cruz e de Catolé do Rocha, mas o seu desejo era mudar-se para um grande centro, onde pudesse trabalhar e estudar, para que tivesse uma vida melhor, diferente daquela que lhe era reservada no Sertão Paraibano. E, em 1918, Santiago, limpando mato na roça com enxada, deparou com uma cobra venenosa, que quase pica-lhe a perna. Então, Santiago toma uma decisão corajosa. Joga a enxada fora e resolve deixar o Sertão Paraibano e procurar a cidade do Rio de Janeiro. Lá chegando, teve alguns problemas ligados ao trabalho, mas supera tudo e, três meses depois, ele

Aglair se lançou na vida política.

A história de Dr. Santiago em Itabaiana é marcada por um forte vínculo afetivo e social. Vindo de outra região, chegou à cidade em busca de cura para uma enfermidade. O povo dizia que “bastava o clima de Itabaiana para curar qualquer doença”. E, de fato, logo ao chegar, sentiu-se melhor. Pouco tempo depois, recuperado, decidiu permanecer. O que era para ser uma passagem se transformou em enraizamento.

Dr. Santiago fixou residência, abriu um consultório e foi se ligando cada vez mais à cidade. Sua relação com Itabaiana ultrapassou os laços profissionais e se consolidou na relação mútua entre médico e comunidade. Seu compromisso com a saúde pública e seu senso de responsabilidade social o levou a idealizar e construir o Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, obra que foi resultado de muito esforço e articulação com a comunidade local.

Durante a inauguração do hospital, Dr. Santiago afirmou: “Aqui está o Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, marco simbólico do esforço construtivo e do espírito humanitário do povo de Itabaiana”. (Memória Viva, 2015)³⁶

Esse gesto solidificou ainda mais sua imagem de liderança social, tornando-se um marco na história da cidade. Sua atuação enquanto médico e prefeito representa o que alguns teóricos chamam de “liderança carismática”, em que a legitimidade política nasce do serviço público direto e do contato com as necessidades mais urgentes da população, como defende Max Weber ao abordar os tipos de dominação e autoridade (Weber, 2004, p. 140).

estava empregado e matriculado no famoso Colégio Dom Pedro II da Capital Federal, onde fez os preparatórios e, em 1925, estava matriculado no primeiro ano da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, onde fez um Curso Médico regular, sem perder nenhum ano de estudo, quando colou grau, defendendo a tese “Tuberculose e Gravidez”, em 1930, tendo sido aprovado com distinção. Durante o curso médico, frequentou o Serviço de Obstetrícia do Professor Fernando Magalhães, o Serviço de Clínica Médica do professor Antônio Austregésilo e o Serviço de Pronto Socorro do Professor Brandão Filho. Foram seus colegas de turma o Dr. Raimundo de Brito, que foi Ministro da Saúde do Governo Costa e Silva e o Dr. Bezerra Coutinho, professor da Universidade Federal de Pernambuco.

³⁶ Disponível em: <https://itabaianapbmemoria.blogspot.com/2015/04/116-anos-de-nascimento-de-antonio.html>. Acesso em: 12/05/2025

Figura 4 - Assinatura do termo de posse pelo Prefeito Antonio Batista Santiago



Fonte: Associação Cultural Memória Viva (2012)³⁷.

A fotografia acima se refere ao momento solene da assinatura do termo de posse pelo prefeito Antônio Batista Santiago, sentado à mesa, acompanhado pelos vereadores Fernando Cabral de Melo e Abgail Maria de Araújo. Dr. Santiago exerceu seu primeiro mandato de 12 de fevereiro de 1938 a 12 de agosto de 1940. Posteriormente, foi eleito para um segundo mandato pela legenda ARENA I, governando de janeiro de 1973 até outubro de 1976, quando se afastou do cargo por motivos de saúde. O registro fotográfico reforça a importância institucional do ato e sua relevância histórica para o município.

A continuidade dessa lógica de liderança médico-popular pode ser vista na posterior candidatura de Dr. Aglair da Silva. Também médico e igualmente estimado, Dr. Aglair teve uma trajetória semelhante de afeto e acolhimento por parte da população. Porém, como relatado por Dona Dida, seu envolvimento com a política era mais contido, talvez por estar mais centrado na prática médica. Foi justamente nesse contexto que Dona Dida emergiu como figura política espontânea, engajando-se nas visitas de campanha, mobilizando o povo e tornando-se uma referência para além do papel de “esposa do candidato”.

Esse processo revela como, em cidades do interior, as fronteiras entre vida pessoal, profissional e política são constantemente ressignificadas, e os vínculos de confiança com a comunidade são decisivos para legitimar lideranças. Portanto, a trajetória política de médicos

³⁷ Disponível em: <https://itabaianapbmemoria.blogspot.com/2012>. Acesso em: 12/05/2025.

como Dr. Antônio Santiago e Dr. Aglair, bem como a emergência espontânea de Dona Dida como figura política, pode ser analisada à luz do pensamento de Pierre Bourdieu, especialmente no que diz respeito à dinâmica de poder nos espaços sociais.

Bourdieu (1996) define o “campo” como um espaço social estruturado, com regras próprias, onde os agentes disputam posições e capitais. Em Itabaiana, o campo político local estava, naquele período, fortemente influenciado pelo campo médico, devido às figuras públicas e prestigiadas dos dois médicos.

Dr. Santiago, ao se estabelecer em Itabaiana e oferecer atendimento médico à população carente, acumulou capital simbólico, ou seja, prestígio, confiança e reconhecimento por sua atuação desinteressada ou não. Esse capital simbólico foi posteriormente convertido em capital político, ao assumir a prefeitura. Ele se tornou uma figura legitimada não só pela política institucional, mas pelo que representava socialmente: cuidado, presença e dedicação.

Portanto, tanto Dr. Santiago quanto Dr. Aglair dispunham de capital cultural institucionalizado (o diploma de medicina), o que lhes conferia autoridade técnica e prestígio social. Esse capital também os posicionava como sujeitos influentes no interior do campo social de Itabaiana, cuja população valorizava fortemente o saber médico.

Figura 5 - Comício do candidato a prefeito Aglair da Silva no ano de 1976



Fonte: Associação Cultural Memória Viva (2016)³⁸.

³⁸ Disponível em: <https://itabaianapbmemoria.blogspot.com/2016/07/itabaiana-e-as-eleicoes-ha-40-anos.html>. Acesso em: 15/05/2025.

A imagem acima registra um momento importante do comício realizado durante a campanha eleitoral de 1976, quando Aglair da Silva concorreu à prefeitura. No palanque, ao lado do candidato, estão presentes figuras políticas como José Bandeira, José Maroja e José Carlos de Almeida, além de Socorro Costa e Edilson Andrade, estes três últimos então candidatos ao cargo de vereador. A cena demonstra o apoio popular e a efervescência política da época, com forte presença dos moradores de Itabaiana.

No caso de Dona Dida, temos um exemplo interessante de como o *habitus* de cuidado e envolvimento comunitário formado social e historicamente pode se converter em ação política concreta. Inicialmente fora do centro das decisões, sua participação se deu de forma espontânea, mas eficaz: ela se envolveu diretamente com o povo, percorreu a cidade e, sem planejar, passou a acumular capital social através de relacionamentos e redes de confiança, assim, contando com o capital simbólico através do prestígio e reconhecimento por sua atuação direta e afetiva junto à população.

Como ela mesma ressaltou em entrevista:

Foi um trabalho inteiramente espontâneo querendo me envolver em alguma coisa até que o meu marido foi candidato a prefeito e na eleição eu participei assim muito ativamente fazendo muitas visitas envolvendo mais a pobreza ele era uma pessoa muito querida mas ele era um médico mais médico do que político e eu sem querer demonstrei ser mais política que ele foi aí foi aí quando meu marido foi cantado que eu visitei trabalhando toda tanto a zona urbana como a zona rural e conheci todo mundo é interessante que foi durante a campanha que eu até mudei meu nome porque meu nome é orixá como ele me chamava dúvida todo o povo o povo todo mundo ficou me chamando de dona Dida e até hoje só quem estudou comigo que foi meu colega de faculdade que me chama de Eurídice (Rabay, 2010, p. 89).

O conceito de *habitus* ajuda a entender a disposição de Dona Dida para a vida pública, ainda que não planejada. Seu comportamento, suas escolhas e sua forma de agir na campanha de Dr. Aglair revelam um *habitus* voltado para o engajamento, a mediação e a escuta, características que, em contextos locais, são altamente valorizadas e potencialmente transformadoras. Como afirma Bourdieu, o *habitus* é “um sistema de disposições duráveis e transferíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1989, p. 101), moldando práticas e percepções de forma incorporada e, muitas vezes, inconsciente.

Segundo Rabay (2010), embora o marido, Aglair da Silva, tenha sido eleito em 1976, foi Dona Dida quem assumiu grande parte das responsabilidades administrativas durante o mandato, que se estendeu até 1982. Ela demonstrou um forte envolvimento com os assuntos do município, desenvolvendo um apreço especial pela cidade e, com isso, renunciando a suas pretensões profissionais.

Além disso, a mudança de nome de Eurídice para “Dona Dida”, durante a campanha, pode ser compreendida como um processo simbólico, que a aproxima do povo e a distingue positivamente no campo político local. Essa nova identificação pública reforça o que Bourdieu (1989) chama de “efeito de reconhecimento”, necessário para se manter ou ascender em um campo de disputas.

Figura 6 - Posse do Dr. Aglair da Silva, eleito pela ARENA I



Fonte: Associação Cultural Memória Viva (2016)³⁹.

A fotografia registra o momento da posse do Dr. Aglair da Silva como prefeito, eleito pela legenda ARENA I, para o mandato de 31 de janeiro de 1977 a 21 de janeiro de 1983. Ao seu lado, compondo a chapa como vice-prefeito, esteve o Sr. Fernando Cabral de Melo, considerado um importante aliado político do Dr. Aglair e, posteriormente, de Dona Dida. Sobre o mandato do marido, Dona Dida rememora:

De direito ele era o prefeito, mas de fato a prefeita era eu, eu que ficava na prefeitura, eu que ia para Brasília, eu que arranjava os recursos... Então, nós fizemos um trabalho muito bonito em Itabaiana. Além desse trabalho administrativo, nós fizemos também um trabalho social muito grande. [...] E o povo me confundia muito com a assistente social. Em seguida meu nome pareceu como candidato à prefeitura (Rabay, 2010, p. 89).

Segundo Oliveira e Alves (2020), no Brasil, a filantropia estruturou-se de forma a direcionar as relações sociais de gênero em duas vertentes distintas. De um lado, perpetuavam-se pressupostos que vinculavam a ocupação feminina à função maternal, considerada como um papel “natural” da mulher. De outro, a atuação nas associações filantrópicas revelou às mulheres

³⁹ Disponível em: <https://itabaianapbmemoria.blogspot.com/2012>. Acesso em: 01/04/2025.

um novo campo de possibilidades, permitindo, ainda que de forma limitada, seu ingresso na esfera pública.

O protagonismo das primeiras damas é abordado na historiografia como um papel secundário, um percurso permitido às mulheres em decorrência do papel principal dos Presidentes, Governadores e Prefeitos. O primeiro-damismo refere-se à atuação de muitas mulheres, que em virtude do casamento, ligaram-se ao universo político através dos mandatos de seus cônjuges e, por consequência desse elo, foram-lhes designadas funções femininas (Oliveira; Alves, 2020, *apud* Barbosa, 2020, p. 8).

O trecho ressalta que esse protagonismo limitado das primeiras-damas é, na verdade, uma forma de inserção indireta no campo político. Assim, a exemplo de Dona Dida, ainda que essas primeiras-damas não tenham mandato eletivo, muitas exerceram grande influência em decisões, em projetos sociais e na construção de imagens públicas dos governantes.

3.2 “A MÃE DE MUITOS FILHOS”

Com a eleição do marido em 1976, Dona Dida assumiu, para além do título de Primeira Dama, o cargo de Secretária Geral do Município de Itabaiana. Com o trabalho desempenhado na Secretaria Geral, sobretudo no campo social, Dona Dida já não era mais vista como a esposa do médico e Prefeito Doutor Aglair, mesmo não intencionalmente, como acentuava, havia se tornado a figura mais popular do Município, sendo saudada como a “Mãe das Mães”, “Mãe Dida” ou a “Mãe dos Pobres de Itabaiana”.

Essa concepção atribui às mulheres um tipo de trabalho improdutivo, movido pelo sentimento subsidiário aos papéis que os homens exercem na sociedade. No caso dos papéis de primeira-dama, eles são essenciais tanto ao poder junto aos setores populares, às vezes conquistando mais prestígio que o dos próprios maridos governantes. Nesse sentido, esses papéis não podem ser vistos somente como subsidiários, mas também como decisivos nos rumos do poder local. Às vezes, são eles que buscam construir uma base de legitimação ao governo de seus maridos, [...] (Torres, 2002, p. 168).

Essas relações de poder, materializadas em um prestígio social e em uma popularidade eivada de contradições, mas reconhecidamente importantes para a legitimidade do poder local, fazem com que as primeiras-damas vivam um momento singular em suas vidas, o que envolve uma dimensão simbólica e dá significado ao papel social que ora desempenham. A imagem social que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações (Torres, 2002).

Na cidade de Itabaiana, a atuação de Dona Dida junto aos setores populares, durante o

período em que ocupava a posição de primeira-dama, foi fundamental para a construção de uma base de legitimidade social que, posteriormente, viabilizou sua ascensão eleitoral. Seu envolvimento direto com ações sociais, como a distribuição de cestas básicas, medicamentos e o apoio à assistência para tratamentos de saúde em outras cidades, fortaleceu sua imagem de mulher solidária e próxima do povo. Além disso, sua presença constante em eventos comunitários e festas locais, muitas vezes articulada com a participação dos clubes de mães, ampliou seu vínculo com a população. Essas iniciativas conferiram-lhe um capital político próprio, por vezes com alcance maior do que o do próprio marido, o ex-prefeito Dr. Aglair da Silva.

Como primeira-dama e, posteriormente, no exercício do cargo de Secretária Geral durante o mandato do Prefeito Aglair da Silva, Dona Dida começou a construir seu capital político e eleitoral, articulando uma imagem pública fortemente associada à atuação social, sobretudo junto às camadas mais pobres da população. Esse vínculo com os setores populares, somado ao prestígio do marido, conhecido como “o médico dos pobres”, contribuiu para consolidá-la simbolicamente como sua sucessora natural no cenário político local.

Poder-se-ia dizer que a assistência social possui um corte socioeducativo importante, em se tratando de uma política social que pressupõe a ação da cidadania, a qual se desenvolve organizadamente dentro da sociedade, lugar da política e, portanto, no qual nascem as consciências. É possível que desencandeie nos sujeitos históricos um processo de tomada de consciência coletiva. Só é possível quando os indivíduos, conscientes de si, percebem-se membros de uma mesma classe, fato que tem um processo educativo um ponto fundamental (Torres, 2002, p. 127).

O campo político, segundo Bourdieu (1976), é um espaço de disputa e convivência entre diferentes forças e agentes que lutam pela manutenção ou transformação das estruturas de poder. Trata-se de um campo regulado por regras específicas de visibilidade, linguagem e reconhecimento simbólico. Nesse contexto, Dona Dida chegou às eleições de 1982 já inserida em relações de poder materializadas por seu prestígio social e pela popularidade que adquiriu em suas ações à frente da Secretaria Geral. Tais elementos revelam como sua legitimação no espaço político local esteve ancorada tanto em ações concretas quanto na capacidade de mobilizar signos e discursos reconhecíveis pela comunidade.

Bourdieu ressalta que a participação eficaz no campo político depende da posse de uma competência específica: o domínio da linguagem e da retórica política, bem como o acesso aos instrumentos de publicização do discurso. Assim, “só com a condição de possuírem uma competência específica [os agentes] podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político” (Bourdieu, 1989, p. 19. Adendo nosso). Dona Dida, ao atuar de

forma estratégica na construção de sua imagem pública, apropriou-se de tais instrumentos, convertendo o capital simbólico herdado em capital político próprio.

Esse período marca, conforme assevera Iraldes Caldas Torres (2002), um momento singular na vida das primeiras-damas, no qual elas transitam entre os limites do espaço privado e o ingresso gradual no espaço público, assumindo funções que, embora muitas vezes não formalizadas, possuem profundo valor simbólico e político. Como destaca a autora,

Essas relações de poder materializadas em um prestígio social e em uma popularidade eivada de contradições, mas reconhecidamente importante para a legitimidade do poder local, faz com que as primeiras-damas vivam um momento singular em suas vidas, o que envolve uma dimensão simbólica e dá significado ao papel social que ora desempenham. A imagem social que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações (Torres, 2002, p. 25).

No caso de Dona Dida, sua atuação como primeira-dama e Secretária Geral dialoga diretamente com essa construção simbólica. A imagem de mulher solidária e sensível às demandas sociais foi cuidadosamente cultivada e reconhecida pela população, especialmente pelas camadas mais pobres, o que fortaleceu sua inserção política e legitimou sua projeção como figura de liderança. Embora envolta em contradições, por surgir, em parte, da extensão do prestígio do marido, sua atuação representou um passo importante na ocupação feminina dos espaços de decisão, revelando a complexidade do papel social desempenhado pelas primeiras-damas no campo político local.

Esse poder simbólico é capaz de:

[...] constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma illocutionary force, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o e os que estão sujeitos, quer dizer, isto é, reproduz a crença (Bourdieu, 2010, p. 15).

Nessa narrativa, entendemos que a hipótese de poder adquirido pelo primeiro-damismo⁴⁰ é demasiadamente mitigadora e um tanto quanto machista. Antes de ser primeira-dama, Dona Dida foi uma mulher, professora com atuação em diversos colégios de Itabaiana - PB, esposa e mãe, suas ações sociais se iniciam antes e independente da assunção ao cargo de

⁴⁰ Modelo iniciado em 1942 com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e que teve Darcy Vargas como precursora. Darcy, na condição de Presidente da LBA, instituiu um modelo de damismo que foi delineado a partir da representação social da mulher ideal, ligada à maternidade e ao matrimônio (Oliveira; Alves, 2020).

secretária e ao título de primeira-dama.

Nesse processo de tornar-se homem e mulher, há todo um trabalho de formação bastante mais amplo, que remonta a valores e concepções de diferentes épocas históricas bastante remotas. Trata-se de um processo que remete às múltiplas formas de integração dos sujeitos à sociedade, inclusos os aspectos ideológicos e políticos, com ênfase nas relações de poder entre os gêneros (Torres, 2002, p. 53).

Não obstante, o primeiro-damismo não foi uma constante. Nas palavras de Torres, “a representação social do primeiro-damismo assume a forma de agir e pensar do grupo político que se encontra no poder” (Torres, 2002, p. 106). Ou seja, o primeiro-damismo não se explana em um modelo único e determinante, haja vista que o curso da política de assistência social no Brasil, marcada por permanências e rupturas, corrobora que as primeiras-damas ocuparam maior ou menor espaço na vida pública a depender das mutações vivenciadas no campo político em época e espaços próprios.

Na verdade, é possível dizer que, aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando o grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações (Torres, 2002, p. 22).

Esse forte apelo social, com ações voltadas, sobretudo, aos mais necessitados, lhe consolidaram como a “sucessora” do marido Prefeito, o “médico dos pobres”. Portanto, essas eleições ficaram narradas sobre a escrita de memorialistas de Itabaiana, pois é comum as cidades possuírem seus guardiões da memória, sujeitos que se preocupam em pesquisar, preservar, difundir a memória e em produzir para então registrar a história de suas comunidades.

Estes, apesar de serem sujeitos sem uma formação específica na área acadêmica de História, se caracterizam por possuírem acervos de documentos locais antigos como jornais, cartas, fotografias, discos, livros e outros objetos que contam a história de algum lugar, geralmente sua cidade, bairro ou vilarejo. Muitos deles não se limitam apenas a serem colecionadores de antiguidades, mas também aventuram-se no universo da escrita, mais especificamente a escrita da história (Barbosa, 2013, p. 2).

A Professora Edna Martins de Paiva, em suas memórias (*Itabaiana de meus tempos* – 2001), corrobora o imaginário popular, asseverando que a esposa e então secretária municipal havia “tomado as rédeas” após vitória do marido nas eleições de 1976:

Voltando a política fato novo com a chegada a cidade do médico Aglair da Silva, apoiado por Dr. Antônio Batista Santiago e Zequinha Bandeira ganhou para prefeito sendo secretariado por sua esposa Dona Dida que tomou as rédeas da situação e em comum acordo se separaram judicialmente para ela candidatar-se no pleito seguinte, assim foi feito, mas, mesmo eleita, o Tribunal bateu em cima e ela perdeu seus direitos vindo a responder pela prefeitura o presidente da Câmara dos Vereadores Edilson Andrade, sobrinho da minha mãe, ocupou muito bem seu lugar e fez ótima administração, embora Dona Dida tenha continuado sua luta, chamada de Mãe dos pobres (Paiva, 2001, p. 88).

Ao longo dos anos, Dona Dida consolidou sua imagem como uma liderança popular, caracterizada pelo contato direto com a população e por um estilo de atuação política voltada para as demandas cotidianas das comunidades.

Figura 7 - Dia do Idoso no Centro Social Urbano - 1981



Fonte: Acervo do Memorial Itabaianense (2025).

A imagem acima registra o Dia do Idoso, celebrado em 1981, nas dependências do Centro Social Urbano de Itabaiana - PB. O evento contou com a presença da então primeira-dama Eurídice Moreira, conhecida por sua atuação à frente de ações sociais voltadas para a população mais vulnerável, especialmente os idosos. A fotografia mostra um grupo de mulheres idosas sentadas ao lado de filtros de barro, símbolo das doações distribuídas durante a ocasião. A cena revela não apenas o caráter filantrópico da atividade, mas também o papel ativo das primeiras-damas⁴¹ na condução de políticas sociais no interior paraibano. Uma relevante fonte histórica para compreendermos melhor a atuação e participação de Dona Dida em questões sociais do Município de Itabaiana.

⁴¹ Segundo Oliveira e Alves (2020), o papel das primeiras-damas no Brasil, a exemplo de Darcy Vargas, assentava-se em uma concepção de feminilidade na qual sentimentos como a bondade e a solidariedade se sobrepunham à racionalidade das ações assistenciais. Esse modelo contribuiu para legitimar a atuação pública das mulheres a partir de atributos tidos como “naturais” do feminino, como o cuidado, a empatia e a dedicação à família e à comunidade.

Figura 8 - Festa em homenagem a Dona Dida – “Mãe das mães”



Fonte: Acervo Pessoal de José Sinval da Silva Neto (filho de Eurídice).

A fotografia mostra um momento de confraternização e homenagem, no qual várias mulheres e algumas crianças estão reunidas ao redor de um mural que traz o título “À Mãe das Mães” e a foto de Dona Dida em destaque. Há uma demonstração de afeto e reconhecimento coletivo, com sorrisos, flores e troca de palavras entre os presentes. A moldura da foto e o mural apontam para a importância simbólica da figura homenageada que era Dona Dida.

Esta fotografia afirma um momento simbólico de valorização do papel social e afetivo de Dona Dida na comunidade de Itabaiana - PB. O título “Mãe das Mães” não é apenas uma expressão carinhosa, é, também, uma metáfora que afirma sua atuação pública e comunitária. Ao ser mencionada e homenageada dessa forma, Dona Dida é colocada em um lugar de referência materna ampliada, alguém que acolhe, cuida, organiza e transforma a vida de muitas outras mulheres, mães e famílias.

Portanto, esse tipo de homenagem revela e afirma que seu papel extrapolava os limites institucionais ou escolares, tornando-se uma figura de liderança moral e afetiva. A foto pode ser interpretada como uma importante fonte histórica da formação de uma memória afetiva e coletiva em torno da figura de Dona Dida. Ao ser chamada de “Mãe das Mães”, ela é alçada à condição de ícone comunitário, cuja influência se perpetua não apenas pela política ou educação formal, mas pelo impacto cotidiano e humano de suas ações.

3.3 QUANDO O VOTO NÃO DECIDE: A PRIMEIRA INELEGIBILIDADE NAS ELEIÇÕES DE ITABAIANA

A força de Dona Dida, alcunhada de “Mãe dos Pobres”, foi testada em 1982. Pois, durante o primeiro mandato do marido na prefeitura de Itabaiana, Dona Dida já despontava como sua futura sucessora reconhecidamente com potencial eleitoral mais forte que o do marido, entretanto, como a esposa do prefeito em exercício, estava legalmente impedida de se candidatar.

Mas aí, eu fui candidato e foi eleita. O pior é que eu não assumi. Foi uma história tão complicada que eu vou passar... Quando fui registrar a candidatura, o juiz deu uma sentença favorável, dizendo que eu poderia ser candidata... Mas após a minha eleição e a minha vitória, entraram com uma ação de impugnação da minha candidatura. Esse mesmo juiz mudou de ideia porque houve assim um complô político na região... Aí, foi que ele deu uma sentença favorável à impugnação. Acho que ele pensava que eu não seria eleita. Só sendo! (Rabay, 2010, p. 89-90).

Destarte, ao tentar converter esse capital simbólico em poder político formal, ela esbarrou em limites legais e estruturais, refletindo o que Oliveira e Alves (*apud* Barbosa, 2020) identificam como o caráter secundário e derivado do protagonismo político das primeiras-damas.

O *slogan* da campanha eleitoral de Dona Dida foi “A vez dos pobres”⁴², numa clara alusão a sua atuação social enquanto primeira-dama e secretária municipal. A imagem de campanha de Dona Dida abaixo demonstra o apelo popular no *slogan* “A vez dos pobres”, e os símbolos de aprovação visual, os “joinhas”. A imagem reflete uma estratégia discursiva que busca associar a figura feminina ao cuidado com os mais vulneráveis, uma associação construída historicamente pelas práticas filantrópicas das primeiras-damas, como destacam Oliveira e Alves (2020).

A política, segundo Balandier, precisa se teatralizar, ou seja, encenar rituais, construir imagens, gerar visibilidade e reconhecimento. No caso de Dona Dida, o cartaz político é um palco simbólico. O uso do nome popular (“Dona Dida”), os símbolos manuais (joinhas) e o lema “a vez dos pobres” são todos elementos cênicos, que constroem um vínculo emocional e performático com a população carente.

⁴² A racionalização dos canais de circulação das opiniões e percepções que perpassam pelas diversas mídias e outras plataformas comunicacionais como as redes sociais acentuam a luta pelo poder simbólico de fazer ver, fazer crer, de dar a conhecer e reconhecer para conquistar a adesão dos cidadãos e eleitores.

Figura 9 - Santinho da Campanha Eleitoral de 1982



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A frase “A vez dos pobres” expressa não apenas um apelo populista, mas também a tentativa de romper com a imagem da política como um espaço exclusivo dos homens ou das elites econômicas. Sua imagem no cartaz, com roupas sóbrias e óculos de aro largo, símbolo da “dona de casa respeitável”, reforça o arquétipo da mulher cuidadora, mas agora transposto para o universo da política partidária.

A imagem de Dona Dida é um exemplo de como a política local, especialmente representada por mulheres vindas do meio assistencial, não se limita à ação administrativa, mas se constitui como espetáculo emocional e moral, validado pela visibilidade, pelo carisma e pelos símbolos de identificação popular.

Sua filiação a diferentes agremiações partidárias deve ser compreendida no contexto do cenário político local, no qual alianças e agrupamentos costumam se reorganizar de acordo com as conjunturas eleitorais e os interesses regionais. No entanto, por ser esposa do prefeito em exercício, encontrava-se legalmente impedida de se candidatar a cargos eletivos naquele período.

A proibição de candidatura de cônjuges de prefeitos, governadores ou presidentes em exercício está relacionada à inelegibilidade por parentesco, prevista na legislação eleitoral brasileira. Essa regra visa impedir a perpetuação de grupos familiares no poder e garantir a legislação vigente que na época da eleição de 1982 era a Constituição de 1969 e a Lei

Complementar de 1970, que respectivamente afirmavam.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967

Art 147 - São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção (Brasil, 1970).

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 5 DE ABRIL DE 1970

Art. 1º - São inelegíveis:

IV - para Prefeito e Vice-Prefeito:

b) o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Prefeito ou de Interventor, ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, os haja substituído (Brasil, 1967).

Como esposa do prefeito Aglair da Silva durante o exercício do mandato (1977-1982), Dona Dida estava impedida de se candidatar à prefeitura ou a outro cargo no mesmo município, enquanto o marido estivesse no cargo. Isso se aplica independentemente de sua atuação política ou popularidade, é uma restrição legal destinada a evitar o chamado “nepotismo eleitoral”.

Por isso, para conseguir registrar sua candidatura e, de alguma forma, contornar a inelegibilidade de parentes e familiares na sucessão de cargos executivos, Dona Dida oficializou uma separação com a anuência de seu marido. Sobre a separação, Dona Dida afirma: “Ele aprovava... Porque eu era mais forte para disputar a prefeitura. Na realidade, era mais um desquite de aparência, a gente não teve o cuidado de fazer a separação de corpos? Mas aí, eu fui eleita e não assumi...” (Rabay, 2010, p. 90).

Essa fala de Dona Dida revela de forma clara e decisiva os limites e contradições da participação feminina no poder político, especialmente em contextos marcados pelo patriarcado e clientelismo familiar, como é comum na política local brasileira. O trecho de sua fala – “Ele aprovava...” – evidencia que, mesmo quando a mulher era ‘forte’ eleitoralmente, sua atuação ainda dependia da anuência masculina. Portanto, protagonismo é negociado, adaptado e, muitas vezes, impedido (Biroli, 2018).

No mais é uma expressão da feminilidade política simbólica, e aqui cabe uma intersecção: A mulher pode ocupar espaços desde que não ameace a lógica de controle masculina? A trajetória de Dona Dida, marcada pela necessidade de simular um desquite e pela frustração de não assumir o cargo para o qual foi eleita, é emblemática do que se pode chamar de feminilidade política performática. Ela foi visível, votada, popular, mas não permitida. Sua força eleitoral foi instrumentalizada, e sua atuação como mulher autônoma, limitada por um pacto patriarcal de poder, sem descartar, porém, sua opção estratégica pela transgressão e pela ilegalidade como formas de resistência e sobrevivência política.

A presença das mulheres na política institucional tem sido historicamente marcada

por condicionalidades que não se aplicam da mesma maneira aos homens. O acesso das mulheres ao poder é frequentemente mediado por relações familiares, marcado por exigências morais específicas e limitado por representações que associam a política a atributos masculinos (Biroli, 2018, p. 61).

A trajetória de Dona Dida se relaciona diretamente a essa ideia de acesso condicionado. Ela só pode se candidatar mediante um acordo simbólico de separação do marido; sua força eleitoral é reconhecida, mas sua autoridade como gestora não se realiza; o reconhecimento do seu valor político passa pela aprovação masculina – “ele aprovava...”.

Figura 10 - Vitória das Eleições Municipais de 1982



Fonte: Acervo do Memorial Itabaianense.

A foto retrata o momento de celebração da vitória de Dona Dida nas eleições municipais de 1982, rodeada por uma multidão com os braços erguidos, simbolicamente representando uma comemoração de correligionários. Dona Dida está sendo erguida por apoiadores, no centro da imagem, o que simboliza não só sua vitória eleitoral, mas também o apoio popular e o reconhecimento de sua liderança.

Figura 11 - Dona Dida e o Vice



Fonte: Acervo do Memorial Itabaianense.

Essa fotografia representa uma cena do poder conquistado. Dona Dida e seus aliados são parte do espetáculo político que afirma sua autoridade diante da população. É um exemplo claro de como a política local se afirma por meio de rituais, afetos e imagens públicas. Balandier (1982) argumenta que o poder precisa ser visto para existir, e é por isso que se teatraliza. A política se apresenta como um palco, onde rituais, como a comemoração acima retratada, confirmam o domínio e a aceitação social. Segundo o autor, a comemoração pública da vitória é um ritual político fundamental, pois transforma um resultado técnico em números de votos nas urnas. De forma simbólica, a presença da mulher política em destaque desafia, mas, ao mesmo tempo, reproduz códigos de legitimidade baseados em carisma, afeto e representação coletiva.

Figura 12 - Resultados das Eleições de 1982


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Votação de Candidatos nas Eleições 1982
Município: Itabaiana
1º Turno

Cargo: Prefeito

Candidato	Partido / Coligação	Votos	Situação
71 - Dona Dida <i>Vice: José Barbosa de Lucena</i>	PDS1	3544	Eleito
81 - Cândido Inocêncio de Gouveia Neto <i>Vice: Severino Ramos da Silva</i>	PMDB1	2460	
83 - Baba <i>Vice: Breno de Sousa e Silva</i>	PMDB3	1335	
72 - Emir Nunes da Silva <i>Vice: Geraldo Rodrigues de Almeida</i>	PDS2	1122	
82 - Arlindo Paulino <i>Vice: Edmilson Batista do Nascimento</i>	PMDB2	608	
13 - Roberto Rodrigues Palhano <i>Vice: João Batista do Nascimento Neto</i>	PT	14	
Votos Brancos		284	
Votos Nulos		438	
Total apurado		9.805	
Eleitorado		12.809	
Abstenção		3.004	23,452%

Fonte: Tribunal Eleitoral da Paraíba (2025).

Conforme registrado pelo Tribunal Eleitoral, esse foi o resultado oficial da eleição municipal de 1982 em Itabaiana - PB, na qual Dona Dida, pelo partido PDS1, sagrou-se vencedora com 3.544 votos, superando concorrentes de diferentes alas do PMDB e do PT. Apesar da expressiva vitória nas urnas, conforme vimos, Dona Dida não chegou a assumir a prefeitura de Itabaiana, pois seu impedimento estava relacionado à legislação eleitoral da época, especialmente quanto à inelegibilidade por parentesco direto com o ocupante do cargo executivo, conforme previsto no Código Eleitoral de 1982. Mesmo tendo formalizado uma separação para tentar contornar essa restrição, o que é uma atitude ilegal, a Justiça Eleitoral não validou sua posse.

3.4 VITÓRIA INTERROMPIDA E VIOLÊNCIA POLÍTICA: A REPERCUSSÃO DA ELEIÇÃO DE DONA DIDA

A vitória eleitoral de Dona Dida em 1982, seguida de sua não posse, não apenas gerou frustração popular como também acirrou os ânimos entre os grupos políticos locais. A tentativa de burlar a inelegibilidade legal por meio de uma separação formal foi vista por adversários como uma afronta à norma eleitoral, enquanto seus apoiadores a interpretaram como um gesto de resistência política.

Esse impasse culminou em um dos episódios mais graves da história política de Itabaiana: o atentado contra o juiz da comarca, responsável por validar a decisão que impediu a posse da candidata eleita. O caso tornou-se símbolo de como disputas pelo poder podem ultrapassar os limites da legalidade e da civilidade, marcando profundamente a memória política da cidade.

Em 1984, o então juiz da comarca de Itabaiana, Reginaldo Antônio de Oliveira, publicou sua autobiografia, na qual se dedica, em especial, ao atentado sofrido após as eleições municipais de 1982. O magistrado rememora detalhadamente os enlaces políticos e jurídicos que envolveram a eleição de Dona Dida, sua expressiva vitória nas urnas e o posterior impedimento legal de sua posse.

Estamos em 1982, o ano do processo político eleitoral [...]. Iniciam-se as campanhas. Os palanques são armados aqui e acolá. As multidões cercam seus líderes em torno dos estrados, onde oradores do povo fazem os discursos mais inflamados. É o embate político. Como em toda a campanha, aqui e acolá incidentes. A justiça eleitoral interfere, decidindo os problemas de per si. Em meio a isso tudo, os carros dos partidos, nos dias de feira, por algumas vezes, serviram de palanque, para alguns esclarecimentos de interesse dos candidatos. Numa dessas vezes, houve um quebra-quebra, bem em frente a minha residência, pela manhã, dia de feira, quando eu me encontrava na comarca de Ingá. Em caráter de substituição. Arremesso de coco se laranjas entre alguns candidatos e mesmo eleitores. Fui chamado às pressas. Chegando aqui, tudo estava quase acabado. O pior é que um dos candidatos a vereador pelo PDS, de nome Miguel Dias, chegou a sacar do seu revólver e ponteou, para atirar no candidato Sebastião Tavares de Oliveira, pelo PMDB, o que não ocorreu, porque o corre-corre do povo dificultou sua pontaria (Oliveira, 1984, p. 52-53).

O relato do juiz revela que as eleições municipais de 1982, em Itabaiana, já se conduziam sob tensão desde o início da campanha. A presença constante de discursos inflamados nos palanques, o uso de carros de som em dias de feira para mobilização política e os episódios de violência entre candidatos e eleitores demonstram o acirramento político e a fragilidade institucional do processo eleitoral. A tentativa de uso de arma de fogo por um candidato a vereador, em pleno centro da cidade, simboliza o quanto as disputas ultrapassavam o campo simbólico das ideias, assumindo um caráter físico e perigoso. Assim, percebe-se que as eleições não apenas refletiam as rivalidades locais, mas também ativavam sentimentos de ódio e possíveis enfrentamentos físicos, o que prenunciava desdobramentos ainda mais graves. Pois, segundo o juiz,

Miguel Dias era motorista dr. Aglair da Silva, médico, O prefeito da cidade de Itabaiana. A polícia de Itabaiana, não obstante estar presente ao incidente, não chegou a desarmar e atuar o referido indivíduo, fato estranho inexplicável (Oliveira, 1984, p. 54).

A obra do juiz é interpretada como uma testemunha histórica de um momento de crise

institucional e tensão política na cidade, revelando bastidores das decisões judiciais, os embates entre grupos locais e, sobretudo, a radicalização do ambiente político que culminou em violência contra o próprio Judiciário.

A narrativa autobiográfica do juiz Reginaldo Antônio de Oliveira é uma manifestação clara do que Jacques Le Goff (1990) define como memória individual que se transforma em memória coletiva, influenciando a forma como a história local é lembrada. Ao narrar os conflitos e tensões do período eleitoral, o juiz constrói uma narrativa que busca dar sentido ao passado recente, tornando-se uma fonte para a memória pública da cidade de Itabaiana. “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, por isso, em permanente evolução” (Le Goff, 1990, p.475).

Designada audiência, diplomei solenemente todos os candidatos eleitos, inclusive dona Dida, como é popularmente conhecida aqui, em Itabaiana, dra. Eurídice Moreira da Silva. Havia rumores de que o partido contrário recorrerá contra a sua diplomação. Dificilmente os que perdem sabem se conformar com a derrota. Eu me encontrava bastante cansado. Gostaria de que tudo estivesse já acabado. O processo eleitoral é assaz e fatigante, esfalfante, quer para o juiz eleitoral, quer mesmo para os candidatos. Todos sofrem (Oliveira, 1984, p. 56).

Silva (1975) discute em suas obras como os bastidores do poder municipal e estadual brasileiros estão repletos de alianças políticas, disputas familiares e conflitos de bastidores. O caso de Itabaiana, com estratégias como a separação formal para driblar a inelegibilidade e o atentado contra o juiz, evidencia a centralidade das relações pessoais e da manutenção do poder político-familiar no cenário municipal. “A política no Brasil, especialmente no interior, é feita mais com alianças de sangue do que com partidos” (Silva, 1975, p.56).

A tentativa de manter o controle político por meio de candidaturas de familiares, somada à reação violenta contra decisões judiciais, confirma o que Silva (1975) descreve como formas tradicionais de manutenção do poder, que resistem à institucionalização democrática. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) alega, por meio judicial, que a candidatura de Dona Dida era ilegal, conforme relata o juiz:

In tempore, contra o ato judicial diplomático, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB ingresso em Juízo com o recurso, em lei previsto, alegando inelegibilidade, em virtude de o marido da ilustre recorrida seu atual prefeito da cidade em Que Fora ela eleita. Aduz ainda o recorrente que a referida senhora ainda é ligada mais ao chefe do executivo municipal Retro mencionado pelo casamento religioso (Oliveira, 1984, p. 57).

Segundo Oliveira (1984), a contra impugnação foi devidamente instruída e reforçada com diversos documentos, incluindo um extenso abaixo-assinado. Em pouco mais de dois meses de processo eleitoral, mais precisamente no dia 5 de outubro de 1982, o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) proferiu a seguinte ementa:

EMENTA – inelegibilidade. Casamento religioso candidato a prefeito casado religiosamente com a atual titular do cargo a qual, por sua vez, sucedeu seu marido na eleição municipal anterior é inelegível, já conhecendo um pouco da cidade para aproveitar bem segundo a recente jurisprudência do TSE recurso conhecido e provido (Oliveira, 1984, p. 63).

Durante o tramite do processo eleitoral de Itabaiana, diante dessa posição do TSE referendada pelo Supremo Tribunal Federal, o juiz Reginaldo Antônio de Oliveira decidiu anular a diplomação da então empossada prefeita Eurídice Moreira da Silva. Em resposta, o PDS entrou novamente com recurso, e no dia 30 de dezembro de 1982, véspera do julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o jornal *O Norte* noticiou que o juiz responsável pela anulação da diplomação iria acompanhar pessoalmente o julgamento. Sobre esse episódio, o próprio juiz relata:

Isso não era verdade. De fato, não estive presente à sessão do julgamento. Fiquei em casa. Muita gente tá aqui de Itabaiana foi assistir. O dia transcorreu calmo, sem movimentação. Não havia, absolutamente, nenhum sintoma ameaça de ato desagradável contra quem quer que fosse, principalmente minha pessoa. Tinha cumprido o meu dever. Cabia a prefeita eleita recorrer de minha decisão, o que de fato aconteceu. Nunca tive inimigos reconhecidos. O dia caiu e chegou à noite. Minha vida corria grave e sério perigo. Eu era um inocente. Não podia prever nada. Absolutamente nada, a menos que tivesse o poder de adivinhar, o que ninguém tem. Chegou a hora do jantar. Sete horas mais ou menos. Eu, minha mulher e meus filhos mais uma vez estávamos reunidos em torno da mesa. Talvez fosse aquela a última refeição. A orfandade e a viuvez ameaçavam o nosso lar. Faltava menos de uma hora, para eu ser surpreendido por dois revólveres, que iam disparar toda a carga em mim, quando eu estivesse sentado a calçada, sem o direito de saber porquê. (Oliveira, 1984, p. 70).

O testemunho do juiz Reginaldo Antônio de Oliveira não apenas descreve um episódio traumático, mas transforma-se em um instrumento de denúncia e preservação da memória política local. Ao relatar que “a orfandade e a viuvez ameaçavam o nosso lar”, o juiz recorre a uma abordagem narrativa fortemente emocional para expressar o medo, a impotência e a separação entre aquilo que seria legal judicialmente e a realidade vivida. Essa dimensão afetiva é essencial para entender, conforme Paul Ricoeur (2007), que toda memória narrada carrega marcas do sujeito que a enuncia: não há memória neutra, mas sim construída, selecionada e interpretada.

Nesse sentido, a narrativa autobiográfica se aproxima do conceito de memória coletiva, proposto por Maurice Halbwachs (2006), segundo o qual o indivíduo relembra a partir de um grupo social com o qual se identifica, nesse caso, o grupo dos agentes públicos que tentavam manter a ordem institucional diante de pressões políticas locais. Ao rememorar os acontecimentos daquele dezembro de 1982, em seu relato minucioso nos detalhes, Oliveira

contribui para a construção de uma memória política de resistência.

Destarte, a tentativa de silenciar o juiz evidencia os limites da cidadania e da democracia nos pequenos municípios brasileiros do período pós-ditadura, ainda marcados por práticas autoritárias e estruturas políticas baseadas em relações de mando e parentesco, como analisa Carvalho (2001). A eleição de Dona Dida e a subsequente crise institucional colocam em xeque a ideia de uma transição pacífica para a ordem democrática, mostrando que, em contextos locais, as disputas de poder ainda se resolviam pelo medo, pela força e pela intimidação.

Tomada sopa e um cafezinho, me dirigi para a calçada. [...]. Ficamos ali conversando, passando o calor. A rua estava calma, nenhum tumulto, nenhuma agitação, nada, absolutamente nada. Eram precisamente oito e meia da noite. Daí a poucos minutos, vai passando Emir Nunes da Silva no Fiat vermelho. Ele fora candidato a prefeito de Itabaiana, pelo mesmo partido de Dona Dida. Perdera para ela. Parou o carro e desceu que eu nem vi. E disse-me: o TRE acabou neste momento de julgar o recurso, contra Dona Dida e ela perdeu. Em seguida, tomou o volante e foi embora. Dois ou três minutos depois, ouvimos alguns fogos de artifício, alguns foguetões explodiam. Nesta altura, estavam comigo sentados a calçada o Carlinhos, o Jarbas, minha mulher, Cinderela, minha filha de oito anos e a mulher de Jarbas e as filhas dele. De repente... rumam em nossa direção os criminosos, em número de dois: Miguel Dias, o motorista do prefeito Aglair, e um tal de Severino Lúcio, indivíduo que eu não conhecia. [...] Vinham pela calçada, ligeiros, com sintomas de quem estavam preocupado. Vinham estendendo bem os braços, parece cena até que estavam marchando [...]. Dava a entender que estavam apressados e iam retomar calçada e seguir seu caminho. Mais, não era exatamente isso que eles queriam. Vinham certos para me matar, custasse o que custasse. Eu tinha de morrer de qualquer maneira. Chegando ambos aonde Estância de metro e meio de mim [...] O Miguel Dias a minha frente, sem dizerem nada, sem falar em nada, sem darem nenhum sinal de que iam me matar, sacaram de suas armas ao mesmo tempo, parecendo que haviam treinado para fazerem o 'serviço'. [...]. Recebi o primeiro tiro do Miguel na região mais baixa do intestino. Estremeci na cadeira, já desmaiado. Ainda olhei para ver o que era. Estava ali o Miguel Dias de revólver, calibre 38 apontado para minha cabeça, a menos de dois metros [...]. De inopino, desmaiei fiquei entre o consciente e o subconsciente (Oliveira, 1984, p. 70-71).

Todo o fato narrado acima reforça a tese de Le Goff (1990) de que a memória é também campo de disputa, em que fatos são narrados sob a lente da vivência, da dor, do medo e da tentativa de buscar sentido para o absurdo. A violência contra um juiz que havia cumprido seu papel dentro da legalidade eleitoral mostra como a política local ainda estava marcada por práticas coronelistas e estruturas autoritárias, onde a alternância de poder não era plenamente aceita. Como argumenta Carvalho (2001), a cidadania no Brasil sempre foi marcada por fases desiguais de desenvolvimento, sendo a dimensão dos direitos civis e políticos frequentemente subvertida por práticas clientelistas e violentas.

Esse episódio ganhou repercussão nacional. Diversos jornais relataram a terrível noite do atentado ao juiz de Itabaiana, expondo a gravidade do conflito político que se desenrolava no município paraibano. Diante das testemunhas e dos fatos ocorridos, o próprio juiz, que estava à frente do caso, junto ao delegado responsável, decidiu pela decretação da prisão preventiva

dos acusados: Miguel Dias da Silva, Severino Lúcio de Oliveira, Dr. Aglair da Silva (prefeito de Itabaiana na época) e a candidata impugnada Eurídice Moreira da Silva (Dona Dida).

A decisão foi oficializada ao juiz competente na capital do Estado da Paraíba, solicitando o cumprimento do mandado de prisão preventiva contra os envolvidos, com destaque para Eurídice Moreira da Silva, cuja custódia preventiva foi requerida diante da gravidade dos indícios apresentados (Oliveira, 1984).

Segundo Oliveira (1984), o doutor Levi Borges de Lima, advogado de Aglair da Silva e Eurídice Moreira da Silva, ingressou com pedido de revogação da prisão preventiva, anteriormente decretada por esse juízo. A petição alegava fatos novos, entre os quais o de que ambos os réus não haviam sido denunciados pelo representante do Ministério Público, tampouco acusados formalmente pelo juiz Reginaldo Antônio de Oliveira, vítima no processo em questão.

Considerando que, segundo as provas constantes nos autos, e mesmo após todas as diligências requeridas pelo doutor promotor de justiça, e devidamente realizadas, nada de novo foi acrescentado à denúncia, exceto a constatação da não participação dos dois inicialmente suspeitos; Considerando ainda que os custodiados são portadores de curso superior, sendo um deles médico no município e ex-prefeito, e o outro, prefeito eleito de Itabaiana, ambos com residência fixa e sem indícios de intenção de influenciar na instrução processual; Considerando, por fim, que a nova legislação penal prevê atenuantes como a primariedade dos réus e seus bons antecedentes, o juízo decidiu revogar a medida preventiva anteriormente decretada, ordenando a expedição de alvará de soltura em favor de Aglair da Silva e Eurídice Moreira da Silva. A decisão foi proferida em 9 de fevereiro de 1983, pelo Juiz de Direito João Lima, da comarca de Itabaiana (Oliveira, 1984, p. 107).

Em entrevista concedida a Glória Rabay (2010), Dona Dida pouco comenta sobre o atentado ao juiz Reginaldo Antônio de Oliveira ou sobre o episódio de sua quase prisão. Ainda que envolvida diretamente no processo político conturbado de 1982, ela prefere enfatizar outros aspectos de sua trajetória. Segundo seu relato, mesmo sem assumir o cargo de prefeita, não se afastou da vida pública e tampouco das ações de assistência social no município.

Para ela, a vitória nas urnas mostrou o quanto ela detinha um poder social, pois representou o reconhecimento popular e a legitimação de sua liderança política. Essa vitória, ainda que judicialmente anulada, serviu como fonte de fortalecimento e estímulo para disputar novamente a prefeitura de Itabaiana, reafirmando sua posição como uma das figuras centrais da política local nas décadas seguintes.

Não parei sempre apoiando os candidatos. E depois disso, eu voltei a lecionar na Aliança Francesa e trabalhei na Legião Brasileira de Assistência, de 1990 a 1992, como diretora de programas. Lá, lá eu queria realizar um trabalho social útil. Então, fiz um trabalho muito bonito e aprendi muito porque eu estava muito ligada ao Ministério da ação social, em Brasília. Tínhamos muitas comunidades carentes, em

cento e tantos municípios que eram ligados à LBA (Rabay, 2010, p. 90).

Na fala de Dona Dida: “Não parei, sempre apoiando os candidatos”, compreende-se que, mesmo fora do cargo de prefeita, ela permaneceu politicamente atuante e socialmente presente, o que confirma a ideia de que o primeiro-damismo pode funcionar tanto como porta de entrada quanto como espaço de permanência e reinvenção da atuação política feminina no interior do Brasil. Portanto, a trajetória de Dona Dida em Itabaiana, marcada por uma busca, em primeiro momento frustrada, de exercer diretamente o poder executivo, mas seguida de intensa atividade pública e comunitária, demonstra um deslocamento entre o papel simbólico da primeira-dama e a construção de uma liderança política de mulheres autônomas, ainda que enraizada em estruturas tradicionais de gênero e poder (Torres, 2002).

Com isso, embora Dona Dida não tenha assumido formalmente a prefeitura, sua candidatura e vitória eleitoral já representavam uma ruptura com o modelo tradicional de invisibilidade feminina. E, mesmo depois da impugnação, sua atuação como apoiadora de campanhas, educadora na Aliança Francesa e diretora de programas sociais na LBA entre 1990 e 1992 reforça esse papel de uma primeira-dama que, com seu trabalho social, transformou sua posição simbólica em capital político e social: “Isso indica que, gradativamente, as mulheres vão cavando espaços em lugares tradicionalmente ocupados pelos homens, havendo muitas vezes certo deslocamento de papéis e de atores sociais, o que não significa dizer que haja um sinal de consciência de gênero” (Torres, 2002, p. 22).

Torres (2002) permite compreender que a ascensão política de Dona Dida, embora represente um exemplo de inserção feminina em um espaço historicamente masculino, não necessariamente pode ser lida como fruto de uma consciência de gênero coletiva ou de um movimento feminista organizado em Itabaiana - PB. Sua trajetória reflete, antes, um processo de deslocamento de papéis sociais, em que uma mulher assume um cargo de poder por força de circunstâncias políticas locais, alianças familiares e capital social acumulado ao longo dos anos, e não necessariamente por uma agenda de transformação das relações de gênero.

4 NÃO SÓ LÍRIOS HAVIA NO VALE: O MERGULHO E AS PEDRAS ENCONTRADAS NO AÇUDE DA POLÍTICA

Neste capítulo, será abordada a trajetória política, partidária e eleitoral de Dona Dida, assim como sua inserção no mundo político, analisando o grupamento ao qual se soma, o espectro ideológico e as agremiações partidárias às quais se filiou. O capítulo também abordará as alianças e disputas eleitorais, seus principais aliados e adversários municipais e estaduais.

Discutiremos a liderança de Dona Dida e sua inserção na política, construída fora dos espaços das lutas do movimento feminista, que geralmente têm um caráter de esquerda, e suas posições progressistas, mesmo perante a base eleitoral tradicional.

Através do conceito de “cultura política”, buscamos compreender esses posicionamentos políticos e identificar possíveis elementos da cultura política de Itabaiana, como, por exemplo, o clientelismo. Enveredaremos por fontes e falas dos sujeitos de oposição a Dona Dida, sobretudo seus adversários paroquiais. Para tal intenção, esquematizamos alguns tópicos neste capítulo, nomeando-os com nomes de bairros e expressões populares do município de Itabaiana - PB.

O capítulo intitulado “Não só lírios havia no Vale: o mergulho e as pedras encontradas no açude da política”, em alusão ao bairro “Lírios do Vale”, seu reduto eleitoral, sendo complementado pelo subtítulo remissivo a outro bairro itabaianense “Açude das Pedras”, tradicional reduto de seus adversários. Dessa forma, dividimos, liricamente, o capítulo em lírios e pedras, sendo a primeira expressão compreendida por seus aliados e a segunda por seus adversários políticos e eleitorais.

4.1 FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E DISPUTAS INTERNAS: A DERROTA DO PDS EM ITABAIANA, EM 1984

Após a impugnação de sua vitória nas eleições municipais de 1982, Dona Dida continuou seguindo sua vida trabalhando e cada vez mais consolidando seu legado na assistência social. Em entrevista a Glória Rabay, Dona Dida relatou que sua atuação junto às comunidades carentes teve início de forma espontânea, movida por seu instinto e intuição, sem qualquer orientação formal. Ela destaca que essa experiência foi enriquecedora e prazerosa, mas afirma que não teve influência direta em sua eleição, uma vez que já possuía forte apoio em sua região. Além disso, menciona que, posteriormente, assumiu a responsabilidade pela

Fundação de Assistência ao Trabalho Bem-Estar Social “Adauto Elias Cavalcante”, em Itabaiana, instituição que continuava mantendo com grande esforço (Rabay, 2010).

Fui novamente candidata a prefeita, em 1992, e, nessa eleição, houve outro problema também, porque em todo o Nordeste é assim: enquanto não houver um recadastrar fique por região, enquanto não houver urna eletrônica em todos os municípios, nunca será eleita a pessoa que realmente ganhou a eleição. Por exemplo, na minha região lá, em Itabaiana, existe um número de eleitores cadastrados que não corresponde ao número de habitantes... (Rabay, 2010, p. 91).

Segundo reportagem do jornal *O Norte* (1984), Dona Dida alegou que as eleições de 1984 em Itabaiana foram marcadas por fraudes, o que, em sua visão, teria impedido a vitória do PDS.

Dona Dida, como é mais conhecida em Itabaiana, não tem dúvidas em afirmar que, caso a fraude não tivesse existido, o PDS teria vencido as eleições. Sempre assegurando que tem condições de provar as suas acusações, dona Dida revelou que a Justiça Eleitoral tem conhecimento dessas irregularidades, desde o “pleito de 82, quando ocorreu a mesma coisa, ou seja, o PMDB trouxe eleições de fora e deixou-os em lugares estratégicos da cidade (O Norte, 1984).

Ao afirmar claramente que o PDS teria vencido não fosse a fraude, Dona Dida constrói sua trajetória política dentro de uma narrativa de vítima de um processo eleitoral, reforçando sua legitimidade política perante seu grupo de apoio.

Ademais, as denúncias de fraudes eleitorais nesse contexto também podem ser percebidas a partir do conceito de “campo político”, de Bourdieu (1989). Segundo o autor, o campo político é um espaço de disputas, onde os agentes tentam conservar ou transformar as correlações de forças estabelecidas (Bourdieu, 1989). A acusação de fraude aparece como uma estratégia discursiva para deslegitimar a vitória do adversário do PMDB e, ao mesmo tempo, manter o capital simbólico junto ao eleitorado do PDS.

Destarte, a fala de Dona Dida dialoga com o conceito de “uso do passado”, de Turin (2018), no qual a memória de eventos políticos é mobilizada por diferentes agentes como forma de disputa simbólica. Ao resgatar a eleição de 1982 como um episódio anterior de injustiça, ela reforçou a ideia de continuidade de uma narrativa de perseguição e manipulação eleitoral, o que contribui para a construção de sua imagem pública e para o fortalecimento de sua base de apoio político local. Segundo ela,

O povo de Itabaiana costuma dizer que campanhas sem dona Dida não tem graça, pelo fato de a disputa se tornar acirrada, pelos grandes comícios e memoráveis passeatas. Infelizmente, nesta eleição, perdi por 200 votos, porém todo o município achava que aquele resultado não correspondia à verdade dos fatos. Mais uma vez eu fui a vítima da injustiça (Rabay, 2010, p. 91).

O artigo “O partido de Dona Dida”, de Nóbrega, publicado no jornal *O Norte* em 04 de

outubro de 1984, revela aspectos fundamentais para a compreensão das tensões políticas em Itabaiana - PB no período, especialmente no que diz respeito à atuação de figuras femininas em espaços tradicionalmente masculinos de poder.

Agora Itabaiana tem prefeito. Primeiro foi a burla, depois as eleições. E, depois ainda, eleições anuladas e sangue na comarca. Nesse país de crimes sem criminosos, ninguém ainda hoje tem respaldo jurídico para apontar o responsável pelo atentado ao juiz de Itabaiana. Sob a opinião pública, permanece, forte e insistentemente, que foi tudo decorrente da anulação das eleições anteriores. Nesse poço de hipóteses, uma deve ser cautelosamente afastada: Sou homem de oposição, mas não de injustiça. Não se diga que foi comando do PDS o crime de Itabaiana. Se foi político, foi de iniciativa privada. O Partido como tal não enveredou pelos caminhos do terrorismo, do poder paralelo, da justiça pelas próprias mãos (O Norte, 1984).

Dona Dida, ao ser apresentada como figura central de uma articulação política marcada por disputas intensas e estratégias polarizadoras, é construída discursivamente não apenas como uma agente política, mas também como símbolo de um modo de fazer política local que envolve esferas do privado e do público, do familiar e do institucional.

Em Itabaiana, para se perpetuar o poder, uma família se desquitou. Dona Dida não queria mais ser a esposa. Queria ser a prefeita. Parece o contrário dos que se casam por interesses mas a lógica é a mesma. O vício radical dessas práticas, presentes em todos os partidos, é trocar o meio pelo fim. É o poder um meio. E na teoria das Ciências Políticas e na prática das consciências puras. Mas desde que o mundo é mundo, ainda falta acontecer que haja poder sem poderosos. Falta acontecer que por vaidade ou em benefício de massas, se interesse de retorno. Ele tende a refulgir em si próprio, como ponto final da caminhada humana. Para obtê-lo, para conservá-lo, se esmorecem em praça pública todos os nobres intentos da utopia irresponsável. Todas as mensagens já foram feitas. Nada mais resta a inventar (O Norte, 1984).

A crítica presente no texto, embora carregada de ironia e até sarcasmo, permite perceber como a participação de uma mulher à frente do poder municipal incomodava certos setores da elite política e midiática da época. O autor sugere, de maneira sarcástica, que Dona Dida se desfez do papel tradicional de esposa para ocupar o espaço da prefeita, rompendo com uma norma de gênero estabelecida, o que é lido, por ele, como uma transgressão da ordem social e política. Há, portanto, um julgamento moral implícito à sua atuação pública, que é associada à ideia de ambição, manipulação e instrumentalização das estruturas familiares para fins políticos. Segundo Balandier,

O grande ator político comanda o real através do imaginário. Ele pode, aliás, manter-se em uma ou outra destas cenas, separá-las, governar e produzir um espetáculo. [...] O imaginário clássico projeta sobre a cena, onde se desenrola o drama lírico, as representações de uma ordem, onde tudo é harmonia. Produz esta ilusão e, fazendo-a, justifica (Balandier, 1982, p. 6-7).

Portanto, convém refletir sobre a forma como o acesso feminino ao poder é condicionado por estruturas simbólicas que deslegitimam sua atuação, atribuindo-lhe

motivações pessoais, afetivas ou familiares, como descrito por teóricas como Flávia Biroli (2016), ao discutir o “acesso condicionado das mulheres à política”. Além disso, pode-se dialogar com Bourdieu (2010), quando o autor trata da política como um campo de lutas simbólicas e de reprodução do capital político por meio da distinção social, um campo onde a mulher, especialmente se oriunda de articulações locais e redes familiares, tende a ser vista com suspeição ou como usurpadora de um espaço que não lhe pertence por “direito natural”.

Ainda procurando, como Platão, uma classe a quem doar o poder, onde o clarificam os místicos. O poder deveria ser destinado a Gandhi, Francisco de Assis, Teresa de Calcutá. Mas, por falta desses, tenho confiado às Didas da vida. Quando Dona Dida disse ao ouvido de Dona Maria I: “pode ser mãe de Dona Viola, pode ser mãe de 10, mas quem com justiça já disse ‘a rainha louca’”. Mas posso ainda levar: Para certa gente é mais que ceia. Porque quem se serve quer sempre mais. Serve para a embriaguez. E como em Itabaiana, o povo espera a lucidez da razão (O Norte, 1984).

Destarte, o artigo acima é uma rica fonte para compreender como a imagem de Dona Dida foi inserida no imaginário político da época, servindo tanto como prova do seu protagonismo quanto da resistência que enfrentava por desafiar normas de gênero e de poder consolidadas na cultura política paraibana. Para Balandier,

Logo, o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação. Permita empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios, colocando em cena uma herança (Balandier, 1982, p. 7).

O jornal *O Norte*, em sua edição de 5 de outubro de 1984, publicou uma coluna de opinião sob o título “Enfoque: Derrota”, que traz à tona os bastidores da derrota do Partido Democrático Social (PDS) nas eleições municipais em Itabaiana. O texto, estruturado em quatro partes, revela o grau de fragmentação interna no partido e os conflitos entre diferentes lideranças locais, como o deputado Afrânio Bezerra, o ex-prefeito Edílson Andrade e comerciantes da cidade.

Personalidades políticas locais alinhavaram, ontem, outras causas para a fragorosa derrota do PDS em Itabaiana. O deputado Afrânio Bezerra disse que o PDS Municipal se dividiu a partir do momento em que os comerciantes Luiz Tavares e José Rodrigues se colocaram como candidatos do consenso não foram aceitos pelo esquema político ligado à D. Dida, a prefeita cassada. O mesmo Afrânio lembrou que não chegou a sequer a ser convidado para a Convenção em que o Partido escolheu seus candidatos às eleições de Itabaiana, o mesmo se dando com o deputado federal Luiz Tavares que resolveu ir à Convenção por sua própria conta e risco, ali encontrando o deputado Adauto Pereira. (O Norte, 1984).

De acordo com a matéria, a principal causa da derrota teria sido a divisão interna no PDS, que não conseguiu construir uma candidatura de consenso, permitindo a ascensão do

grupo de oposição a Dona Dida, então liderança ligada ao PMDB. Afrânio Bezerra aponta que nomes como Luiz Tavares e José Rodrigues não foram aceitos pelo “grupo da prefeita cassada”, em alusão à atuação política anterior de Dona Dida (O Norte, 1984a).

O conteúdo da coluna também ilustra o embate entre lideranças tradicionais e novos atores, tema recorrente nos estudos sobre a transição democrática. O ex-prefeito Edílson, por exemplo, afirma que os eleitores “livres e espontaneamente” decidiram romper com o “modelo ultrapassado de pequenos grupos”, indicando uma crítica ao clientelismo e à concentração de poder nas mãos de poucas famílias, típica da política coronelista do Nordeste (Leal, 1975, p. 26).

O que ocorreu em Itabaiana, concluiu Edílson, foi a revolta de antigos e tradicionais que, por livre e espontânea vontade, resolveram demonstrar que não estão satisfeitos com imposições de gabinetes de pequenos grupos. Ele acha que, se o Governo estiver mesmo disposto a promover expulsões do PDS itabaianense, vai alijar dos quadros do Partido cerca de 60 pessoas, entre as quais dois (ex-) prefeitos, três vereadores e líderes de expressão política na área (O Norte, 1984).

Ademais, Edílson sugere que o Governo Estadual estava disposto a intervir nas bases locais do PDS, promovendo até expulsões para tentar reorganizar o partido após a derrota. A menção à “expulsão de quadros” e à insatisfação de “três vereadores e três líderes” evidenciou uma crise de representatividade e perda de controle da legenda sobre sua base municipal, o que confirma a abordagem de que as transições políticas nas cidades nordestinas nem sempre seguiram uma linearidade institucional, mas foram atravessadas por disputas de poder intensas e reacomodações forçadas (Souza, 2005).

Há quem diga que essa expulsão de quadros, se realmente sair, Edílson se iguala, em sua nota, ao que se levou por esses anos todos de que João Agripino mantinha ‘a contento’ a relação dos vitoriosos e rejeitados do PDS, como também de prefeitos Liberais. ‘Dona Dida não ganhou as eleições com os dinheiros do sim. D. Dida, sim, mesmo cassada foi mantida na estrutura do Estado, e se adaptou à situação do PDS em Itabaiana, que é hoje um verdadeiro cemitério de antigas lideranças do PDS. O que precisamos é de um excelente líder para se ouvir, se unir, e marchar. Senão, seremos sempre vencidos. No seu momento desses, tudo terá mudado em poucos minutos’, concluiu Edílson (O Norte, 1984).

Na fala final de Edílson, observa-se o clima de incerteza e ruptura: “O que precisamos é de um excelente líder para se ouvir, para se unir e marchar. Senão, seremos sempre vencidos”. (O Norte, 1984). A declaração reflete a ausência de um projeto político coeso no PDS local e a dificuldade de renovação interna num momento de grandes mudanças na cena nacional.

No dia 4 de outubro de 1984 o Jornal Correio traz uma matéria sobre o resultado político das eleições, e na ocasião o prefeito eleito de Itabaiana, Severino Ramos da Silva (Galego), e o seu vice, vereador Mané, líderes do PMDB na cidade, estiveram na residência oficial do

governador Wilson Braga (1983-1986). Na oportunidade, agradeceram o apoio e a consideração de sua excelência e desejaram boa sorte ao novo desembargador Almir Carneiro da Fonseca, indicado à bancada, pelo gabinete do Palácio da Redenção, em substituição ao saudoso Nadjil Cavalcanti de Albuquerque. (Correio, 1984)

Além do governador Wilson Braga, o PMDB de Itabaiana foi também recebido pelo senador Mariz, deputados João Agripino e Mazureik Moraes, e o prefeito mais votado no Estado, Janson Guedes. Na oportunidade, “Galego” foi taxativo: “não vi grandes lideranças do interior, na defesa política da candidatura de Silveira e do nosso candidato. O PDS boicotou o governador”. (Correio, 1984)

Os políticos do PDS de Itabaiana que votaram no PMDB e que trabalharam em favor dos candidatos do partido, no pleito realizado domingo, vão ser expulsos do domínio conservador e tradicional, segundo fontes dignas de crédito e ambientes infalíveis. Entre os referenciados, inclusive, o atual presidente da Câmara local, vereador Edilson Andrade. O primeiro, a ter seu cabeça cortada no seio do PDS foi o vereador Aristides, que só reapareceu pedindo votos para candidatos do PDS eleitos de 1982, que não haviam sido beneficiados agora. Aliás, o desinteresse dos governistas pelos candidatos da própria grei, foi notório. Assessores diretos do Governo já disseram que o comportamento do atual presidente da Câmara não o recomenda para o PDS e o segundo mandato pelo Governo para complemento de período do último titular (Correio, 1984).

Conforme divulgado no jornal Correio, a liderança do PMDB afirmou: “Vamos reestruturar a máquina do PMDB. Vamos levar sua última mensagem de fé e luta a todo o povo paraibano. Vamos mobilizar todos os aliados, já que conseguimos mais votos do que ‘Galego’ obteve domingo último”. (Correio, 1984).

O clima no Palácio da Redenção, de acordo com os mesmos assessores, é muito ruim para essa pessoa. A informação corrente é que o professor Hermenegildo, Edilson Andrade e todos os vereadores que não se manifestaram nas eleições no último ‘só restam como personas non gratas às hostes palacianas’.

O PDS, que há mais de 10 anos se mantinha no poder em Itabaiana, foi derrotado de forma fragorosa. A liderança política da prefeita D. Dida, mesmo cassada, resolveu se manter nos meios políticos, servindo-se da oposição e foi o maior responsável pela eleição de ‘Galego’. Essa oposição uniu-se e foi possível viabilizar uma chapa vitoriosa. Surpreendido pelo êxito, o PMDB atribui o fato também ao bom desempenho do seu candidato a governador, Wilson Braga. O governador ficou contido com os assessores e correligionários do PMDB, e ficou decidido que, a partir de agora, o comando vai punir no voto com o voto, ou seja, ‘quem não apoiou o partido, agora não pode continuar no PDS’ (Correio, 1984).

A reação do PMDB estadual, com liderança de Huberto Lucena ao adotar a política de “punir no voto com o voto”, reflete uma tentativa de disciplinar os quadros partidários e reforçar o controle sobre os municípios. Segundo Braga (2010), essa dinâmica é típica de estruturas político-partidárias personalistas e clientelistas, em que a fidelidade eleitoral é vista como condição indispensável para a sobrevivência política no interior do estado.

4.2 “GALEGO DA PRESTAÇÃO”

A matéria publicada pelo jornal *A União*, no dia 2 de outubro de 1984, narra os bastidores e os desdobramentos políticos da derrota do PDS nas eleições de Itabaiana, enfatizando a figura de Dona Dida como uma liderança central na tentativa de manutenção do poder pelo grupo situacionista. A reportagem destacou que, apesar do “prestígio” de Dona Dida, considerada uma liderança incontestável no município, o PDS não conseguiu resistir à força eleitoral do PMDB, representado por Severino Ramos da Silva, o “Galego”, evidenciando uma mudança de rumos na política local.

O novo prefeito de Itabaiana é o comerciante Severino Ramos da Silva, que com o apoio da cúpula do PMDB, liderada por Humberto Lucena, derrotou o candidato do PDS, o advogado Francisco de Assis Medeiros (que pretendia reconquistar sua cadeira debilitada nas eleições de 1982, quando perdeu o mandato, e seu vice Fernando Cabral de Melo que, segundo versão corrente da cidade, votou contra o companheiro de chapa). A eleição se deu ao fim de mais de 40 anos de domínio situacionista na cidade, com ampla força eleitoral, influência econômica e religiosa, basicamente, na administração municipal (*A União*, 1984).

Dona Dida é apresentada como peça-chave na articulação do grupo situacionista, a ponto de a derrota ser, em parte, atribuída à sua liderança. No entanto, a reportagem também expõe os limites dessa liderança: as divisões internas do PDS, a rejeição popular acumulada, e até mesmo um certo “cansaço” da população com o grupo no poder. A menção à sua figura como um “símbolo” revela, por outro lado, sua centralidade e a forma como encarnava o poder municipal em um contexto de forte personalismo político.

A habilidade ou resistência, depende de como se encare o fato da esposa de Dona Dida (ex-prefeito) serviu apenas para a luta pela manutenção do prestígio pessoal. Mas, não pôde resistir ao cansaço da população, à divisão interna do seu grupo político e à aproximação do PMDB junto às lideranças locais. Entre os aliados de Severino Ramos estiveram não apenas figuras políticas, mas também líderes comunitários e parte das elites de Itabaiana, cansadas das imposições centralizadas da situação local. As equipes do presidente Júlio Hitler Cantilac, registraram quatro incidentes, que mereceram registros. Hilton anotava, para garantir a ordem, com um ‘delegado especial’. Alcender Medeiros constantemente em apoio ao comando do major Freitas que assumiu, de imediato, a proteção e a orientação da ordem pública local. Logo cedo, num dos distritos da cidade, foi feito um desmentido da candidatura de Arnaud Costa, pelo candidato Severino Ramos que negava qualquer articulação política com o PMDB. Apesar disso, a interferência de Dona Dida, considerada pelas oposições como sendo ‘a sombra do poder’, foi marcada por atos e palavras na linha de coerção ao eleitorado. Acabou sendo vista como uma espécie de ‘viúva política’ (*A União*, 1984).

Esse tipo de narrativa midiática ilustra com clareza o que Biroli (2016) chama de “acesso condicionado das mulheres à política”, no qual as lideranças femininas são legitimadas apenas enquanto extensões do poder masculino, mas são igualmente responsabilizadas e até

culpabilizadas pelas derrotas eleitorais. Assim, Dona Dida aparece como uma mulher que representa papéis tradicionais ao disputar o centro do poder local, mas cuja atuação é lida com ambivalência pela imprensa, que ora a reconhece como estrategista influente, ora a associa à decadência do seu grupo político. Segundo Rémond,

Um partido é, antes de tudo, uma reunião de homens em torno de um objetivo comum. E é, em primeiro lugar, sobre aqueles que reúnem, que ele é capaz de nos esclarecer. [...] É claro que o partido político vê coexistirem em seu interior gerações diferentes, cujas experiências são múltiplas e, por consequente, cujos polos de referência são diversos. A questão que legitimamente pode ser colocada é a de saber como se distribui no interior do partido as diversas gerações presentes, e mais precisamente, qual o seu papel dentro dos organismos dirigentes que determinam a linha de formação (Rémond, 2003, p. 72-73).

O texto também revela como a política municipal de Itabaiana, naquele momento, estava fortemente marcada por redes familiares, estruturas oligárquicas e disputas polarizadas entre dois grandes partidos nacionais, que, na prática, se mantinham conforme os interesses locais. Dona Dida simbolizava, nesse cenário, uma forma de permanência do poder por meio de alianças e estratégias mobilizadas em um contexto ainda marcado pela influência do regime militar e pelas práticas clientelistas.

Por isso é que um partido político importante, em condições de exercer o poder, é sempre levado a articular compromissos aos quais obriga a heterogeneidade de seus apoios e a necessidade de levar em consideração para governar os pontos de vista dos adversários. Só os grupos minoritários, eternamente condenados à oposição, podem se permitir à intransigência doutrinária (Rémond, 2003, p. 77).

Para Rémond (2003), a prática política no exercício do poder exige flexibilidade e capacidade de negociação, dado que os partidos governantes precisam agregar interesses diversos, inclusive de opositores, para garantir estabilidade e governabilidade. Já os grupos políticos minoritários, que permanecem na oposição, não enfrentam essa pressão e, portanto, podem manter posições mais rígidas e puristas em relação a suas doutrinas.

A eleição municipal de 1984, em Itabaiana - PB, representa uma importante discussão, sobretudo no plano das disputas locais, ilustrando na prática o que Rémond (2003) observa sobre os partidos políticos. Naquele momento, os atores envolvidos precisaram articular compromissos que refletissem a diversidade de interesses e alianças locais, buscando conciliar diferentes grupos para viabilizar a governabilidade.

Figura 13 - Diplomação do prefeito de Itabaiana 1984



Fonte: Acervo do Memorial Itabaianense.

O jornal *O Norte*, em sua edição de 6 de outubro daquele ano, anunciou a diplomação do prefeito eleito Severino Ramos da Silva, conhecido como “Galego”, e de seu vice Manoel Leite de Melo, ambos do PMDB, partido de oposição ao regime militar. A matéria destaca que a eleição transcorreu sob o comando do juiz Hitler Cantalice, que assegurou a lisura do pleito, inclusive esclarecendo que “nenhum recurso foi interposto pelo PDS”, legenda herdeira da antiga ARENA e representante da base governista da ditadura militar no município (O Norte, 1984).

O episódio evidencia como, mesmo em municípios menores, como Itabaiana, as eleições de 1984 foram motivadas por intensas disputas políticas, marcadas tanto pela emergência de novos atores partidários quanto pela permanência de práticas tradicionais, como a “perturbação dos trabalhos eleitorais” mencionada na reportagem, que resultou na prisão de quatro pessoas. Tais ocorrências ilustram o que Leal (1975) denominou em *Coronelismo, enxada e voto*: de um modelo de dominação política local, baseado no controle de recursos, redes de favores e práticas clientelistas, ainda presentes em pleno contexto de abertura política.

Com isso, as disputas eleitorais de 1984 podem ser analisadas como parte do processo de transição democrática descrito por O'Donnell e Schmitter (1988), no qual o retorno à normalidade institucional se deu de forma gradual e negociada, com avanços importantes no campo eleitoral, embora marcado por ambivalências e resistências locais. A vitória do PMDB em Itabaiana, com uma “diferença de quase dois mil votos”, segundo a mesma reportagem, não apenas representou uma conquista da oposição ao regime, mas também revelou a

reconfiguração de forças políticas no interior paraibano, onde o embate entre o velho e o novo se deu de forma conflituosa e, por vezes, tensa.

4.3 DONA EURÍDICE: CONSTRUINDO ESPAÇOS NA POLÍTICA PARAIBANA

Após acompanhar o marido em uma campanha e disputar outras três eleições próprias para a prefeitura, Dona Dida avaliou sua candidatura a deputada estadual, em 1994, como um processo natural. Ela reconheceu que sua decisão foi motivada tanto pela experiência acumulada nas disputas anteriores quanto pelo reconhecimento e apoio que recebia da população de Itabaiana (Rabay, 2010).

Foi realmente uma campanha linda, gratificante mesmo a maneira como todos me recebiam naquela região. Aqui em João Pessoa, sem ter participado do guia eleitoral, só pedindo aos amigos e pelo meu trabalho em Itabaiana, recebi perto de mil votos. E no chamado pinga-pinga, fui votada em 90 municípios, o que me deixou muito feliz. Enfim fui eleita, graças a Deus, com 12.549 votos (Rabay, 2010, p. 92).

A migração de uma candidatura municipal para uma estadual representa, portanto, uma forma de conversão de capital político, ampliando sua atuação para além dos limites geográficos de Itabaiana. Além disso, essa transição também reflete o que Biroli (2016) caracteriza como uma dinâmica de “acesso condicionado” das mulheres à política institucional. Dona Dida, inicialmente reconhecida por seu papel de suporte ao marido, reconfigura seu lugar no campo político, convertendo sua visibilidade e reconhecimento popular em legitimidade eleitoral própria.

Já deputada estadual, em 1996, Dona Dida se afasta da Assembleia para, novamente, disputar a prefeitura de Itabaiana. Conforme ela relembra:

Foi uma exigência do partido e atendendo a um pedido do povo que, mais uma vez, queria me ver candidata à prefeitura, pois o sonho de muita gente em Itabaiana é me ver prefeita. Assim, me afastei da Assembleia, onde estava tendo, modéstia à parte uma atuação muito elogiada, para disputar a prefeitura de Itabaiana (Rabay, 2010, p. 92).

A campanha foi acirrada, porém, o resultado não foi o que era esperado, segundo a candidata,

Nessa campanha aconteceu de tudo, até atentado contra a minha vida. Foi no comício enorme que estávamos fazendo na rua de Boa Vista... Um cara com um revólver se dirigia para o palanque onde eu discursava. Felizmente, alguém viu e pulou de uma calçada em cima do suspeito, que já atirava no meio da multidão. Isso, só para dar uma ideia da barra que é uma campanha política. Hoje em dia, em Itabaiana, meus adversários morrem de medo de perder o que roteiro naquela cidade e fazem de tudo para atrapalhar e até fraudar as eleições, quando sou eu a candidata. Não obtive êxito nesta campanha de 1996 mas isso não me deixou triste porque o que eu queria mesmo

era continuar meu trabalho na Assembleia Legislativa (Rabay, 2010, p. 92).

A fala de Dona Dida corrobora a reflexão sobre como o espaço político pode ser permeado por práticas de intimidação e ameaça física. A própria referência de Dona Dida ao medo de seus adversários em perder o controle político da cidade contribui com a ideia de que, em Itabaiana, o capital político acumulado por ela representava uma ameaça real aos grupos tradicionalmente dominantes.

A colocação da teatralidade política em evidência, sua consagração e seus ritos, não é uma maneira oblíqua de reduzi-los a aparências e jogos ilusórios. É uma resultante. Tudo concorre para isso. Desde as relações sociais definidas pelo sistema de produção, até as constituídas pelos valores imaginários coletivos. Se nos lembrássemos que toda sociedade está sempre em evolução, jamais acabada, que sua unidade só é realizada pela imagem imposta, justamente pelo poder dominante, que suas pretensões e prescrições nunca estão inteiramente de acordo com a realidade de vida, pode-se compreender melhor a necessidade de produzir efeitos que têm uma função de compensação. A sociedade não depende exclusivamente da correção, das relações de força legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é ao mesmo tempo o objeto e a realizadora. Sua ordem permanece vulnerável. Ela é portadora de perturbações e de desordem, geradores de artes e dramatizações que mostram o poder em negativo (Balandier, 1982, p. 21).

Segundo Rabay (2010), na campanha de 1996, Dona Dida não obteve sucesso nas urnas, alcançando 6.200 votos. No entanto, ela afirmou não ter ficado triste, pois seu principal desejo era continuar seu trabalho na Assembleia Legislativa. Já em 1998, após nova derrota eleitoral, Dona Dida atribuiu o resultado à falta de recursos financeiros e de apoio partidário. Apesar das dificuldades, destacou que toda a campanha foi feita com amor e dedicação, reafirmando sua vontade de continuar atuando politicamente e trabalhando em favor da população.

[...] eu faço política com muito amor, apesar de que já sofri muito com isso. Trouxe-me muitas desilusões também. Eu quero contar o seguinte: aquelas pessoas por quem você mais faz, mais trabalha, mais ajuda, aquelas que parecem mais amigas, são as que mais traem você. Você tem de fazer política sem esperar nada em troca, porque se não você se decepciona. É isso: na política, as pessoas são muito ingratas (Rabay, 2010, p. 94).

Dona Dida reconhece que ser mulher representa uma dificuldade extra para alcançar o sucesso no mundo da política partidária, mas afirma que a superação desses desafios depende, sobretudo, da própria determinação e postura da mulher. Ela destaca que, durante sua atuação parlamentar, não limitou sua atenção às pautas exclusivamente femininas, buscando trabalhar por questões sociais de forma ampla. Contudo, Dona Dida avaliou que a presença e a atuação das mulheres na política apresentam uma qualidade diferenciada em relação aos homens, trazendo uma perspectiva mais sensível e voltada para o coletivo (Rabay, 2010).

Para ser mulher, nesse mundo, tem que ser corajosa, porque o machismo ainda é muito forte. Ser é homem, no Brasil, ainda é um meio de entrada na política. Apesar de que

nunca me senti intimidada e nem fui muito discriminada, porque eu também procuro ser muito prática. Mas, que dificulta, isso dificulta sim, porque o nosso povo... As mulheres, em geral, não votam nas mulheres, não acreditam nelas. É muito triste isso, mas, é verdade. Mas é verdade a mulher é que é machista, muito mais que o homem (Rabay, 2010, p. 94).

Para Biroli (2016), a sub-representação feminina na política não se dá apenas por barreiras institucionais, mas também por uma cultura política historicamente excludente e masculinizada. Dona Dida, ao afirmar que a mudança depende das próprias mulheres, reforça a ideia de agência feminina, ao mesmo tempo em que sua fala evidencia as tensões entre os limites impostos pelo campo político e as estratégias de resistência utilizadas por mulheres para ocupar esses espaços.

Portanto, o reconhecimento de uma diferença qualitativa na atuação de mulheres na política também se alinha à literatura que discute a “politização do cuidado”, como apresentado por Chaney (1979), segundo a qual, a trajetória de muitas mulheres políticas é marcada por uma maior atenção às demandas sociais, de saúde e de bem-estar da população.

Não sou muito esse tipo de pensar somente na mulher, não. Eu estou representando o meu Estado como mulher. Eu sou deputada tanto quanto o homem é deputado. E não se preocupa só com o problema do homem. Então, eu tenho que representar o meu povo. Não somente as mulheres, mas os homens, as crianças, a situação social do povo. O problema da água, da saúde, da educação. Porque fica muito restrito pensar só na mulher. Mas eu me preocupo também com a mulher (Rabay, 2010, p. 95).

De acordo com Rabay (2010), Dona Dida reflete de maneira ampla sobre sua função parlamentar. Ela enfatiza que, apesar de reconhecer a importância das pautas de gênero, sua atuação não se restringe exclusivamente às questões femininas. Dona Dida reforça que, como deputada estadual, representa toda a população do seu estado, independentemente de gênero, e que suas preocupações envolvem temas estruturais como saúde, educação, água e as condições sociais da população em geral.

Biroli (2016) aborda os dilemas da representação política das mulheres. A autora aponta que muitas mulheres eleitas acabam assumindo uma postura de representação universalista, evitando serem vistas apenas como representantes de um “segmento feminino” para garantir legitimidade política num espaço tradicionalmente masculino. A fala de Dona Dida reflete essa tensão: ao mesmo tempo em que se coloca como uma deputada que representa toda a sociedade, ela reconhece sua preocupação com as mulheres, mostrando que a pauta de gênero, mesmo não sendo exclusiva, está presente em sua agenda.

Nesse sentido, segundo Bourdieu (1996), o campo político é regido por lógicas que exigem dos agentes adequação a certas normas para que possam manter e ampliar seu capital político. A estratégia de Dona Dida pode ser vista como uma tentativa de equilibrar a construção

de sua imagem como uma representante legítima de todos os eleitores, sem perder de vista a especificidade de sua condição de mulher em um espaço marcado por desigualdades de gênero. Pois, conforme afirma,

Acho que a mulher tem maior sensibilidade, é mais humano, e o homem é muito menos sensível que a mulher. Ele pensa em dinheiro, pensa uma coisa e diz outra. Eu tenho colegas que, na hora da tribuna, eu sei como ele pensa, mas ele vai lá e se coloca totalmente diferente, porque a imagem que ele quer passar é outra. Eu não sou assim, eu acho que as mulheres não são assim. Elas são mais sentimentais, sofrem mais com problemas. Eu, pelo menos, sou assim. Se vier uma pessoa que me contar um problema, enquanto eu não resolver o problema daquela pessoa, eu não consigo dormir, eu não consigo fazer nada. E antes eu era pior, porque eu ia visitar uma pessoa pobre, chegava lá e tinha uma casa de barro. Não tinha mesa, não tinha uma cadeira, nada. Tinha um fogão de lenha lá. Umas panelas de barro e uns carochos de feijão. Eu saía de lá chorando, ao invés de levantar a moral daquela pessoa. E eu me perguntava, o que é que eu faço para ajudar essa pessoa? E isso ainda é uma coisa muito forte, mas já estou mais madura. Eu estou me curando (Rabay, 2010, p. 95).

Registrada por Rabay (2010), Dona Dida revela uma percepção marcada pela ideia de que a experiência feminina na política carrega características distintas, sobretudo no que diz respeito à sensibilidade e à empatia com os problemas sociais. Ela se opõe ao comportamento de “alguns colegas homens” que, segundo ela, agem com pragmatismo e, muitas vezes, de forma performática ao seu próprio estilo, mais afetivo e diretamente comprometido com as demandas individuais da população. Esse comportamento, segundo Balandier (1980), trata da teatralização do poder, evidencia como as práticas políticas frequentemente assumem formas encenadas, com o objetivo de afirmar autoridade e visibilidade. Dona Dida, ao narrar sua trajetória, parece justamente rejeitar essa “cenografia do poder”, apresentando-se como alguém que valoriza o contato real e a atenção concreta às necessidades da comunidade.

Aqui é necessário recorrer ao conceito de “politização do cuidado”, descrito por autoras como Biroli (2016) e Chaney (1979). Para essas autoras, muitas mulheres que ingressam na política institucional trazem para o campo político uma prática forjada no envolvimento comunitário, nas redes de solidariedade e no cuidado com o outro, o que as diferencia, em muitos casos, de seus colegas homens que foram socializados em outras lógicas de poder.

Além disso, a fala de Dona Dida reforça a ideia de um capital simbólico feminino ligado à afetividade e à preocupação com o bem-estar das camadas mais pobres, o que pode ser entendido à luz da teoria de Bourdieu (1996). Para manter e ampliar seu espaço no campo político, Dona Dida constrói uma identidade pública baseada no compromisso social e na escuta ativa das necessidades populares, o que reforça sua legitimidade junto ao eleitorado.

Por fim, sua autoavaliação ao afirmar que está “mais madura” e que está “se curando” aponta para um processo de aprendizado político, em que a emoção dá lugar a uma postura mais

estratégica, sem, no entanto, perder o vínculo afetivo com as causas sociais.

A postura de Dona Dida diante de temas polêmicos como o aborto, conforme destaca Rabay (2010), revela uma característica de coragem política que nem sempre é comum entre mulheres que aspiram cargos eletivos. Apesar de não ter se posicionado sobre as cotas eleitorais para mulheres, um tema estrutural para a participação feminina na política, Dona Dida não se esquivou de um posicionamento público sobre o aborto, manifestando-se favorável, em casos de estupro.

[...] sou a favor porque eu acho que você, que foi estuprada por um marginal e engravidou, você não tem capacidade nem de amar seu filho. Então você será uma mãe desajustada com um filho desajustado. Sou a favor como a França é a favor, como outros países são a favor. E fui defender essa ideia (Rabay, 2010, p. 96).

Sua declaração demonstra uma disposição de romper com o silêncio, muitas vezes, adotado por lideranças políticas, principalmente em contextos conservadores como o interior paraibano. Segundo Biroli (2016), esse tipo de posicionamento expõe as mulheres políticas a um duplo desafio: ao mesmo tempo em que lutam pela legitimação no espaço político, precisam enfrentar o julgamento moral, que tende a ser mais severo quando direcionado a figuras femininas.

4.4 DONA DIDA: UMA PREFEITA EM CENA

A trajetória política de Dona Dida exemplifica como o exercício do poder pode ser compreendido como uma verdadeira encenação pública, em que a atuação dos atores políticos se dá não apenas por meio de decisões e discursos, mas também através de rituais, gestos e simbolismos que configuram o espetáculo da política local. Dona Dida, enquanto prefeita, construiu sua presença e influência no cenário político de Itabaiana, navegando entre as expectativas da população, as disputas partidárias e a mídia local.

Depois de duas campanhas frustradas para a prefeitura de Itabaiana, enfim, chegou Dona Dida à vitória, o momento representado na fotografia abaixo simboliza a consolidação de uma trajetória marcada por disputas eleitorais intensas e pela construção de um legado político familiar, iniciado por seu esposo, o ex-prefeito Dr. Aglair da Silva.

Figura 14 - Dona Dida recebe o diploma de prefeita



Fonte: Toca do leão (2010)⁴³.

Embora tivesse muitos apoiadores, no percurso como prefeita, houve “as pedras do açude”, personagens conhecidos em Itabaiana em oposição ao governo de Dona Dida, a exemplo do jornalista Fábio Mozart⁴⁴, que usou seu blog para fazer comentários sobre a gestão de Dona Dida, dentre esses comentários, destacamos:

Entretanto, sobre dona Dida eu diria que ela está acima do bem e do mal. É uma lenda viva da história política daqui. Não é fácil ser uma lenda viva. Por que uma pessoa sacrifica sua vida familiar e profissional para se dedicar à política? Depois de todos esses anos, e são muitos, dona Dida está aí forte e decidida, sempre procurando defender seu espaço político, armando sua rede de influências, manobrando nas linhas tortuosas da política local. Jamais vai se aposentar. Pode ser que um dia venha a enfrentar adversários que se preocupem com desenvolvimento estratégico para a cidade, que tentem envolver as pessoas em debates sobre participação popular, mas ela vai continuar distribuindo cestas básicas e subempregos públicos, protegendo seus seguidores e perseguindo os adversários, porque assim funciona o populismo. Qual o político de Itabaiana que pode atirar a primeira pedra em dona Dida? (Mozart, 3 dez. 2010).

O uso da expressão “acima do bem e do mal” e “lenda viva” sugere que ela ocupa um lugar simbólico na memória política de Itabaiana, com forte capital simbólico acumulado ao

⁴³ Disponível em: <https://fabiomozart.blogspot.com/2010/12/dona-dida-e-uma-lenda-viva.html?m=0>. Acesso em: 12/06/2025.

⁴⁴ Fábio Mozart transita por várias artes. No jornalismo, fundou em 1970 o *Jornal Alvorada*, em Itabaiana, com o *slogan*: “Aqui vendem-se espaço, não ideias”. Depois de prisões e processos por contestar o *status quo* vigente no regime de exceção, ainda fundou os jornais *Folha de Sapé*, *O Monitor Maçônico* e *Tribuna do Vale*, este último que circulou em 12 cidades do Vale do Paraíba. O rádio-telegrafista aposentado, militante do movimento de rádios livres e comunitárias, dramaturgo e diretor teatral, atualmente escreve continuamente poesias, crônicas, textos de humor, haicais e mais gêneros para sua página no *Recanto das Letras*, além de atuar como apresentador do programa “Alô, Comunidade!” da Rádio Tabajara, que está no ar há mais de 6 anos. Também mantém um blog sempre atualizado, o *Toca do Leão*. Disponível em: <https://www.academiadecordel.com.br/fabio-mozart/>. Acesso em: 12/06/2025.

longo dos anos. Bourdieu (2010) descreve como certas figuras políticas constroem uma autoridade quase incontestável a partir de reconhecimento público e prestígio.

Durante o exercício de seus mandatos como prefeita de Itabaiana - PB, Dona Dida promoveu a nomeação e a renomeação de diversos espaços públicos com o nome de seu falecido esposo, Dr. Aglair da Silva, que também exerceu o cargo de prefeito do município em gestões anteriores. Essa prática pode ser observada em diferentes leis municipais aprovadas durante sua administração, como é o caso da Lei nº 425/2005, que nomeou uma praça central como Praça Dr. Aglair da Silva.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada de PRAÇA DR. AGLAIR DA SILVA, a praça localizada na quadrifurcação das ruas Floriano Peixoto, Alfredo Coutinho de Lira, Benjamin Constant e João Batista do Nascimento, nesta cidade (Itabaiana, 2005).

A escolha do homenageado reflete não apenas uma deferência pessoal, mas também uma prática bastante comum na política local brasileira: o uso dos espaços públicos como instrumentos de construção de memória política e de reafirmação de laços familiares no poder.

Quando falamos em memória política, essa iniciativa pode ser interpretada como um exemplo do que Bourdieu (2010) caracteriza por capital simbólico, quando observamos o poder de inscrever um nome na memória coletiva por meio da ocupação de espaços públicos. O controle sobre a nomeação de ruas, praças e prédios públicos é uma forma simbólica de poder, em que agentes políticos locais garantem que suas trajetórias familiares e redes de alianças sejam materializadas na geografia urbana.

Ao nomear um logradouro público com o nome de seu próprio marido, Dona Dida reforça um traço marcante de sua trajetória política, caracterizada pelo entrelaçamento entre o espaço público e o privado, prática observada em diversas gestões municipais interioranas do Brasil. Para Rangel (2005), esse gesto também pode ser interpretado dentro da lógica de “capital político familiar”, conceito presente nos estudos de ciência política, segundo o qual, famílias buscam perpetuar sua influência e presença simbólica nos espaços públicos da cidade.

A nomeação de bens públicos com nomes de lideranças políticas locais representa uma forma de inscrição simbólica do poder, que visa não apenas à homenagem, mas também à perpetuação da memória e da influência desses grupos no imaginário coletivo da população (Rangel, 2005, p. 87).

Essa prática pode ser analisada sob o viés do que alguns estudiosos da política local chamam de nepotismo simbólico. Segundo Rangel (2005), o nepotismo pode ser compreendido não apenas na sua dimensão administrativa (nomeação de parentes para cargos), mas também

na esfera simbólica e cultural, quando o gestor público utiliza o aparelho do Estado para promover a memória de familiares, reforçando a continuidade do poder de determinados grupos.

Além disso, o fato de Aglair da Silva ter sido vice-prefeito da cidade reforça a naturalização desse tipo de homenagem entre agentes políticos locais, especialmente quando há vínculos diretos com o chefe do Executivo em exercício. Como demonstra a Lei nº 426/2005, que transforma a data da morte de Dr. Aglair da Silva em feriado municipal, representando mais um exemplo claro da política de personalização da memória pública durante os mandatos de Dona Dida.

O uso da memória política como instrumento de reafirmação de poder é uma estratégia recorrente em gestões locais, especialmente quando há a intenção de consolidar dinastias políticas ou reforçar legados familiares. Como aponta Fábio Mozart:

04 de maio de 2005 – A prefeita de Itabaiana, Eurídice Moreira, remete projeto de lei à Câmara dando o nome de ‘Aglair da Silva’ a uma praça e tornando feriado municipal o dia 05 de julho, data da morte do ex-prefeito, seu esposo. O ato contrariou princípios de impessoalidade de que trata a Constituição, mas ninguém notou (Mozart, 2005).

Instituir um feriado para celebrar a memória de um ex-prefeito, que além disso era esposo da gestora em exercício, reforça a construção de um patrimônio simbólico-familiar no imaginário coletivo da cidade. Bourdieu (1996) define como estratégias de reprodução de capital simbólico, em que a memória oficial da cidade é moldada em função da valorização de figuras associadas ao grupo familiar dominante. Segundo o autor, “O poder simbólico é um poder de constituir o dado pelo enunciado, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, por conseguinte, a ação sobre o mundo, e, portanto, o mundo” (Bourdieu, 1996, p. 119).

Na mesma ocasião, foi sancionada a Lei nº 427/2005, reforçando a estratégia política de construção de memória familiar que marcou os mandatos de Dona Dida à frente da prefeitura de Itabaiana - PB. Ao alterar o nome de uma rua tradicional da cidade – a Rua Boa Vista – para homenagear novamente o seu esposo falecido, o ex-prefeito Dr. Aglair da Silva, a prefeita amplia o processo de reinserção simbólica do nome do marido no espaço urbano.

O fato de todas essas leis terem sido sancionadas no mesmo dia, com foco em homenagens ao Dr. Aglair, evidencia uma clara estratégia política de reforço simbólico da figura do ex-prefeito e esposo da gestora. Portanto, isso caracteriza uma ação concentrada de monumentalização da memória familiar, inscrevendo o nome de Dr. Aglair simultaneamente em diferentes esferas da vida pública da cidade, como espaço físico, calendário oficial e logradouros.

Nos anos seguintes, Dona Dida continuou a sancionar leis que reforçavam o processo de “monumentalização da memória política de Dr. Aglair da Silva”. Em 2006, por meio da Lei nº 494/2006, a homenagem alcançou a área da saúde pública, ao nomear o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da cidade com o nome do ex-prefeito. Localizado no prédio do antigo SANDU, na Praça Manoel Joaquim de Araújo, o novo serviço de saúde pública passou a carregar um nome que reforçava a ligação entre a oferta de serviços essenciais e a memória política da família que, à época, detinha o controle político-administrativo do município.

Já em 2009, com a promulgação da Lei nº 578/2009, a antiga Casa da Mãe Pobre, tradicionalmente voltada ao atendimento social e de saúde à população carente, foi oficialmente renomeada como Policlínica Dr. Aglair da Silva, ampliando ainda mais o alcance simbólico do homenageado, que já dava nome a feriado municipal, praça, rua, bairro, centro odontológico e conjunto habitacional.

Portanto, essas ações demonstram um claro esforço de inscrever a memória de Dr. Aglair em múltiplas dimensões da vida pública local. Como destaca Bourdieu (1996, p. 119), “o poder simbólico se exerce através da imposição de significações e de classificações que estruturam a percepção social”, o que, neste caso, revela-se na prática de renomear espaços públicos como estratégia de capitalização simbólica da memória política familiar. Nesse mesmo sentido, Braga (2010) aponta que o personalismo nas pequenas cidades brasileiras tende a se materializar na apropriação dos símbolos urbanos, criando um legado que fortalece as dinastias políticas locais.

4.5 SEGUNDO MANDATO DE DONA DIDA COMO PREFEITA

Nas eleições municipais de 2008, a prefeita Dona Dida (Eurídice Moreira da Silva) foi reeleita com o apoio de uma ampla coligação partidária composta por PTB, PSB, PDT, PP, PSL e PT. Ela obteve um total de 8.424 votos, o que corresponde a 53,7% dos votos válidos. Os demais candidatos foram Antônio Carlos, do PMDB, que recebeu 7.108 votos, e Flávio Roberto, do PV, que obteve 152 sufrágios. O resultado confirmou a manutenção da força política de Dona Dida e de seu grupo no cenário político de Itabaiana - PB, consolidando a continuidade de seu projeto administrativo e político no município.

Logo nos primeiros dias da gestão da prefeita Eurídice Moreira da Silva, popularmente conhecida como Dona Dida (PTB), eleita nas eleições municipais de 2008, em Itabaiana - PB, registrou-se um episódio que revelou as fragilidades e tensões inerentes às alianças políticas locais. No dia 08 de janeiro de 2009, apenas oito dias após a posse, o vice-prefeito eleito Gildo Romero (PSB) apresentou sua carta de renúncia ao cargo. Embora oficialmente tenha alegado motivos pessoais, informações amplamente divulgadas na imprensa local apontam que a motivação principal teria sido sua insatisfação por não ter conseguido indicar nomes para compor o primeiro escalão da administração municipal.

O episódio ganhou repercussão em vários jornais de grande circulação da Paraíba, como na reportagem do *Jornal da Paraíba*, publicada online no dia 09 de janeiro de 2009.

O 'casamento' político dos petebistas e socialistas acabou em Itabaiana. O vice-prefeito Gildo Romero Pereira (PSB), mais conhecido como Dr. Gildo, protocolou na quinta-feira (8) no cartório da 6ª Zona Eleitoral documento atestando a sua renúncia do cargo. Procedimento idêntico foi feito na Câmara Municipal, além do comunicado formal à prefeita Eurídice Moreira da Silva (PTB), dona Dida.

Gildo, que é médico da Polícia Militar, alegou que foi promovido na corporação e preferiu optar pela carreira na PM. A prefeita lamentou a renúncia, mas respeitou a decisão do ex-companheiro de chapa. Correligionários de Gildo alegam que, além da promoção, outro fato que contribuiu para a sua renúncia foi a falta de espaço na administração, pois não indicou membros para o secretariado, embora o ex-vice-prefeito evitasse comentar este fato (*Jornal da Paraíba*, 2009).

Esse episódio é ilustrativo de um padrão recorrente na política brasileira, especialmente em contextos municipais, nos quais alianças partidárias são frequentemente firmadas com base em acordos informais sobre repartição de cargos e espaços de poder, configurando práticas clientelistas e patrimonialistas. Segundo Abrucio (1998), a governabilidade em contextos federativos e multipartidários depende, muitas vezes, da habilidade do chefe do Executivo em negociar apoios por meio da distribuição de recursos administrativos e simbólicos. No caso em análise, a ausência de espaço político oferecido ao vice-prefeito dentro da estrutura

administrativa municipal parece ter comprometido essa lógica de reciprocidade, culminando em sua saída precoce do governo. Ainda segundo a reportagem do *Jornal da Paraíba*,

Com a renúncia de Gildo, o primeiro na linha sucessória da prefeita dona Dida passa a ser o presidente da Câmara, Ronaldo Gomes da Silva (PTB), mais conhecido como pastor Ronaldo. O petebista é aliado da chefe do Executivo. Dona Dida exerce o segundo mandato, enquanto Romero Pereira estava no oitavo dia como vice-prefeito. Todavia, não foi a primeira vez que Dr. Gildo renunciou a um cargo eletivo. Em 2001, após ser eleito vereador de Itabaiana, ele deixou de forma definitiva o Poder Legislativo também alegando que iria se dedicar à carreira de médico (*Jornal da Paraíba*, 2009).

A resposta institucional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por meio de nota oficial, buscou dissociar a legenda da atitude do seu filiado, qualificando a renúncia como um “ato unilateral e personalíssimo” e reafirmando o compromisso do partido com a gestão de Dona Dida. Tal posicionamento revela o esforço do diretório municipal em preservar a aliança construída com o PTB, evitando maiores desgastes políticos e mantendo a coesão da base aliada. Ao mesmo tempo, evidencia o papel dos partidos como instâncias reguladoras de comportamento político, ainda que, na prática, decisões individuais frequentemente escapem ao controle da hierarquia partidária.

Como destaca Bourdieu (1996), o campo político é marcado por lutas simbólicas e práticas pela definição legítima do poder e de suas formas de distribuição. Nesse sentido, a renúncia do vice de Dona Dida pode ser interpretada como uma forma de ruptura com o jogo político instituído, revelando disputas não apenas por cargos, mas também pelo reconhecimento de capital político acumulado durante a campanha.

Por fim, a permanência da aliança entre o PTB e o PSB, mesmo após a renúncia, indica a força das coalizões locais quando há interesses partidários mais amplos em jogo, como a manutenção da governabilidade e da influência institucional. A gestão de Dona Dida, embora abalada inicialmente, conseguiu recompor-se e prosseguiu com respaldo político, demonstrando habilidade estratégica na condução de conflitos e reafirmando sua liderança no cenário itabaianense.

Perto do final de seu segundo mandato, Dona Dida, já prestes a fazer 80 anos, continuou sendo alvo dos artigos de Fábio Mozart, dessa vez com o título “Hoje é o aniversário de dona Dida”, o jornalista volta a relembrar a trajetória política da prefeita, em suas palavras:

Fim de governo é o fim! Faltando mais de dez meses para acabar seu último mandato como prefeita de Itabaiana, pouca gente lembra do aniversário de dona Dida Moreira. Acho que, a essas horas, ela está comemorando com a família e amigos em João Pessoa ou outro lugar luxuoso, chique e longe dos plebeus. Por outro lado, poucos itabaianenses lembram da data, só uns super apaixonados pela dama de ferro, como é o caso do poeta decadente Maciel Caju.

O ex-prefeito Babá foi cruel: ‘Por estar em idade avançada, dona Dida aumentou sua capacidade de mentir’. Babá deixa claro seu preconceito etário, deduzindo que a pessoa mente mais na medida em que envelhece. ‘Dei 2.500 votos a dona Dida, que não teria nem 800 sem meu apoio’, disse Babá em agosto de 2003.

Maciel Caju é o maior bajulador da paróquia. Em junho de 2004, para agradar dona Dida, ele delirou geral: lançou a proposta do nome dela para o Prêmio Nobel da Paz. Alega que dona Dida tem atitudes de grande influência para a conquista da paz no mundo. Só faltou dizer que dona Moreira ajudou a derrubar o muro de Berlim. Eis a justificativa da proposta de Maciel:

- 1) Dona Dida dedicou sua vida ao combate às desigualdades sociais;
- 2) Devotou-se às causas sociais como deputada e prefeita;
- 3) No caso do atentado ao Juiz, ela soube perdoar seus detratores, mesmo tendo sua honra enlameada;
- 4) Dona Dida se inclina pela não violência, conquistando a admiração e o respeito de todos.

Outro sujeito galhofeiro, o Ameba, comentou: ‘dona Dida melhorou foi a vida dos seus empregados e parentes, além de meia dúzia de chaleiras’. Não sei se Caju está na lista dos apaniguados da prefeita, mas, se estiver, certamente a essa hora está comendo os farelos do bolo de aniversário de dona Moreira e cantando “parabéns” com seu jeitão de chaleira. ‘O puxa saco ta comendo na colher’, já cantava Jackson do Pandeiro (Mozart, 2012).

O artigo do jornalista revela não apenas seu tom crítico e irônico, mas também os embates de memória e reputação que costumam marcar o fim de ciclos políticos. Ao destacar a proximidade dos 80 anos de Dona Dida, o autor reforça a dimensão biográfica da figura política, explorando tanto o desgaste natural de quem ocupa o poder por tanto tempo quanto o preconceito etário, como fica evidente na fala depreciativa do ex-prefeito Babá.

Figura 15 - Imagem que ilustra o artigo “Hoje é o aniversário de dona Dida”



Fonte: Itabaiana hoje (2012)⁴⁵.

⁴⁵ Disponível em: <https://blogitabaianahoje.blogspot.com/2012/03/em-razao-execucao-do-plano-estadual-de.html>.

Além disso, o autor do artigo mostra como diferentes atores sociais, jornalistas, adversários, aliados e simpatizantes constroem leituras conflitantes sobre a trajetória da prefeita. Enquanto o poeta Maciel Caju surge como um defensor entusiasta, chegando ao exagero de sugerir Dona Dida para o Prêmio Nobel da Paz, outras vozes, como a do Ameba, ironizam e desqualificam sua gestão, reforçando a visão de um governo marcado por favorecimentos pessoais.

O artigo mostra como o final de um mandato é também o início de uma batalha simbólica pela memória política. Dona Dida não é apenas uma gestora que encerra sua administração, mas uma figura pública cujo legado passa a ser disputado entre a crítica mordaz e a exaltação apaixonada. Segundo Balandier (1982), a política, nesse caso, se constrói como um espetáculo público, em que adversários e correligionários encenam seus papéis em meio a elogios, ataques, ironias e disputas simbólicas. O aniversário de Dona Dida se transforma em mais um “ato político”, carregado de significados, interpretações e julgamentos, que extrapolam a esfera privada e ganham dimensão pública.

Com o final de seu segundo mandato, Dona Dida não consegue eleger seu candidato, e mais uma vez é alvo das críticas do jornalista Mozart. Em artigo publicado no blog *Toca do Vale*, em 5 de novembro de 2012, o jornalista afirma:

Nos últimos quatro anos, na sua segunda gestão, a prefeita Eurídice Moreira perdeu o controle da administração pública, a julgar pelo atraso de pagamento dos salários de servidores e o abandono dos serviços essenciais, como a coleta do lixo. Nesse período, a cidade não foi marcada pela competência, perdendo muitas oportunidades de atrair investimentos federais por falta de projetos ou por absoluto desinteresse da gestora e sua equipe. A prefeita Dida pode deixar um abacaxi para o próximo gestor, Antonio Carlos Melo Júnior. Depois de não conseguir eleger seu sucessor, Fábio Rodrigues, que ficou em terceiro lugar na disputa eleitoral, informações revelam que a gestão que termina em 31 de dezembro deste ano está com sérias dificuldades em fechar as contas. Segundo especulações, a administração municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ‘enxugar’ a máquina e o caminho para isso é exonerar cargos comissionados e empregados terceirizados. Funcionários ‘comissionados’ da prefeitura revelaram que estão insatisfeitos e temem que a prefeita não efetue o pagamento da última parcela do décimo terceiro salário e outros benefícios que eles têm direito. Para o prefeito eleito, Antonio Carlos, o ideal seria que as duas gestões tivessem esses dois meses para dialogar, tomar conhecimento e estabelecer parâmetros de colaboração entre os governos. ‘Se há atraso no pagamento é porque existem problemas na gestão’, disse um integrante da equipe do prefeito eleito. ‘Volto a afirmar que os palanques políticos já foram desmontados, o que cabe agora é o bem coletivo. Espero fazer uma transição serena e em conjunto, como regem os princípios da administração’, disse Antonio Carlos (Mozart, 2012).

As críticas à gestão de Dona Dida, apresentadas pelo jornalista, com destaque para o

atraso de salários, o abandono de serviços públicos e a dificuldade de captação de recursos federais, reforçam a estratégia discursiva de deslegitimação, que acompanha sua trajetória política desde os primeiros anos.

Ao apresentar Dona Dida como uma gestora que perdeu o controle administrativo, o jornalista reforça a construção de uma imagem pública fragilizada, na qual a prefeita não apenas enfrenta problemas de gestão, mas também carrega a responsabilidade pelo fracasso eleitoral de seu candidato à sucessão. Segundo Biroli (2016), a legitimidade política feminina é constantemente questionada e sujeita a um grau de cobrança e julgamento moral e técnico mais intenso do que o direcionado aos homens.

As representações pelas quais os governantes atuais procuram adesão ou submissão dos governados replicam as que introduzem a desordem na ordem estabelecida. O movimento das instituições conservadoras, a dissidência no conformismo, as mídias dão a capacidade de politizar toda atividade e, paralelamente, a contestação poderá utilizar tudo o que é possível, dramatizar nos espaços da sociedade que lhes são acessíveis. [...] A contrapolítica deve também fazer-se política da imagem e do imaginário, produzir efeitos e ser provocadora de emoções (Balandier, 1982, p. 68).

A mídia local, por exemplo, atuou como um espaço de dramatização da crise, amplificando as críticas ao seu governo, explorando o simbolismo de sua idade, de seu desgaste político e da sua derrota eleitoral.

Os opositores, como o ex-prefeito Babá e o novo prefeito Antônio Carlos, assim como jornalistas críticos, como Fábio Mozart, atuam como agentes dessa contra política, construindo representações públicas que buscam deslegitimar Dona Dida, reforçando a imagem de desgoverno e preparando o terreno simbólico para a nova gestão.

Por isso, o processo de transição entre gestões se transforma em mais um capítulo público de disputa, com direito a declarações da equipe do prefeito eleito e especulações sobre a capacidade de Dona Dida de honrar compromissos financeiros até o final de sua administração. A própria imprensa local atua como palco dessa encenação, amplificando as críticas e antecipando cenários de crise administrativa, o que contribui para desgastar ainda mais a imagem da prefeita.

Como mencionado a eleição municipal de 2012 em Itabaiana marcou o retorno de Antônio Carlos ex-prefeito que já havia vencido o pleito em 2000, à cena política. Naquele ano, três candidaturas se destacaram: Antônio Carlos, Fábio Rodrigo e Dr. Lúcio. O resultado consagrou a vitória de Antônio Carlos, que, no entanto, realizou um governo considerado por muitos como desastroso e marcado por críticas à administração pública.

Com o enfraquecimento da gestão de Antônio Carlos, o grupo político de Dona Dida

retomou força nas eleições seguintes. Em 2016, após um intervalo de quatro anos fora do poder, o grupo reconquista a prefeitura com a candidatura de Dr. Lúcio, que teve como vice o filho de Dona Dida, contando com o apoio direto da ex-prefeita. Esse retorno ao poder evidenciou a persistência da influência política de Dona Dida e a capacidade de seu grupo em mobilizar o capital social e simbólico associado à sua imagem popular.

O discurso em torno de Dona Dida, amplamente reconhecida como a “Mãe dos Pobres de Itabaiana”, permaneceu como elemento central de identificação com o eleitorado das camadas populares. Sua figura pública continuou sendo evocada como símbolo de cuidado, proximidade e atenção às necessidades sociais das classes menos favorecidas. Assim, mesmo sem ocupar diretamente cargos eletivos, Dona Dida manteve viva sua presença no imaginário político local, atuando como referência moral e social de um grupo que se apresentava como defensor dos mais humildes.

Nesse sentido, é possível interpretar a trajetória política de Dona Dida à luz do conceito de capital simbólico proposto por Pierre Bourdieu (1996), que compreende o poder político como resultado não apenas de recursos materiais ou institucionais, mas também do reconhecimento social e do prestígio acumulado por meio das relações com a comunidade. A imagem de “Mãe dos Pobres” funciona como um símbolo legitimador, sustentado pela memória coletiva e pela identificação afetiva de parte do eleitorado com sua trajetória. Esse capital simbólico é continuamente reproduzido e atualizado, especialmente em contextos eleitorais, por meio de estratégias discursivas que evocam o passado e reafirmam laços de confiança e pertencimento.

Dessa forma, a força política de Dona Dida e de seu grupo não reside apenas nas alianças eleitorais ou nas estratégias de campanha, mas sobretudo na manutenção de um imaginário coletivo em torno de valores como solidariedade, caridade e compromisso social. É essa dimensão simbólica da liderança que explica a continuidade de seu prestígio político e o modo como sua figura se consolida como parte da memória política e afetiva de Itabaiana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Eurídice Moreira da Silva, a Dona Dida, figura central desta pesquisa, revelou-se um objeto de análise extremamente rico para pensar as dinâmicas de poder, gênero e memória na política local da Paraíba. Sua história ilustra, de forma exemplar, como mulheres, mesmo em contextos profundamente marcados pela cultura patriarcal, podem romper barreiras e construir capital político, simbólico e eleitoral.

Ao longo deste trabalho, partiu-se da premissa de que o espaço político não é neutro, mas atravessado por disputas de poder simbólico e social (Bourdieu, 1989). Dona Dida, ao atuar como agente política, transformou significados culturais sobre o lugar da mulher na política, consolidando-se como liderança popular, ao adotar estratégias de comunicação, teatralidade e mobilização emocional, conforme analisado por Balandier (1982), no conceito de teatrocracia do poder.

Com isso, na tentativa de assumir a prefeitura de Itabaiana, ela concorreu nas campanhas de 1982, 1988 e 1992, e, por mais de 20 anos, insistentemente buscou esse objetivo até conseguir cumprir dois mandatos consecutivos no início do século XXI. Durante os mandatos de 2005-2008 e 2009-2012, o legado deixado por Dona Dida na cidade de Itabaiana pode ser observado nas avenidas, praças e ruas do município, evidenciando sua marca na paisagem urbana (Ferreira, 2025).

Utilizando os aportes da História Social, da Nova História Política e da História Cultural, bem como o suporte das categorias analíticas de gênero (Scott, 1995), foi possível compreender que a ascensão de Dona Dida não pode ser analisada apenas a partir de sua condição de esposa ou viúva de um líder político tradicional. Sua trajetória evidencia o protagonismo feminino em um cenário historicamente dominado por homens, fato que dialoga com os estudos de Flávia Biroli (2010) e de Torres (2008), que discutem os obstáculos à participação feminina nos espaços de poder e os estigmas enfrentados pelas mulheres na política.

A análise das fontes, que incluiu entrevistas, fotografias, documentos oficiais, materiais jornalísticos e produções memorialistas, reforçou a ideia de que a construção da memória pública sobre Dona Dida é também uma construção de poder simbólico (Halbwachs, 1990). A imagem de “Mãe dos Pobres” e de líder carismática foi sendo consolidada ao longo dos anos por meio de narrativas orais, registros iconográficos e rituais públicos de consagração popular.

Ferreira (2025) destaca que o carisma de Dona Dida era marcante e contribuía para o

fascínio e a admiração que muitos nutriam por ela. Sua habilidade oratória e capacidade de persuasão encantavam seus interlocutores em poucos minutos de conversa. Reconhecida por seu trabalho assistencialista junto à população mais carente, passou a ser chamada de “Dona Dida, a mãe dos pobres” ou simplesmente “Mãe Dida”. Esse carisma foi determinante para sua eleição como deputada estadual em 1994, tornando-se uma das quatro mulheres a compor a 13ª legislatura do estado da Paraíba (1995-1998). Apesar de tentar a reeleição nos pleitos seguintes, em 1998 e 2002, não obteve sucesso.

A partir das discussões teóricas apresentadas, ficou evidente que a liderança de Dona Dida não foi fruto apenas de fatores conjunturais ou de herança política, mas também de um processo ativo de construção de identidade política, no qual ela soube mobilizar afetos, símbolos e redes de apoio social para alcançar e manter seu espaço na cena pública.

Em 2025, foi lançando a obra *O dicionário das Mulheres Paraibanas*, na qual, entre a coletânea de artigos, um artigo aborda um resumo da vida de Dona Dida. Segundo o dicionário, Dona Dida é uma das mulheres que fogem à regra de descender de famílias políticas tradicionais; ela foi uma mulher que lutava em busca de melhorias para um povo que considerava sofredor e necessitado de cuidados. Em suas gestões, seja na prefeitura ou na Assembleia, governava para o povo que a inseriu na política, levantando a bandeira de um país melhor para todos (Ferreira, 2025).

Ao ingressar na política, Dona Dida buscou romper com o machismo estrutural, adotando uma postura diferenciada, pautada na escuta e no compromisso com as necessidades do povo, especialmente no enfrentamento de problemas históricos, como a precariedade da educação, da saúde e do saneamento básico, questões que há décadas afetam amplamente a população brasileira. Sua atuação firme e determinada a consolidou como um dos maiores ícones políticos do agreste paraibano. A trajetória de Dona Dida tornou-se lendária na política estadual, marcada por sua convicção sobre o que queria e pela construção estratégica de alianças que lhe garantissem força e legitimidade em um espaço político tradicionalmente masculino (Ferreira, 2025).

Portanto, o estudo permitiu refletir sobre o papel da mídia local, das práticas eleitorais, das dinâmicas familiares e das estruturas de poder na formação de lideranças políticas no interior do Brasil. Dona Dida, ao tornar-se uma referência de mulher na política paraibana, contribuiu para um processo de abertura de caminhos para outras mulheres, reforçando a importância da representatividade feminina.

Espera-se que esta pesquisa, ao registrar e analisar a trajetória de Dona Dida, contribua

não apenas para a historiografia política da Paraíba, mas também para os debates contemporâneos sobre gênero, poder e memória, estimulando novas investigações sobre outras lideranças femininas invisibilizadas nas narrativas oficiais da história.

REFERÊNCIAS

Artigos em jornais:

O NORTE. **Prefeito eleito de Itabaiana será diplomado na próxima segunda-feira.** João Pessoa, 6 de out. de 1984, p. 3.

O NORTE. **Enfoque:** Derrota. João Pessoa, 5 de out. de 1984, p. [coluna].

Documentos consultados:

BRASIL. Lei Complementar nº 5, de 5 de abril de 1970. Dispõe sobre casos de inelegibilidade, prazos de desincompatibilização e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 abr. 1970.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Promulgada em 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jan. 1967.

BRASIL. **Câmara dos Deputados** – 2011. Disponível em: <http://biblioteca.versila.com/9506612/direito-das-mulheres-pos-constituicao-umestudo-descritivo>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Congresso. Senado Federal. + Mulheres na Política.** 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-dolivreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 1988, com as alterações anotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 99/2017... Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. **Resultados de eleições.** Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 15 abr. 2022.

Artigos em Sites:

Daniella Ribeiro é eleita a primeira senadora pela PB: ‘Momento histórico’. **G1. Paraíba**, 08, outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/daniella-ribeiro-e-eleita-a-primeira-senadora-pela-pb-momento-historico.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PSB Itabaiana. **Nota oficial de 09 de janeiro de 2009.** Disponível em: <http://www.paraibaagora.com/>. Acesso em: 19 maio 2025.

SANTOS, Eduardo Rodrigues dos. **Participação política feminina:** uma análise à luz do

direito fundamental à igualdade. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo.participacao-politica-feminina-uma-analise-a-luz-do-direito-fundamental-a-igualdade,39945.html>. Acesso em: 01 maio 2022.

TRE-PB cassa mandatos de três deputados estaduais e uma suplente. **G1. Paraíba**, 27, maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/05/27/tre-pb-cassa-mandatos-de-tres-deputados-estaduais-e-uma-suplente.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2022.

Livros, artigos, teses e dissertações:

A ESSUS, Ana Maria Mauad de S. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. v. 2, Introdução.

ALVES, Yanne Katt Teles Rodrigues. Debatendo a representatividade: um panorama histórico e breve reflexão sobre a participação feminina na política brasileira. **Revista de Estudos Eleitorais**, Recife, v. 2, n. 3, jul. 2018.

ABREU, Martha. **História e memória: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARAGÃO, Luciana Pereira de. **Variações linguísticas na obra de José Lins do Rego: um estudo diatópico e diastrático**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1982.

BAUMANN, Eneida Santana. **O Arquivo da Família Calmon à Luz da Arquivologia Contemporânea**. Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. Censo da democracia: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020. **Tribunal Superior Eleitoral – TSE**. Agost. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: 02 maio 2022.

Barros, R. E. M. de. **Política também é coisa de mulher: uma análise da inserção da mulher na política paraibana** (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande). Repositório UFCG. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2 ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. In: **Estudos Históricos Arquivos pessoais**. Rio de Janeiro, n. 21, FGV, 1997/1.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 61.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BRAGA, Lúcia Navarro. **A casa da Palmeira**. João Pessoa: A União, 2010.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, tempo de contar**. João Pessoa: A União Matriz, 1996.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. **Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHANEY, Elsa M. **Supermadre: Women in Politics in Latin America**. Austin: University of Texas Press, 1979.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

COIMBRA, Patrícia. **Direito das mulheres pós-constituição: um estudo descritivo**. Monografia (especialização) – Curso de Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/8ef2d450-f9df-4d8b-b9a6-9bef395a78e1>. Acesso em: 19 nov. 2022.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a narrativa e a história**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FALCÃO, M. do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 33, 1990.

FERREIRA, João da Silva. **História e memória em Itabaiana**: entre o discurso e o silêncio. João Pessoa: Editora Paraíba Histórica, 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Júnior Xavier; FACHIN, Zulmar. A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios. **Revista Estudos Políticos: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dez. 2018.

GERALDIN, José Vicente; MADEIRA, Angélica Aparecida. **História e cultura escolar: contribuições para o debate**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GLÓRIA; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. **ORG & DEMO**, Marília, v. 12, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8035>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GUEDES, Nonato. **Especial Mês da Mulher**: Vani Braga quebrou tabu e foi primeira paraibana a ser eleita deputada estadual. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/31351/especial-mes-da-mulher-vani-braga-quebrou-tabu-e-foi-primeira-paraibana-a-ser-eleita-deputada-estadual.html>. Acesso em: 01 jun. 2022.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante *et al.* 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane. Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1391625335_ARQUIVO_MariaCelesteLanderdahok.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

LE BON, Gustave. A. **As Opiniões e as crenças**. Rio de Janeiro: Cia Brasil, 1956.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 133–161.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOPES, Antônio Carlos Ferreira. **Queimadas**: seu povo sua terra. 4 ed. rev. ampliada. Queimadas-PB: Cópias e Papéis, 2010.

LOURENÇO, Luan Chagas. **Jingle político: a canção publicitária como estratégia de persuasão eleitoral**. 2011. 69 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. **A igualdade entre os sexos na Constituição de 1988**. Brasília, maio 1997. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/159/10.pdf?sequence=4&isAllowed=y#:~:text=Ao%20equiparar%20direitos%20e%20obriga%C3%A7%C3%B5es,e%207%C2%B0%2C%20XXX>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MAIA, Carla Nogueira. **Identidade, memória e política no sertão paraibano: práticas e representações culturais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011

MIGUEL, L. F. Teoria Política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA F. Representação política e gênero: uma análise a partir dos discursos na Câmara dos Deputados. In: **6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**. Campinas: UNICAMP, de 29 de julho a 1º de agosto de 2008.

MONTEIRO, Ester. Marco histórico no combate à discriminações. **Senado Notícias**, mar. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 10 maio 2022.

NOGUEIRA, Cristiano Miranda. A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014. 18º REDOR. Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das páticas. **Anais [...]**, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19428/1/ARTIGO20CRISTIANO.pdf>. Acesso em: 03 maio 2022.

NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. A trajetória feminina na política brasileira. **XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14579>. Acesso em: 26 abr. 2022.

OLIVEIRA, Reginaldo Antônio. **O atentado ao Juíz de Itabaiana**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1984.

OLIVEIRA, Taiana de; ALVES, Ismael Gonçalves. Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, v. 7, n. 02, p. 16-32, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/14379>. Acesso em: 07 maio 2024.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do governo autoritário para a democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PAIVA, Cláudia Cristina. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e resistência: a luta pela anistia e a reconstrução da democracia no Brasil (1975–1979). In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRINBERG, Lúcia; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 157–184.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 98-112, mar./maio 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/32910/35480>. Acesso em: 15 maio 2022.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba. Histórias de vida e luta**. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. **ORG & DEMO**, Marília, v. 12, n. 1, p. 81-94, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8035>. Acesso em: 19 abr. 2022.

RANGEL, Lúcia Helena. **Nepotismo: relações familiares e o Estado brasileiro**. São Paulo: Loyola, 2005.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. USP. 1994. Participação das mulheres na política brasileira. **Sua pesquisa**, 2004. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/pesquisa/mulheres_politica.htm. Acesso em: 02 maio 2022.

REMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; EPITÁCIO, Denise. **História, memória e identidade: múltiplos olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no Estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais**. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RODRIGUES, Maria Aparecida; DOURADO, João Carlos. **Gênero e poder: o lugar da mulher na história e na política**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 1969.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. 2. ed. São

Paulo: Annablume, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira**. São Paulo: Editora Três, 1975.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

TABAK, Fanny. **A Mulher Brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 1989.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

TURIN, Rodrigo. **Usos do passado: História, memória e política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004. Vol. 1.